



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GERSON CASTRO DOS SANTOS

**“NA SOLIDÃO E NO SILÊNCIO, ESCREVE”:
HISTÓRIA, LITERATURA E RECORDAÇÃO EM
MEMÓRIAS DO CÁRCERE (1953),
DE GRACILIANO RAMOS**

**MACEIÓ-AL
2025**

GERSON CASTRO DOS SANTOS

**“NA SOLIDÃO E NO SILÊNCIO, ESCREVE”:
HISTÓRIA, LITERATURA E RECORDAÇÃO EM
MEMÓRIAS DO CÁRCERE (1953),
DE GRACILIANO RAMOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. dr. Anderson da Silva Almeida.

MACEIÓ-AL
2025

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237n Santos, Gerson Castro dos.

“Na solidão e no silêncio, escreve” : história, literatura e recordação em Memórias do cárcere (1953), de Graciliano Ramos / Gerson Castro dos Santos. – 2025.
[135] f. : il.

Orientador: Anderson da Silva Almeida.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 121-126.

Anexos: f. 130-[135].

1. Ramos, Graciliano, 1892-1953. Memórias do cárcere. 2. Memória na literatura. 3. Autobiografia. I. Título.

CDU: 82-94


FOLHA DE APROVAÇÃO
GERSON CASTRO DOS SANTOS

**“NA SOLIDÃO E NO SILÊNCIO, ESCREVE”:
HISTÓRIA, LITERATURA E RECORDAÇÃO EM
MEMÓRIAS DO CÁRCERE (1953),
DE GRACILIANO RAMOS**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de mestre em História e defendida em 18 de novembro de 2025.

Banca examinadora:


Orientador: Prof. dr. Anderson da Silva Almeida
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **ANDERSON DA SILVA ALMEIDA**
Data: 01/12/2025 20:08:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Examinador externo: Prof. dr. Alexandre Veloso de Abreu
(Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE VELOSO DE ABREU**
Data: 02/12/2025 10:18:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador externo: Prof. dr. César Augusto Martins de Souza
(Universidade Federal do Pará)

Documento assinado digitalmente
 **CESAR AUGUSTO MARTINS DE SOUZA**
Data: 01/12/2025 08:25:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora interna: Profa. dra. Ana Cláudia Aymoré Martins
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **ANA CLAUDIA AYMORE MARTINS**
Data: 01/12/2025 10:35:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DEDICATÓRIA

À Raimunda - minha Velhinha; às nordestinas e nordestinos da minha vida; às meninas e meninos com quem tive a alegria de dividir a sala de aula: dedico esse trabalho a vocês.

AGRADECIMENTOS

Toda história tem um começo e, por isso, abro essa página reverenciando minhas origens.

À minha Velhinha, “antes de tudo uma forte”: obrigado por me ensinar a ler e a amar as palavras; pelo amor e apoio; pelas boas risadas e pelas broncas. Ao meu pai que, como rio, nasceu num vale e se tornou mar, porque “mar é o que a gente tem saudade?”; sua passagem foi breve e marcante e, além de carinho e amor, deu-nos, a mim e ao meu irmão, consciência de classe e caráter firme. Cidadão Guilherme, meu *frater*: “você tem as marcas de conciso valente”; obrigado por estar ao meu lado e pelo apoio no “aguentar o existir”. Atravessar os vários “lisos do Sussuarão” dos últimos trinta anos seria impossível sem você.

Gratidão a quem se tornou parte do meu destino, meu “pouquinho de saúde, um descanso na loucura”, minha companheira, Ane; à minha família alagoana - d. Arlete, Ariel, Albanise e Helena – pelo acolhimento e pelo cuscuz.

Minhas amigas e meus amigos: vocês valem “mais que uma boa carabina”. Ao escrever seus nomes, com certeza me esquecerei de alguém, mas alguns precisam ser registrados. Agradeço à Leidiane; à Karina e ao Leo; ao Júlio; ao Raul e à Renata. Ao seu lado, ando desarmado, porque amigo “é que a gente seja, mas sem precisar de saber o por que é que é”.

Caminhadas se tornam mais fáceis perto de quem entende nossas motivações. Em *Vidas secas*, Fabiano tinha os meninos, sinhá Vitória, Baleia; Riobaldo atravessou os Gerais ao lado de Diadorim. No PpgH da Ufal, estive ao lado de muita gente boa. Altina, Derllânio, Hugor, Ingrid, Matheus, Nara e Sheyla: obrigado pelas trocas - de conhecimento, de alegrias, de angústias, de experiências, de formas de existir e resistir.

O mesmo Fabiano diz que “Se aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender mais, e nunca ficaria satisfeito”. Graças às pessoas que chamei, com respeito e admiração, de professora e professor, sou insatisfeito. A vocês, minha gratidão. Incluo as mestras e mestres da Ufal que, com humildade, dividiram o seu conhecimento, e a banca examinadora: prof. dr. Alexandre Veloso de Abreu, profa. dra. Ana Cláudia A. Martins e prof. dr. César Augusto M. de Souza. A participação dos senhores e da senhora enriquece muito esse trabalho. Conheci o prof. Alexandre há dez anos. Além dos seus valiosos comentários durante a banca de qualificação, o prof. Alexandre me ajudou a encerrar um ciclo. Sua competência e conhecimento da Literatura foram, sem dúvida, alguns dos motivos pelos quais o convidei.

Mas a certeza de que sua participação seria necessária veio quando comprei um livro num sebo *on-line* e, ao recebê-lo, li a sua assinatura na folha de rosto. Como disse Riobaldo, “o diabo, é às brutas; mas Deus é traiçoeiro! [...] Deus vem vindo: ninguém não vê. Ele faz é na lei do mansinho [...]”. Ainda não estou seguro sobre a existência de Deus e do diabo, mas creio que há algo aqui para ser aprendido.

Um agradecimento especial ao nosso orientador, o prof. dr. Anderson Almeida. Nos últimos dois anos, o prof. Anderson apontou cantos ensombrecidos da pesquisa e do texto; quando minha luz foi insuficiente, ele compartilhou a sua para que eu cumprisse a tarefa de iluminá-los. Conhecê-lo foi como encontrar o “orgulhoso camarada” da canção *Morro velho*; enquanto o protagonista de *Morro velho* era “de viola em vez de enxada”, o prof. Anderson é camarada “de viola e de enxada”. Sua orientação combina inteligência, sensibilidade e ética para conduzir o pesquisador à correção científica e à beleza, que pode - e deve - existir no texto acadêmico. Além disso, num ambiente muitas vezes hostil, o prof. Anderson demonstrou alteridade, compreendendo minhas limitações, muitas vezes emocionais. Obrigado pela compreensão diante dos vários obstáculos não acadêmicos que enfrentei; pela cobrança, assertiva e gentil, encerrada com palavras de incentivo ao final de cada encontro ou mensagem; e, claro, pelos apontamentos sobre escrita, teoria e metodologia. Sua parceria é preciosa e rara.

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”; ao longo dos anos, conheci meninas e meninos especiais, com quem dividi a sala de aula e aprendi mais do que ensinei: de andar a cavalo a colher hortaliças, de prever o tempo observando formigas até respeitar pessoas e suas vivências. Obrigado à cada uma e a cada um.

Aos parceiros das livrarias Berinjela, Crisálida, Sebolar e Ubuntu, agradeço o auxílio na aquisição de material e pelos “tesouros” que recebi. Durante um dos seus “garimpos”, a Laís, do Sebolar, lembrou-se de mim quando encontrou uma primeira edição brasileira de *A peste*, de Albert Camus, traduzida por Graciliano Ramos em 1950; insatisfeito com as intromissões do editor, um contrariado “Graça” pediu para ser identificado apenas por “GR”.

Por muito tempo eu me senti “um pobre ser esmagado, avizinhandose da loucura”. Agradeço à Salete, psicoterapeuta que me ajuda no cuidado com a saúde mental. Sem sua participação, não existiria sequer o projeto dessa pesquisa.

Por fim, obrigado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). O interesse da Fapeal em ampliar o conhecimento sobre a riqueza histórica e cultural do estado que aprendi a amar e a chamar de “casa” a levou a financiar meu trabalho. E, embora

essa dissertação seja sobre aquilo a que alguns chamam de “cultura”, “imaginário” e até mesmo “espírito”, ela não se realizaria sem recursos materiais.

Graciliano Ramos não pode ser chamado um “profissional da pena”, ainda que viva exclusivamente de escrever. Escreve quando sente que tem alguma coisa a dizer de útil ou interessante. Graciliano Ramos tem sempre algo de útil ou interessante a dizer. E é para isso que se levanta todos os dias de 3 horas da madrugada e, na solidão e no silêncio, escreve.

*Rui Facó. “Graciliano Ramos, escritor do povo e militante do Partido Comunista”. *Tribuna Popular*, n. 54, ano I, 26 ago. 1945.*

RESUMO

Essa dissertação analisa o livro *Memórias do cárcere* (1953) (*Mc*), do escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953). Trata-se do testemunho do autor sobre sua prisão, em 1936, no contexto da escalada autoritária que culminou no Estado Novo (1937). Pretendemos contribuir com a compreensão acerca das correlações existentes entre História, Literatura e as memórias individual e coletiva. Enquanto objeto historiográfico, *Mc* é fonte histórica valiosa e constitui o que Michael Pollak e Pierre Nora chamam “lugar de memória”. A “cartografia” de *Mc* se refere a dois “lugares” cronológicos: o biênio 1935-1936, quando ocorrem as rebeliões comunistas no Nordeste que resultaram na prisão do escritor e o intervalo entre as décadas de 1940 e 1950, período da elaboração do livro, que coincide com a atividade política do autor e de onde é possível entrever tensões internas no Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual Ramos fazia parte desde 1945. Ao dispensar anotações e fazer da memória sua única fonte, o escritor escreveu texto que combina as escritas memorialística e literária. Seu uso como documento exige esforços na localização de elementos factuais e fictícios, mesmo que o livro seja vestígio de uma época verificável na realidade objetiva. Todos esses fatores fazem de *Mc* livro único e provocativo, cuja leitura, análise e fruição exigem atenção de quem aceita o desafio proposto por Graciliano. Para alcançar nosso objetivo, pesquisamos, além de *Mc*, artigos, cartas, crônicas e entrevistas do escritor. A base teórica está ancorada em diversos trabalhos, entre os quais *A escrita da História* (1982), de Michel de Certeau; *A memória coletiva* (1990), de Maurice Halbwachs; *A memória, a História, o esquecimento* (2007), de Paul Ricoeur; *Los trabajos de la memoria* (2012), de Elizabeth Jelin; os artigos de Michael Pollak e Pierre Nora sobre “lugares de memória” e de Sandra Pesavento sobre as aproximações e distanciamentos entre a História e a Literatura (2003; 2006). Também constituem apoio teórico importante o estudo da historiadora Ângela de Castro Gomes sobre a “escrita de si” (2004) e o trabalho do crítico Philippe Lejeune sobre autobiografia e pacto autobiográfico (2008).

PALAVRAS-CHAVE: “Trabalhos de memória”; *Memórias do cárcere*; Graciliano Ramos; memória; autobiografia.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the book *Memórias do cárcere* (*Memoirs from prison*) (1953) (*Mc*), by the writer from Alagoas, Graciliano Ramos (1892–1953). It constitutes the author's testimony about his imprisonment in 1936, within the context of the authoritarian escalation that culminated in the Estado Novo (1937). The study seeks to contribute to the understanding of the correlations among History, Literature, and both individual and collective memory. As a historiographical object, *Mc* is a valuable historical source and embodies what Michael Pollak and Pierre Nora define as a "site of memory." The "cartography" of *Mc* refers to two chronological "places": the biennium 1935–1936, when the communist uprisings in the Northeast led to the writer's imprisonment, and the period between the 1940s and 1950s, when the book was written—coinciding with Ramos's political activity and revealing internal tensions within the Brazilian Communist Party (PCB), of which he had been a member since 1945. By dispensing with notes and relying solely on memory as his source, the author produced a text that blends memoir and literary writing. Its use as a document requires efforts to discern factual and fictional elements, even though the book remains a trace of a historically verifiable period. All these factors make *Mc* a unique and provocative work, whose reading, analysis, and appreciation demand the reader's full attention to the challenge proposed by Graciliano. To achieve our objective, we examined not only *Mc* but also Ramos's articles, letters, chronicles, and interviews. The theoretical framework is grounded in several works, including *The writing of History* (1982), by Michel de Certeau; *On collective memory* (1990), by Maurice Halbwachs; *Memory, History, forgetting* (2007), by Paul Ricoeur; *Los trabajos de la memoria* (2012), by Elizabeth Jelin; articles by Michael Pollak and Pierre Nora on "sites of memory"; and studies by Sandra Pesavento on the convergences and divergences between History and Literature (2003; 2006). The research also draws upon Ângela de Castro Gomes's study on "writing of the self" (2004) and Philippe Lejeune's work on autobiography and the autobiographical pact (2008), which provide further theoretical support.

KEYWORDS: "Memory work"; *Memórias do cárcere*; Graciliano Ramos; memory; autobiography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>O Picapau Amarelo e a reforma da natureza</i> (1952)	14
Figura 2 - <i>Bancários: A greve que fechou o caixa</i> (1985)	16
Figura 3 - Um brinde!	17
Figura 4 - Praça do Açude, Palmeira dos Índios (ca. de 1930)	22
Figura 5 - O prefeito de Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos (1928)	27
Figura 6 - <i>O pai da gestão fiscal responsável nasceu em Alagoas</i> (s.d.)	28
Figura 7 - <i>O lenhador</i> , Kazimir Malevich (1912)	44
Figura 8 - Graciliano Ramos preso no Rio de Janeiro (1936)	57
Figura 9 - <i>Soviets no Brasil!</i> O Globo (26 jun. 1935)	61
Figura 10 - Capas da 1a. edição de <i>Mc</i> , por Santa Rosa (1953)	64
Figura 11 - Exemplar do bloco mágico	73
Figura 12 - Manuscrito da carta de Graciliano a Vargas, p. 1 (1938)	121
Figura 13 - Manuscrito da carta de Graciliano a Vargas, p. 2 (1938)	122
Figura 14 - Manuscrito da carta de Graciliano a Vargas, p. 3 (1938)	123

LISTA DE SIGLAS

BN	Biblioteca Nacional
<i>Mc</i>	<i>Memórias do cárcere</i>
<i>MIA</i>	<i>Marxists Internet Archive</i>
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PCS	Partido Comunista Soviético
<i>SB</i>	<i>S. Bernardo</i>
<i>Vs</i>	<i>Vidas secas</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas / União Soviética

SUMÁRIO

PRÓLOGO - EU ME LEMBRO	14
INTRODUÇÃO - ELES AINDA ESTÃO AQUI	19
CAPÍTULO 1 - “ESCRITOR DO POVO”	23
1.1 “Erros da inteligência”	23
1.2 “Minha arma é a pena”	32
1.3 “Consideramo-nos artesãos”	46
CAPÍTULO 2 - DESENCARCERANDO A MEMÓRIA	60
2.1 “O barulho de 1935”	60
2.2 <i>Um trabalho de memória</i>	65
2.3 “Novelo de casos”	82
CAPÍTULO 3 - ENTRE CLIO E CALÍOPE: “UM SUJEITO MAIS OU MENOS IMAGINÁRIO”	93
3.1 “Clio se aproxima de Calíope”	93
3.2 “Um sujeito mais ou menos imaginário”	98
3.3 “Ficção e confissão”	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS - CAVALOS, LIBERDADE E MEMÓRIAS	115
EPÍLOGO - “YO NO CREO EN BRUJAS...”	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
FONTES CONSULTADAS	128
ANEXO A - CARTA NÃO ENVIADA DE GRACILIANO RAMOS A VARGAS	131
ANEXO B - “O PAI DA GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL NASCEU EM ALAGOAS”	137

PRÓLOGO - EU ME LEMBRO

Em uma mesa de bar, entre amigos; no trabalho ou durante a aula; em conversas sobre um assunto qualquer: em algum momento, a dúvida vai aparecer. Quem marcou o gol, dirigiu esse filme, escreveu aquele livro? Como se conjurasse feitiço, alguém recitará a fórmula “eu me lembro”. Esse “abracadabra” fará surgir a recordação, informação ou segredo que se pensava perdido.

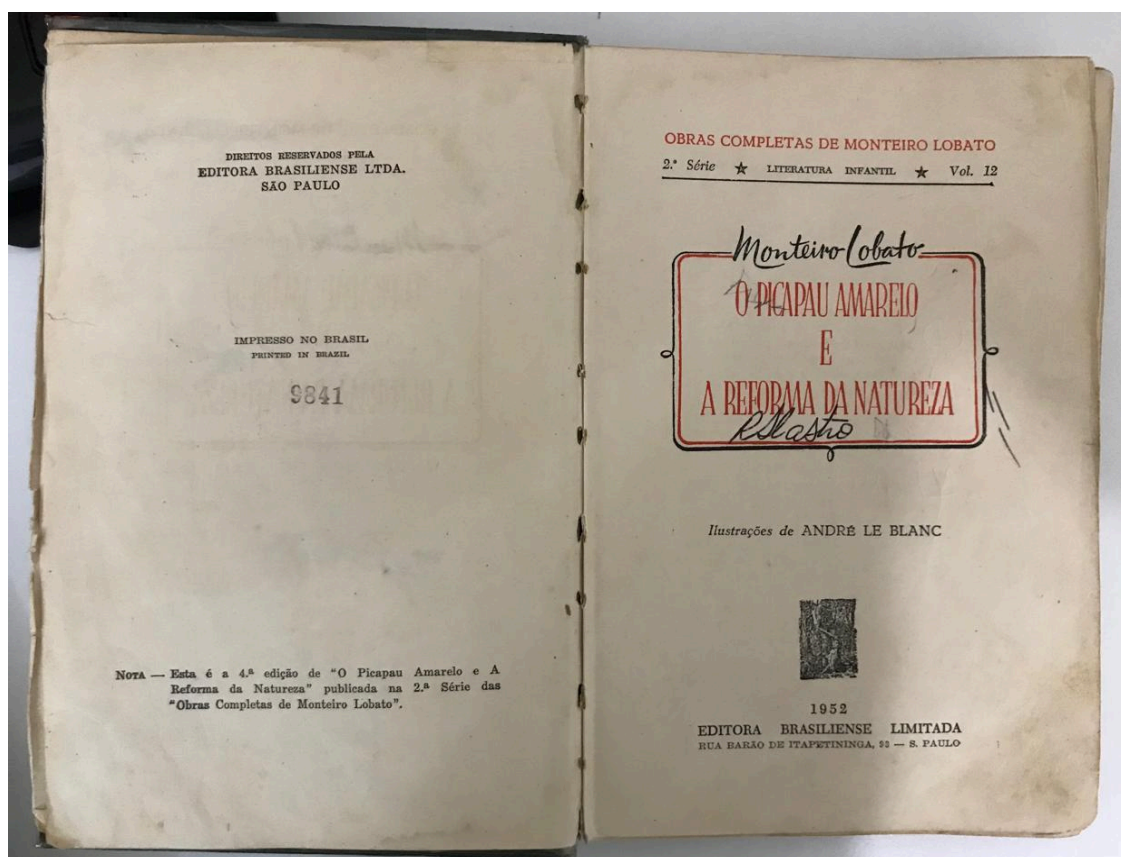
“Eu me lembro”: era uma tarde quente e ensolarada da década de 1990. Eu andava apressado pelas ruas, de mãos dadas com a minha mãe. Naquele dia, entramos e saímos de várias papelarias, em busca de material escolar. Nos anos seguintes ao fim da ditadura civil-militar (1964-1985), comprar qualquer coisa exigia, além de dinheiro, tempo. O “milagre econômico” tinha passado e o tal “bolo” prometido pelo Delfim Netto não cresceu; antes, “solou” e, como de costume, uma elite sempre faminta devorou as migalhas, mesmo de barriga cheia. A inflação “galopava”, como se dizia à época e as palavras “carestia” e “arrocho” apareciam o tempo todo nas notícias e conversas. Donas de casa faziam fila na porta dos mercados para comprar alimentos antes do *overnight*, que faria os preços aumentarem. O “clique” da etiquetadora é recordação comum a quem viveu esses dias difíceis. Luiz da Silva, protagonista de *Angústia* (1936), teria dito que “Os tempos andam safados”. Naquela tarde abafada, numa das lojas, um livro chamou a minha atenção. O título era *Baleia*, mas, na capa havia... um cachorro.

Baleia é, sem dúvida, o capítulo mais conhecido de *Vidas secas (Vs)*, escrito por Graciliano Ramos em 1938. Mas o alagoano planejou o romance como coletânea de contos. Esses “contos”, organizados com constância e coerência, quando lidos na ordem em que aparecem no livro, narram a jornada de Fabiano, sinhá Vitória, dos meninos e da cachorra Baleia. A editora Melhoramentos, gigante no segmento infanto-juvenil entre as décadas de 1960 e 1990, publicou *Baleia* em seu formato original, como parte de uma coleção que incluía, ainda, *O burrinho pedrês*, de Guimarães Rosa, novela publicada pela primeira vez em *Sagarana* (1946). Foi nessa coleção que conheci Baleia e o burrinho Sete-de-ouros.

Minha mãe sempre soube o valor da leitura. Seu pai aprendeu a ler sozinho, com *pulps*, livros baratos com histórias eróticas, de espionagem e faroeste, vendidos em bancas de jornal. Pouca gente era alfabetizada na pequena cidade de origem da minha família materna, no interior da Bahia. Por isso, meu avô foi contratado pela prefeitura como motorista. Em meio à muita dificuldade, ele sustentou a família e transmitiu o gosto pela leitura e a lição

preciosa de que a leitura pode saciar a fome do corpo e da alma. Minha mãe levou essa lição a sério. Guardo uma edição de 1952 de *O Picapau Amarelo e a reforma da natureza*, de Monteiro Lobato. Minha mãe contava que o meu avô encontrara o livro numa lixeira. Nos dias em que a comida não bastava para os dez irmãos, minha mãe enganava o estômago com fantasia. Seguindo o exemplo paterno, ela ensinou os filhos a gostar de ler. Por isso, quando, naquela tarde distante, flagrou a minha curiosidade diante do *Baleia*, ela fez as contas e concluiu que comprá-lo não nos faria passar fome e o levou.

Figura 1 - *O Picapau Amarelo e a reforma da natureza* (1952)



Fonte: Acervo pessoal.

“Eu me lembro”: as tardes de leitura com a minha mãe estão entre minhas memórias mais preciosas da infância. Foi nessa época que tive o primeiro contato com escritoras e escritores que fazem parte da minha formação como leitor. Francisco Marins e suas histórias passadas no sertão e no “Brasil profundo” é um dos meus preferidos e *A aldeia sagrada* (1953) é o seu livro que mais gosto. *A aldeia sagrada* conta a história de Didico, menino sertanejo que perde os pais durante uma seca e se junta a alguns retirantes; durante a viagem,

ele reencontra Chico Vira-Mundo, um tio que migrara anos antes. Chico fala ao sobrinho sobre um “santo” e sua promessa de um paraíso de terra, água e comida para todos. Esperançoso, Didico acompanha o tio e, juntos, chegam ao arraial de Canudos. Lá, testemunham a barbárie da guerra. Anos mais tarde, eu encontraria entre os livros antigos da minha mãe, além do *O Picapau Amarelo...*, uma edição de *Os sertões* (1902). Nas páginas iniciais, uma caricatura representando o duelo entre Dilermando de Assis e Euclides da Cunha, autor da obra, e uma foto do seu velório - morto por Assis - impressionaram-me e me levaram a iniciar a leitura. Claro que não a concluí. *Os sertões* só faria parte do meu repertório de leitura décadas depois. No ensino fundamental, eu ouvia a professora de Geografia falar em êxodo rural sem fazer ideia de que meus pais eram parte desse fenômeno histórico. Quando percebi isso, lembrei-me de Didico e das palavras da *Compadecida*, na famosa peça de Ariano Suassuna: “João foi um pobre como nós, meu filho. Teve de suportar as maiores dificuldades, numa terra seca e pobre como a nossa.”¹ Foi quando entendi que meus pais estavam entre milhões de “joões”.

Meu pai era mineiro do Vale do Mucuri, norte do estado. Na divisa com a Bahia, Minas é nordestina. É nos Gerais, o sertão mineiro, que acontece a ação do romance *Grande sertão: veredas* (1956), também de Guimarães Rosa. De família pobre como minha mãe, quando criança ele vendia queijo e laranjas na estação de trem da cidadezinha onde nasceu. Aos dezessete anos, migrou para a capital, levando mãe e irmãos. Por amor à terra e para aliviar as saudades, meus pais viviam contando “causos” de fantasmas, cangaceiros, assombrações e pistoleiros. Sempre que podiam, falavam da beleza de um nordeste rico e mágico. “Eu me lembro”: foram muitas tardes ouvindo histórias e modas de viola, enquanto meus pais e outros parentes bebiam cachaça e conversavam, com nostalgia, sobre o sertão deixado para trás. Não foi difícil me apaixonar por esse lugar que levo, com orgulho, no sangue.

Adulto, meu pai descobriu que era um trabalhador explorado e se filiou ao sindicato dos bancários, do qual foi membro ativo até o fim da vida. “Eu me lembro” de, muitas vezes, ouvir conversas sobre greves. Curioso, perguntei o que era greve. No dia seguinte, meu pai me levou a um piquete, com bandeiras, faixas, cartazes, carro de som e gente, muita gente. Sorrindo, meu pai me disse “Isso é a greve!” Nosso tempo juntos foi curto, mas o suficiente para formar minha consciência de classe. Às vezes, a compreensão do nosso lugar social dói, como nos versos do poema “Sentimento do mundo”: “Tenho apenas duas mãos / e o

¹ SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, *e-book*.

sentimento do mundo.”² Cresci e me tornei trabalhador, orgulhoso de ser do “chão de fábrica” - ou do “pátio da escola”.

Na juventude, Graciliano Ramos se tornou um dos meus escritores preferidos. Depois de Baleia, conheci Raimundo Pelado, personagem central de *A terra dos meninos pelados* (1939); anos mais tarde, foi a vez de Paulo Honório, de *S. Bernardo* (1934), e Luís da Silva, de *Angústia* (1936) - o meu preferido. Por fim, cheguei ao próprio Graciliano, por meio da sua obra autobiográfica. Sua luta contra o fascismo e pela educação me estimulam. Minha trajetória tornou a pesquisa sobre a obra e engajamento do “Mestre Graça” algo quase natural. Vir morar em Alagoas foi um incentivo poderoso.

Figura 2 - Bancários: A greve que fechou o caixa (1985)



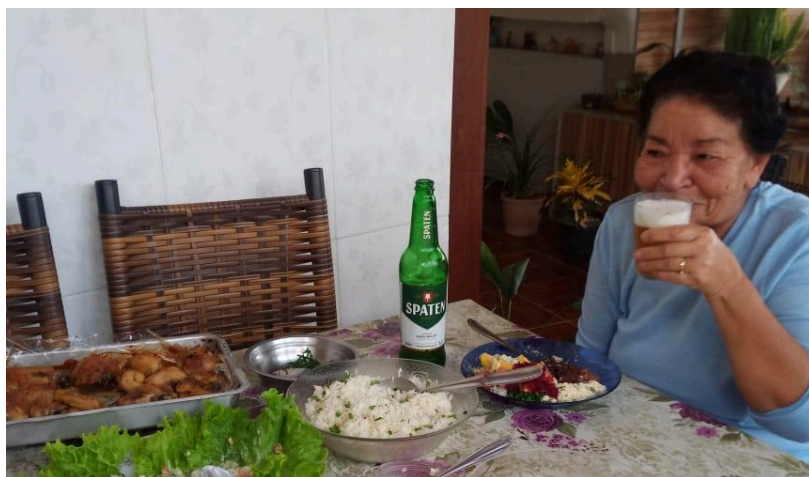
Meu pai, Gerson Soares, durante a greve geral dos bancários (1985). Foto publicada na extinta revista *Fatos*.
Fonte: Acervo pessoal.

Na canção *Bola de meia, bola de gude*, Milton Nascimento canta que “Há um passado em meu presente”. Meu passado me trouxe até aqui. “Eu me lembro”. E não vou esquecer.

² ANDRADE, Carlos Drummond. *Sentimento do mundo*. In: _____. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 9.

Essas foram as últimas linhas que redigi. Escrevi-as com o coração partido e de luto pela morte inesperada da minha Velhinha, Raimunda Castro Vital. Após meses, na solidão e no silêncio, estudando e escrevendo a respeito de Literatura, História e Memória, seria injusto finalizar essa dissertação sem espaço dedicado à ela, apenas. Nos últimos dois anos, minha mãe me acompanhou e releu livros de Graciliano Ramos. A cada conversa, ela tinha vários comentários e perguntas. Herdei dela meu amor pela leitura; minha história, até há pouco tempo, foi construída ao seu lado; e hoje, ela é uma das minhas memórias mais amadas. Nós vencemos, Velhinha. Do nosso jeito, meio *gauche*, mas vencemos. Um brinde a tudo o que fizemos até aqui. Obrigado.

Figura 3 - Um brinde!



Minha Velhinha, Raimunda Castro Vital (1951-2025): antes de tudo, uma forte.
Fonte: Acervo pessoal.

INTRODUÇÃO - ELES AINDA ESTÃO AQUI

*A memória é uma mágica não desvendada. Um truque da vida. Uma memória não se acumula sobre outra, mas ao lado. A memória recente não é resgatada antes da milésima. Elas se embaralham.*³

Em janeiro de 1971, o ex-deputado Rubens Paiva foi sequestrado em sua casa, no Rio de Janeiro, por agentes da ditadura civil-militar. Com o mandato cassado desde 1964, Paiva não exercia, à época do sequestro, função política - não publicamente. Mas recebia, em segredo, cartas de exilados, que repassava às famílias. Ao ser descoberto, foi levado para dependências do Exército, onde foi assassinado. A busca de Eunice Paiva, esposa do deputado, pelo paradeiro do marido, está contada no livro *Ainda estou aqui* (2015), escrito pelo jornalista Marcelo Rubens Paiva, um dos filhos de Rubens e Eunice. Em 2024, *Ainda estou aqui* foi redescoberto, graças à adaptação para o cinema dirigida por Walter Salles. O filme, produzido com sensibilidade e respeito aos envolvidos e suas memórias, lotou as salas de exibição. O público se emocionou e, quem não sabia o que eram os “anos de chumbo” pode ter contato com um 3x4 do período. O filme foi premiado em diversos festivais e escolhido pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas como o “melhor filme estrangeiro de 2025”, recebendo o Oscar correspondente.⁴

Em 1936, 35 anos antes de Rubens Paiva, o funcionário público e escritor alagoano Graciliano Ramos foi preso de forma arbitrária pela polícia fascista de Getúlio Vargas. Não houve processo ou oitivas. Tudo aconteceu, com Paiva e com Ramos, de forma violenta e antidemocrática. E, 62 anos antes de Marcelo Rubens Paiva, o “Mestre Graça”, ou “Velho Graça”, como era conhecido, escreveu suas memórias da cadeia. Tal como *Ainda estou aqui*, *Memórias do cárcere* (1953) foi adaptado para o cinema, estreando em 1984 e sendo igualmente agraciado com diversos prêmios, entre os quais o de melhor filme, no Festival de Cannes, na França.⁵

³ PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. São Paulo: Alfaguara, 2024, *e-book*.

⁴ EXPERIENCE over nine decades of the Oscars from 1927 to 2025. In: Academy of Motion Picture Arts and Sciences. Disponível em: <https://tinyurl.com/melhorfilme2025> Acesso em: 05 mar. 2025.

⁵ MEMÓRIAS do cárcere. In: **Cinemateca brasileira**. Disponível em: <https://tinyurl.com/mccannes> Acesso em: 05 jan. 2025.

A descoberta recente de uma trama de assassinato⁶ e a frustração de um plano de pôr fim ao Estado Democrático de Direito e assassinar presidente e vice-presidente eleitos e um ministro do Supremo Tribunal Superior (STF)⁷ tornou, a meu ver, *Mc* relevante mais uma vez e aumentou a importância simbólica de *Ainda estou aqui*. Porque a violência que vitimou a família Paiva, o escritor Graciliano Ramos e o povo brasileiro ainda está aqui. Mas Graciliano, Paiva e tantas outras pessoas que se opuseram à barbárie também estão.

Graciliano Ramos de Oliveira nasceu em 1892, na cidade de Quebrangulo, agreste alagoano. Interessado por literatura desde criança, ele explorou suas primeiras lembranças na autobiografia *Infância* (1945). No livro, Ramos recorda a importância da leitura, a violência dos pais e os constantes castigos que sofreu. Entre os temas sociais presentes na obra, está a educação, assunto do qual se ocupou entre os anos de 1933 e 1936, quando foi diretor da Instrução Pública alagoana, cargo que corresponde ao atual de secretária ou secretário estadual de educação.⁸

Infância e *Mc* compartilham diversos expedientes narrativos. No primeiro, há duas vozes narrativas: a do "narrador adulto", que se esforça para recordar a infância brutalizada, a partir de onde tece sua crítica, e a do "narrador infantil", que "se fundamenta na apreensão fragmentária e sinestésica do mundo. A narração por esse olhar figura a contínua busca da criança de adaptação e de amparo".⁹ O escritor confia em quem o lê e, por isso, revela momentos de humilhação. São, porém, lembranças embaçadas. No capítulo "Nuvens", de *Infância*, por exemplo, lemos: "Houve uma segunda [memória] aberta entre as nuvens espessas que me cobriam [...]";¹⁰ em seguida, Ramos compara suas recordações a "Pontos nebulosos, ilhas esboçando-se no universo vazio".¹¹ Em *Mc*, há passagem semelhante: "[...] às vezes tudo se embrulhava, entre as visões concretas esboçavam-se fantasmagorias [...]".¹² A voz narrativa demonstra desejo de recuperar o passado, mas reconhece obstáculos: a "imperfeição" da memória; a distância temporal entre si e a matéria narrada; as limitações da

⁶ FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. PGR denuncia ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado; Mauro Cid e Braga Netto também foram denunciados. In: **Portal G1**, Brasília, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/pgrdenuncia> Acesso em: 20 fev. 2025.

⁷ BERLINCK, Fernanda; BRASIL, Filipe; NASCIMENTO, Rafael. Plano para matar Lula, Alckmin e Moraes 'só não ocorreu por detalhes', diz ministro. In: **Portal G1**, Brasília, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/antidemocratico> Acesso em: 06 dez. 2024.

⁸ MORAES, Denis. **O Velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 90.

⁹ FURTADO, Pedro; LEONEL, Maria Célia. Perspectivas conflitivas em *Infância*, de Graciliano Ramos. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan.-abr. 2023, p. 87. Disponível em: <https://tinyurl.com/infanciaconflitiva> Acesso em: 06. dez. 2024.

¹⁰ RAMOS, Graciliano. **Infância**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins, 1976, p. 9. Termo entre colchetes acrescido.

¹¹ RAMOS, 1976, p. 12.

¹² RAMOS. Graciliano. **Memórias do cárcere**. 54. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022b, p. 41.

escrita. A despeito dessas e de outras barreiras, o autor sabia da importância de recordar e contar o que viveu. É dessa consciência que nasce *Mc*, objeto do estudo que ora apresento, dividido em três capítulos.

No primeiro, exploro a formação de Graciliano Ramos como “escritor engajado”.¹³ A partir da leitura dos seus artigos, crônicas, cartas e entrevistas, apresento sua visão de mundo e atuação como militante político e homem público. Parte dessa perspectiva - árida, como seus textos, mas profundamente humana - foi alcançada no estudo da recepção aos seus romances, publicada em jornais e periódicos especializados da época, como o *Boletim de Ariel*. Trato, ainda, do realismo socialista, estética adotada pelos partidos comunistas ao redor do mundo. Parte da performance do alagoano se dá pela recusa em adotar a limitada cartilha comunista e defender sua escrita. A realização dessa tarefa foi possível a partir de pesquisas no acervo do portal *Marxists Internet Archive (MIA)*, repositório digital de textos escritos por destacados comunistas do começo do século XX.¹⁴ Entre outros materiais de interesse, o *MIA* disponibiliza periódicos como a revista *Problemas*, órgão cultural do PCB. Foi em suas páginas que os ensaios de Andrei Zhdanov, o “pai” do realismo socialista, chegaram aos comunistas brasileiro e, por isso, a revista integra nosso *corpus* documental.

O capítulo dois é dedicado ao exame do “desencarceramento” das memórias presentes em *Mc*, em diálogo com os trabalhos de Paul Ricoeur, Sigmund Freud e Jacques Le Goff a respeito do funcionamento fisiológico e social da memória e suas relações com a História.¹⁵ Os conceitos de “lugar de memória”, estabelecido por Michael Pollak e ampliado por Pierre Nora, e de “trabalho de recordação” ou “de memória”, elaborados por Freud e adotados por Elizabeth Jelin nos seus estudos sobre ditaduras militares na América Latina, auxiliam na compreensão dessas relações e conexões.¹⁶ A voz que narra *Mc* reconhece que a experiência descrita não é apenas sua. Ao tratar da repressão política e das condições carcerárias de sua época, a obra dá voz a um grupo diverso de marginalizados e perseguidos: comunistas, artistas, ativistas da esquerda, homossexuais, entre outros. Isso torna a tese sobre memória

¹³ SARTRE, Jean Paul. **Que é a literatura?** São Paulo: Ática, 2004, p. 20.

¹⁴ O acervo do *MIA* está disponível em <https://www.marxists.org/>

¹⁵ FREUD, Sigmund. Nota sobre o bloco mágico (1925). In: _____. **Obras completas v. 16 (1923-1925)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, *e-book*; _____. Recordar, repetir, elaborar (1914). In: _____. **Obras completas v. 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, *e-book*; LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990; RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁶ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. 2. ed. Lima: IEP, 2012; NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993; POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-215. Disponível em: <https://tinyurl.com/revistaestudoshistoricos> Acesso em: 18 fev. 2025.

coletiva, de autoria do sociólogo francês Maurice Halbwachs,¹⁷ indispensável. Ainda no segundo capítulo, discuto a transposição de *Mc* de relato à condição de fonte histórica. Como obra de arte, *Mc* se destaca pela beleza rude, tal como nos demais textos “graciliânicos”;¹⁸ como fonte, oferece testemunho potente a respeito da violência política na década de 1930. A obra se abre a reflexões sobre Memória, História e a própria Literatura. Finalizo abordando os conceitos de *ficto* e fato a partir da *Poética* aristotélica e das reflexões de Sandra Pesavento, nos quais a historiadora trata dos pontos de convergência e divergência entre História e Literatura, em interlocução com *A escrita da História* (1982),¹⁹ de Michel de Certeau.

O trabalho se encerra com a aproximação entre a autoficção, ideia de autoria do crítico francês Philippe Lejeune,²⁰ e *Mc*. O livro de Ramos é, a um só tempo, testemunho histórico e construção literária. Lejeune, ao definir o pacto autobiográfico, enfatiza a promessa de identidade entre autor, narrador e personagem e estabelece um compromisso de veracidade com o leitor. Na obra “graciliânica”, no entanto, o pacto está sob tensão: sua experiência na prisão é selecionada pela memória, reorganizada pela linguagem e estetizada pela narrativa. Graciliano Ramos não pretende alcançar a “fidelidade” em *Mc*, mas chega a um “efeito de realidade” e nos entrega um texto em que encena a si mesmo, corroborando com o dizer da historiadora Ângela de Castro Gomes, para quem a “escrita de si” constitui, também, um “teatro da memória”.²¹

¹⁷ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

¹⁸ Neologismo usado pela historiadora Ângela Maria dos Santos na sua dissertação de mestrado sobre o desempenho de Graciliano Ramos nas funções públicas. Cf. SANTOS, Ângela Maria dos. **O pensamento graciliânico e suas relações sociopolíticas e administrativas em Alagoas**. 2019. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, 2019, p. 121. Disponível em: <https://tinyurl.com/pensamentogracilianico> Acesso em: 06 dez. 2024.

¹⁹ ARISTÓTELES. **Poética**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017; CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982; PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Nanterre, jan. 2006, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/novonuevomundo> Acesso em: 25. set. 2023; _____. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

²⁰ LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

²¹ GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 11.

CAPÍTULO 1 - “ESCRITOR DO POVO”

1.1 “Erros da inteligência”

O ano de 1927 é um marco na vida de Graciliano Ramos. Aos 35 anos, ele não era o escritor admirado que se tornaria. Mas o lance que faria dele o “Mestre Graça” aconteceu no dia sete de outubro daquele ano, quando Ramos foi eleito prefeito de Palmeira dos Índios, cidade da Zona da Mata alagoana.²² Acontecimentos subsequentes à sua posse o inscreveram na nossa História política e literária. Para compreender a trajetória que o levou à essa posição política e ao reconhecimento literário, vamos retroceder até 1910, ano da sua chegada na cidade.

Figura 4 - Praça do Açude, Palmeira dos Índios (ca. de 1930)



Fonte: História de Alagoas.²³

Na primeira metade do século passado, Palmeira dos Índios era uma cidade próspera. Sua população, de cerca de cinco mil habitantes, lucrava com a pecuária e a exportação de algodão para a Europa. Negociante experiente, o agricultor Sebastião Ramos, morador da cidade vizinha, Viçosa, calculou quanto ganharia no mercado algodoeiro e investiu suas economias em máquinas para beneficiamento de algodão e uma loja de tecidos. Mudou-se, em

²² LIMA, Waldemar de Souza. **Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Maceió: Imprensa Oficial, 2013, p. 169-170.

²³ BEZERRA E SILVA, Manoel. Palmeira dos Índios do meu tempo de menino. In: **História de Alagoas**. Disponível em: <https://tinyurl.com/palmeiradosindios> Acesso em: 05 jan. 2025.

1910, para Palmeira dos Índios e levou consigo o filho Graciliano, de dezoito anos.²⁴

A estreia literária do autor de *Caetés* aconteceu na infância. Em 1903, aos onze anos, ele publicou em um jornal de Viçosa o conto *O pequeno pedinte*²⁵. Ainda em Viçosa, editou, ao lado do amigo Mário Venâncio, a folha *Echo Viçosense*, mas o suicídio de Venâncio fez com que a publicação fosse encerrada após quinze dias do início das atividades.²⁶ Abalado, Graciliano interrompeu a escrita.

Anos mais tarde, alguns sonetos de sua autoria apareceram em veículos de imprensa com maior alcance. Não eram, no entanto, do “Velho Graça”. Os temas - amor não correspondido e nostalgia - nada tinham a ver com os que o interessaram mais tarde; também a forma, parnasiana²⁷ - o jovem Graciliano ficou admirado com o estilo - divergia da que o consagraria. Os sonetos estão assinados com pseudônimo, o que nos leva a acreditar que o seu autor não tinha a intenção de ser reconhecido. Décadas mais tarde, no estágio final da doença que o mataria, “Graça” instruiu o filho, o também escritor Ricardo Ramos:

O que assinei com meu nome pode publicar; no que usei as iniciais GR, leia com cuidado, veja bem; no que usei RO, tenha mais cuidado ainda; o que fiz sem assinatura ou sem iniciais não presta, deve ser tudo besteira, mas pode escapar uma ou outra página, menos infeliz. Já com pseudônimo não, não sobra nada, não deixe sair. E, pelo amor de Deus, poesia nunca; foi tudo uma desgraça.²⁸

Outros acontecimentos de 1910 contribuíram para que o jovem comerciante se tornasse um dos nomes mais importantes da literatura brasileira. Naquele ano, fortes chuvas atingiram o Nordeste e destruíram lavouras em toda a região. O prejuízo fez Sebastião Ramos voltar a Buíque, cidade pernambucana na divisa com Alagoas, onde mantinha parte do gado. Os negócios em Palmeira dos Índios ficaram sob responsabilidade do futuro autor de *SB*. Ainda em 1910, o marechal do Exército Hermes da Fonseca foi eleito presidente do Brasil.

Fonseca se destacou na repressão às revoltas da Armada (1893)²⁹ e da Vacina (1904).³⁰

²⁴ MORAES, 2012, p. 37.

²⁵ MORAES, 2012, p. 31.

²⁶ MORAES, 2012, p. 33.

²⁷ O movimento parnasiano teve origem na França, na segunda metade do século XIX. Seus poetas cultuavam o lema *ars gratia ars* (arte pela arte), o que resultou numa poesia autocentrada, cujos versos giravam em torno do próprio fazer artístico. O soneto foi a forma privilegiada pelos poetas parnasianos, que produziram uma obra densa, marcada por versos de métrica rígida, vocabulário complicado e excesso nas descrições e no uso de figuras de linguagem. Dadas essas características, o crítico Antonio Candido considerou o estilo superficial, esnobe e afastado da realidade social, bastante representativo do conservadorismo da Academia Brasileira de Letras (ABL). Cf. CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. **Literatura e sociedade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 117-146.

²⁸ MORAES, 2012, p. 31.

²⁹ SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 321.

³⁰ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 328.

Sua campanha se deu em torno da moralidade política, em oposição à corrupção característica dos primeiros anos da República; apesar disso, o marechal era aliado de Pinheiro Machado, político gaúcho conhecido como “coronel dos coronéis”.³¹ Durante a “República Velha”,³² clientelismo e trocas de favor eram a regra e os chefes regionais conhecidos como “coronéis”, seus maiores representantes.³³ O adversário de Hermes da Fonseca foi o conhecido jurista e intelectual baiano Rui Barbosa. Sua candidatura ganhou o nome de “campanha civilista”, já que Barbosa era a favor da ausência do Exército - de onde vieram os dois primeiros presidentes do Brasil - em assuntos políticos³⁴.

O início do governo do marechal Hermes da Fonseca coincidiu com a “Política das salvaçãoes”, conjunto de ações lideradas por oficiais do Exército dispostos a derrubar à força as oligarquias rurais. O resultado foi uma onda de violência; no Norte e Nordeste, onde senhores rurais exerciam o poder com mão de ferro, os conflitos entre jagunços e militares causaram grande destruição.³⁵ Somada às chuvas, a “salvação” provocou perdas consideráveis aos agricultores e comerciantes nordestinos.

O movimento na loja de Palmeira dos Índios diminuiu. Em 14 de novembro de 1910, Graciliano escreveu à mãe, Maria Amélia Ramos: “Aqui estamos todos bons nesta santa Palmeira, terra que, se não é boa, sempre é menos ruim do que eu julgava. Aqui não há cafés, há maus bilhares, pouca cerveja, nenhum divertimento. Enfim, gasta-se pouco dinheiro e vende-se alguma coisa, isto é, ganha-se mais do que se gasta.”³⁶ Em nova carta à mãe, de 19 de junho de 1911, a queixa se repete:

Isto aqui é bom como o diabo: acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando; dorme-se às nove da noite. Uma vida de anjo. Quando chegar aí - está compreendendo? - hei de ter o corpo pesando 70 quilos e a alma leve de pecados, tão leve como os *vagons* que levam material para a construção da estrada de ferro de Palmeira.³⁷

³¹ MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, col. A história do Brasil nação: 1808-2010 v. 3, p. 121.

³² O termo “República Velha” é uma “fabricação” do Estado Novo. Entre as estratégias de poder adotadas por Vargas, estava a desmoralização dos seus adversários. A exemplo do que fez com os rebeldes comunistas de 1935 - cuja ação se tornou conhecida como “intentona” - Vargas construiu uma imagem de barbárie para a chamada Primeira República: segundo os ideólogos a serviço do Catete, a “Primeira República” estava associada a I Grande Guerra, epidemias de febre amarela no Rio de Janeiro, e em um liberalismo excessivo que pretendia destruir a unidade nacional. Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: DELGADO Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo - Segunda República (1930-1945)**. 9. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, col. O Brasil Republicano v. 2, p. 392-426.

³³ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322.

³⁴ MATTOS In: SCHWARCZ, 2012, p. 121.

³⁵ MATTOS In: SCHWARCZ, 2012, p. 121.

³⁶ RAMOS, Graciliano. **Cartas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022a, p. 13.

³⁷ RAMOS, 2022a, p. 14, grifo do autor.

Foi nessa época que o comerciante iniciou sua produção literária. Com a loja vazia, Graciliano se sentava nos fundos da loja, fazendo caixotes de escrivania; nessas condições, ele preencheu vários cadernos, gênese dos romances *Caetés* (1933) e *S. Bernardo* (1934).

Em 1926, encontramos o “Mestre” de *Vs* aos 34 anos. O comerciante austero é reconhecido e admirado pela honestidade, inteligência e voracidade como leitor. Além da loja, ele se ocupa com a presidência da Junta Escolar do município.³⁸ Em fevereiro, o prefeito Lauro de Almeida, foi assassinado; o mandante do crime seria morto pouco tempo depois.³⁹ A ausência de interessados no cargo levou os chefes políticos locais a indicarem Graciliano. Apesar da “Política das salvaçãoes”, o coronelismo seguia vivo e as manipulações e ameaças garantiram a sua eleição. Mais tarde, “Graça” comentaria o episódio: “Assassinaram o meu antecessor. Escolheram-me por acaso. Fui eleito naquele velho sistema das atas falsas, os defuntos votando”.⁴⁰

A integridade do novo prefeito encontrou entraves. Palmeira dos Índios sofria com o patrimonialismo. No primeiro relatório ao governo do estado, o prefeito-escritor informa:

Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o comandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, com prefeitos coronéis e prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam.⁴¹

Como agravante, a cidade não tinha lei orgânica ou código de postura. No mesmo relatório consta o seguinte:

Em janeiro do ano passado não achei no Município nada que se parecesse com lei, fora as que havia na tradição oral, anacrônicas, do tempo das candeias de azeite. Constava a existência de um código municipal, coisa inatingível e obscura. Procurei, rebusquei, esquadrinhei, estive quase a recorrer ao espiritismo, convenci-me de que o código era uma espécie de lobisomem. Afinal, em fevereiro, o secretário descobriu-o entre papéis do Império. Era um delgado volume impresso em 1865, encardido e dilacerado, de folhas soltas, com aparência de primeiro livro de leitura do Abílio Borges. Um furo. Encontrei no folheto algumas leis, aliás bem redigidas, e muito sebo.⁴²

³⁸ MORAES, 2012, p. 58.

³⁹ LIMA, 2013, p. 156.

⁴⁰ RAMOS *apud* MORAES, 2012, p. 61.

⁴¹ PREFEITURA municipal de Palmeira dos Índios. Relatório ao governador do Estado de Alagoas. Maceió: Imprensa Oficial, 1929, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/prefgraca1929> Acesso em: 19 jun. 2023.

⁴² PREFEITURA municipal de Palmeira dos Índios, 1929, s.p. Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas (1824-1891), foi médico e educador baiano. Em 1858, fundou, em Salvador, o Ginásio Baiano, onde estudaram, entre outros, Castro Alves e Rui Barbosa. O Ginásio encerrou suas atividades em 1910. O Barão também se tornou conhecido pelas cartilhas de leitura, alvo da ironia “graciliânica”. Cf. ABÍLIO César Borges, primeiro e único Barão de Macaúbas. *In: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*. Disponível em: <https://tinyurl.com/abilioborges> Acesso em: 11 nov. 2024.

Diante disso, o prefeito propôs ao poder legislativo a criação de uma legislação. Apesar da oposição, a norma com 82 artigos foi aprovada, descrevendo direitos e deveres do cidadão e obrigações e limites do poder público.⁴³ A historiadora Ângela Maria dos Santos pesquisou a administração de Ramos. Santos usa a expressão “pensamento graciliânico” para descrever a gestão séria e correta de Ramos. Para Santos,

o pensamento graciliânico e o dilema de sua intelectualidade enquanto agente social contribuiu para entender como que um sujeito fruto de seu tempo e espaço conseguiu cooptar com as esferas de poder locais e nacionais mesmo não corroborando com algumas práticas administrativas, políticas e filosófica.⁴⁴

Ainda de acordo com a historiadora,

Como administrador público, Graciliano Ramos desejava uma Palmeira dos Índios fundada nos padrões europeus de modernização, com fulcro em uma educação emancipadora, sinalizada pelo "ensino leigo, público e gratuito, a industrialização, as transformações arquitetônicas e urbanísticas, as campanhas de higienização e vacinação obrigatórias, de transformação de hábitos e dos costumes". Por seu tempo, nota-se que o prefeito pretendia replicar, na então cidade administrada, práticas emanadas do processo que desembocou na Revolução Francesa ou o que a República brasileira havia prometido e não cumprira. Nesse contexto, a postura assumida pelo então agente público tornava-se paradoxal face a sua inclinação para criticar tudo o que era estrangeiro.⁴⁵

O “paradoxo graciliânico” trouxe bons resultados para Palmeira dos Índios:

Na esfera da prática administrativa, Graciliano trabalhava com a impessoalidade, que será constitucionalizada sessenta anos mais tarde, mas em seus Relatórios são enfatizados em detalhes como os recursos públicos foram aplicados. Mesmo sabendo como funcionava a máquina burocrática na época, Graciliano escreve seus Relatórios com informalidades, o que fugia dos padrões rigorosos daquele período. Assim, Graciliano trata esse documento como um resumo das suas práticas administrativas, a saber: "Não foram muitos, que os nossos recursos são exíguos. Assim minguados, entretanto, quase insensíveis ao observador afastado, que desconheça as condições em que o Município se achava, muito me custaram". Por essas publicações dos Relatórios, o então prefeito, para as pesquisas contemporâneas, ficou conhecido como um agente eficiente à época diante da Administração Pública.⁴⁶

Dois passagens ilustram a eficiência a que Ângela Santos se refere.

Era costume dos criadores de gado palmeirenses deixar que bois e vacas pastassem

⁴³ MORAES, 2012, p. 67.

⁴⁴ SANTOS, 2019, p. 121.

⁴⁵ SANTOS, 2019, p. 69.

⁴⁶ SANTOS, 2019, p. 71.

pelas ruas e praças da cidade; donos de cães os criavam soltos. A cidade estava sempre suja e ocupada por animais. Empolgado com os ideais de urbanização e higiene do começo do século XX, o novo prefeito ordenou a limpeza, em especial nos arredores do mercado municipal e do açougue público, e o recolhimento dos animais; aqueles cujos donos não fossem encontrados seriam sacrificados. Graciliano orientou a população e avisou que reincidentes seriam multados. Sebastião Ramos, que ainda mantinha negócios pecuários em Palmeira dos Índios, foi penalizado. Ao receber a multa, reclamou com o filho e ouviu como resposta que “prefeito não tem pai”.⁴⁷

Durante a construção de uma estrada, os operários se desentenderam com um fazendeiro, que não permitiu obras na sua propriedade. O prefeito orientou os servidores a cortarem o milho do sitiante. Depois, procurou-o e disse: “– Seu milho ia dar aqui a noventa dias, mas o senhor já o colheu agora. Vá à prefeitura receber o seu dinheiro”.⁴⁸

Figura 5 - O prefeito de Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos (1928)



Fonte: MORAES, 2012, s.p.

A administração de Palmeira dos Índios no biênio 1928-1929 ainda é tema de estudos. E, eventualmente, candidatos a cargos eletivos tentam se associar à imagem de político empenhado e responsável do ex-prefeito daquela cidade. Na década de 1990, o governo de Alagoas evocou a figura de Ramos para enaltecer a “gestão fiscal responsável” do estado. No cartaz *O pai da gestão fiscal responsável nasceu em Alagoas*, o governo estadual usou a imagem de Graciliano Ramos para exaltar sua eficiência. Na peça, lemos:

⁴⁷ MORAES, 2012, p. 65.

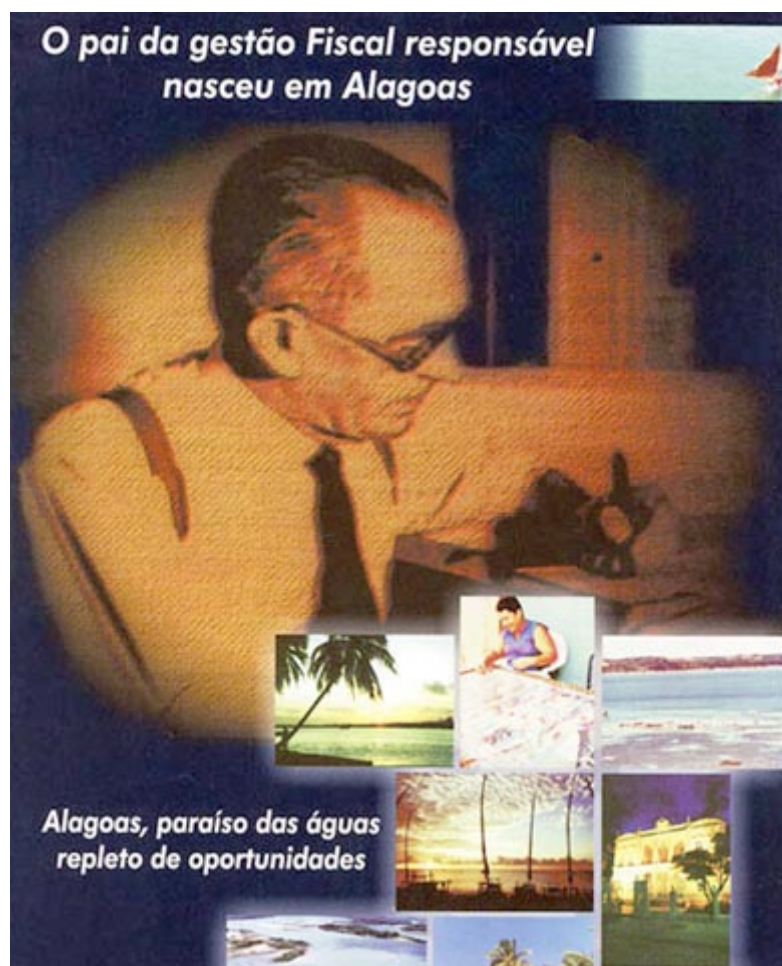
⁴⁸ MORAES, 2012, p. 67.

O alagoano Graciliano Ramos, um dos mais representativos escritores brasileiros de todos os tempos, foi prefeito de Palmeira dos Índios. Ao redigir os famosos relatórios da administração, "Mestre Graça" dava exemplo de austeridade, respeito e ética no trato com o dinheiro do povo. A prestação de contas, de 1929, antes de expor o talento literário, revela um homem público comprometido com a gestão fiscal responsável.

Hoje, o Governo de Alagoas faz questão de ressaltar esse exemplo, porque há um novo tempo em evolução nesta terra. O objetivo é construir o desenvolvimento sustentável e recompor plenamente os serviços básicos a serem prestados à sociedade. Para tanto, é fundamental exercitar o poder de forma responsável e democrática.

É por isso que, em apenas dois anos, dezenas de empresas como a Quaker, Granomel, Nutron e Trikem, estão instalando e duplicando seus investimentos em Alagoas. O governo, que trata os agentes do desenvolvimento com seriedade, já regularizou a lei de incentivos fiscais, está fortalecendo o equilíbrio financeiro do Estado e reestabeleceu o respeito junto às autoridades federais.⁴⁹

Figura 6 - O pai da gestão fiscal responsável nasceu em Alagoas (s.d.)



Fonte: Graciliano Ramos.

⁴⁹ O PAI da gestão fiscal responsável nasceu em Alagoas. Governo de Alagoas, s.d. 1 cartaz, color. In: **Graciliano Ramos**. Disponível em: <https://tinyurl.com/paigestaofiscalresp> Acesso em: 19 jun. 2023.

Foi nos anos de 1929 e 1930, na prestação de contas ao governo estadual, que Graciliano Ramos escreveu os dois relatórios que o tornaram conhecido. Para Marcos Falleiros, os documentos repercutiram “[...] como uma anedota vinda do sertão em linguagem antibacharelista e abusada, com inesperado teor de retidão administrativa, moderna e positivista”.⁵⁰

Escritos em linguagem metaliterária, os relatórios são distantes do que se espera de documentos oficiais. Seu vocabulário é coloquial, cáustico e objetividade. Tudo isso nos permite identificar o autor de *Mc*. Os relatórios revelam as preocupações políticas e sociais do escritor. Vejamos alguns trechos do primeiro deles, datado de 10 de janeiro de 1929.

O primeiro item, “Começos”, trata do patrimonialismo:

Para que semelhante anomalia desaparecesse lutei com tenacidade e encontrei obstáculos dentro da Prefeitura e fora dela - dentro, uma resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sôma, oblíqua, carregada de bilis. Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administra melhor do que todos nós; outros me davam três meses para levar um tiro.⁵¹

A seção trata também, com costumeira ironia “graciliânica”, dos servidores municipais:

Dos funcionários que encontrei em janeiro do ano passado restam poucos: saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma. Os atuais não se metem onde não são necessários, cumprem as suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas. Devo muito a eles.⁵²

Em seguida, “Graça” descreve obras públicas e, quando cita dificuldades na arrecadação de impostos, revela sua disposição para sanear as contas da cidade:

Adquiri picaretas, pás, enxadas, martelos, marrões, marretas, carros para aterro, aço para brocas, alavancas, etc. Montei uma pequena oficina para consertar os utensílios estragados.

[...]

As despesas com a cobrança dos impostos montaram a 5:602\$244. Foram altas porque os devedores são cabeçudos. Eu disse ao Conselho, em relatório, que aqui os contribuintes pagam ao Município se querem, quando querem e como querem. Chamei um advogado e tenho seis agentes encarregados da arrecadação, muito penosa.⁵³

⁵⁰ FALLEIROS, Marcos Falchero. Os relatórios de Graciliano Ramos. *In*: XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2008, São Paulo. **Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC**. São Paulo, 2008, p. 1. Disponível em: <https://tinyurl.com/relatgracabralic> Acesso em: 28 out. 2024.

⁵¹ PREFEITURA municipal de Palmeira dos Índios, 1929, s.p.

⁵² PREFEITURA municipal de Palmeira dos Índios, 1929, s.p.

⁵³ PREFEITURA municipal de Palmeira dos Índios, 1929, s.p.

Ao contabilizar gastos inúteis, Ramos cita o excesso de telegramas:

Relativamente à quantia orçada, os telegramas custaram pouco. De ordinário vai para eles dinheiro considerável. Não há vereda aberta pelos matutos, forçados pelos inspetores, que prefeitura do interior não ponha no arame, proclamando que a coisa foi feita por ela; comunicam-se as datas históricas ao governo do Estado, que não precisa disso; todos os acontecimentos políticos são badalados. Porque se derrubou a Bastilha - um telegrama; porque se deitou uma pedra na rua - um telegrama; porque o deputado F. esticou a canela - um telegrama. Dispêndio inútil. Toda a gente sabe que isto por aqui vai bem, que o deputado morreu, que nós choramos e que em 1556 D. Pedro Sardinha foi comido pelos caetés.⁵⁴

E na “Conclusão” lemos:

Procurei sempre os caminhos mais curtos. Nas estradas que se abriram só há curvas onde as retas foram inteiramente impossíveis. Evitei emaranhar-me em teias de aranha. [...] Não favoreci ninguém. Devo ter cometido numerosos disparates. Todos os meus erros, porém, foram erros da inteligência, que é fraca. Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome. Não me fizeram falta. Há descontentamento. Se a minha estada na Prefeitura por estes dois anos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos. Paz e prosperidade.⁵⁵

Por se tratar de documento público, que busca - ou deveria - formalidade, objetividade e clareza, sua textualidade é questionável. Na busca por definir a “literariedade” de um texto, o crítico canadense Northrop Frye afirma que a linguagem, em relação à arte do texto, oferece duas possibilidades: “a direção para a literatura, interna, centrípeta, e a direção para a referência fatural, externa, centrífuga”.⁵⁶ Diante disso, Frye destaca que:

[...] textos externos frequentemente sobrevivem em razão de seu estilo ou de sua configuração verbal atraente, depois que sua funcionalidade para a representação dos fatos se perdeu. [...] Nenhum destes teve intenção primacialmente literária, e teria falhado a seu propósito inicial se tivesse tido, mas são todos literários agora, e dados para o crítico.⁵⁷

Ou seja, existem textos cuja razão de existir não é a literatura, mas sua linguagem e estilo os tornam obras literárias. A prestação de contas de uma prefeitura é um exemplo. Os relatórios do prefeito de Palmeira dos Índios até hoje servem como registro das atividades do chefe municipal e são fontes para o estudo da economia e administração municipais. Mas é incontestável que a sua notoriedade se deve mais às suas características literárias do que ao

⁵⁴ PREFEITURA municipal de Palmeira dos Índios, 1929, s.p.

⁵⁵ PREFEITURA municipal de Palmeira dos Índios, 1929, s.p.

⁵⁶ FRYE *apud* FALLEIROS, 2008, p. 1.

⁵⁷ FRYE *apud* FALLEIROS, 2008, p. 1.

seu caráter informativo e explicativo. Esses documentos são fruto da inteligência de alguém que se devotou à literatura desde cedo, ainda que o seu processo de alfabetização tenha sido doloroso:

Meu pai não tinha vocação para o ensino, mas quis meter-me o alfabeto na cabeça. Resisti, ele teimou - e o resultado foi um desastre. Cedo revelou impaciência e assustou-me. Atirava rápido meia dúzia de letras, ia jogar solo. À tarde pegava um côvado, levava-me para a sala de visitas - e a lição era tempestuosa. Se não visse o côvado, eu ainda poderia dizer qualquer coisa. Vendo-o, calava-me. Um pedaço de madeira, negro, pesado, da largura de quatro dedos. [...]

Sozinho não me embaraçava, mas na presença de meu pai emudecia. Ele endureceu algumas semanas, antes de concluir que não valia a pena tentar esclarecer-me. Uma vez por dia o grito severo me chamava à lição. Levantava-me, com um baque por dentro, dirigia-me à sala, gelado. E emburrava: a língua fugia dos dentes, engrolava ruídos confusos. Livrara-me do aperto crismando as consoantes difíceis: o T era um boi, o D uma peruinha. Meu pai rira da inovação, mas retomara depressa a exigência e a gravidade. Impossível contentá-lo. E o côvado me batia nas mãos. Ao avizinhar-me dos pontos perigosos, tinha o coração desarranjado num desmaio, a garganta seca, a vista escura, e no burburinho que me enchia os ouvidos a reclamação áspera avultava. Se as duas letras estivessem juntas, o martírio se reduziria, pois, libertando-me da primeira, a segunda acudia facilmente. Distanciavam-se, com certeza havia na colocação um designio perverso - e os meus tormentos se duplicavam.

As pobres mãos inchavam, as palmas vermelhas, arroxeadas, os dedos grossos mal se movendo. Latejavam, como se funcionassem relógios dentro delas.⁵⁸

1.2 “Minha arma é a pena”

O relatório de 1929 chegou à imprensa e alguns jornais o publicaram na íntegra. Antes de passarmos à essas publicações, faz-se necessária uma breve discussão acerca das especificidades do uso de periódicos como fonte histórica.

Para o historiador José D’Assunção Barros, o jornal consiste em “meio de comunicação”, “instrumento produtor de discursos”, “‘produto cultural’ destinado à leitura”.⁵⁹ Segundo Barros, o jornal constitui um “periódico”, categoria que inclui, ainda, publicações, como os boletins, almanaques, catálogos e revistas. Os periódicos são “[...] efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra.”⁶⁰ O historiador destaca, ainda, que entre as características essenciais do jornais estão, além da forma impressa e da periodicidade, a sua disponibilização a algum público.⁶¹ Para essa

⁵⁸ RAMOS, 1976, p. 104; 106.

⁵⁹ BARROS, José D’Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 52, 2021, p. 422. Disponível em: <https://tinyurl.com/jornalfontehistorica> Acesso em: 20 jan. 2026.

⁶⁰ BARROS, 2021, p. 422.

⁶¹ BARROS, 2021, p. 422.

pesquisa, consultei, além de folhas diárias, órgãos oficiais de informação. Chamo a atenção para a presença de três periódicos: a revista *Problemas* e o jornal *Tribuna Popular*, publicações do Partido Comunista do Brasil, e para o *Boletim de Ariel*. A circulação de críticas literárias em folhas editadas pelo “Partidão” revelam a preocupação dos seus secretários com a literatura e as artes de modo geral. Abordo a questão de forma mais atenta no capítulo 3. Já o Boletim de Ariel foi um órgão informativo da Ariel Editora, fundada em 1931 por Gastão Cruls e Agrippino Grieco.⁶² O boletim circulou entre 1931 e 1939 e entre 1973 e 1977. É considerado o periódico literário mais importante da década de 1930. Seus fundadores faziam parte da elite intelectual e editorial brasileira e eram, quando iniciaram seu negócio, escritores importantes. Tania Regina de Luca, historiadora cujo esforço de pesquisa se concentra na história da imprensa, destaca que a Ariel Editora se tornou, em pouco tempo, uma das empresas mais importantes do mercado editorial.⁶³ O sucesso se deveu ao catálogo variado da casa, que incluía romances nacionais e estrangeiros e publicações científicas, jurídicas e de interesse geral. Dessa maneira, a Ariel conseguia abranger um grande público leitor, endossando a importância do público-alvo destacada por Barros. Por outro lado, a amplitude do acervo e da oferta da Ariel revela outros aspectos que não podem ser deixados à margem.

Um deles é que o boletim era veículo de informação de uma empresa. Ainda que Luca afirme que ser uma estratégia de vendas não determina as características da publicação, esse elemento não pode ser desconsiderado. Mas a pesquisadora acerta ao destacar que “[...] há que se considerar, para cada caso concreto, a natureza das relações de força, os pesos e contrapesos no interior do empreendimento e o contexto de circulação, o que alerta contra o afã classificatório.”⁶⁴ E a cena literária e editorial brasileira da década de 1930 tinha duas marcas características: a expansão do mercado, com o aparecimento de livrarias pertencentes à editoras e uma produção de obras originais e de crítica intensa; e a vigilância cerrada de Getúlio Vargas, cuja estratégia era aliar censura e prisão com cooptação. Muitos escritores atuaram para empresas estatais dedicadas à cultura. O próprio Graciliano Ramos, entre eles. Entre 1939 e 1941, Ramos publicou na revista *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do Estado Novo, uma série de crônicas, os *Quadros e costumes*

⁶² HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da USP, 1985, p. 344-346.

⁶³ LUCA, Tania Regina. Periódicos lançados por editoras: o caso do Boletim de Ariel (1931-1939). **Revista História Unesp**, Franca, v. 36, n. 32, 2017, p. 7. Disponível em: <https://tinyurl.com/boletimdeariel> Acesso em: 20 jan. 2026.

⁶⁴ LUCA, 2017, p. 8.

do Nordeste.⁶⁵ A esse respeito, Dênis de Moraes resgata uma declaração do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, também ele servidor público sob a ditadura varguista: “Nós trabalhamos *no* Estado Novo e não *para* o Estado Novo.”⁶⁶ Ademais, por se tratar de um impresso voltado para público interessado nos produtos e ações de uma editora e seus responsáveis, a polêmica e as discussões estéticas e políticas acabavam enfraquecidas. Luca completa que

[...] quanto maior a força econômica e/ou simbólica do empreendimento-mecenas, também crescia a preocupação de preservar a imagem da marca frente ao público, o que ajuda a compreender a predominância de um ecletismo bem-comportado, que não feria suscetibilidades do gosto médio, aliás significativamente influenciado pela atividade crítica, que ungia e legitimava os aspirantes à glória no mundo letrado. De toda forma, importa marcar a distância entre esse tipo de revista e as de vanguarda que a antecederam, assim como em relação àquelas fundadas por grupos ideológicos bem-definidos como, por exemplo, a católica *A Ordem* (1922), as integralistas *Anauê!* (1935) e *Panorama* (1936), ou, ainda, as patrocinadas pelo regime, caso de *Cultura Política* (1941), sem dúvida o mais importante periódico no seu gênero.⁶⁷

Diante disso, não é difícil compreender porque periódicos são fonte rica para historiadoras e historiadores. Sua análise nos fornece elementos para a reconstrução do movimento editorial, da produção intelectual e dos debates num momento particularmente agitado da nossa História recente. Isso posto, voltemos à recepção dos trabalhos do autor de *Mc*.

A edição de 6 de fevereiro de 1929 do catarinense *O Estado* o chamou de “curioso” e definiu o *Diário Oficial de Maceió* como “[...] página de humor oficial”;⁶⁸ o *Jornal do Brasil* de 7 de fevereiro do mesmo ano publicou a nota “De uma prefeitura alagoana - onde se foi aninhar um grande humorista”;⁶⁹ o redator de *A Manhã* seguiu o de S. Catarina e comentou que o relatório era peça de “bom humor oficial”.⁷⁰ Sobre os ofícios que escrevera quando prefeito, seu autor afirmou:

Nunca fui literato, até pouco tempo vivia na roça e negociava. Por infelicidade, virei prefeito no interior de Alagoas e escrevi uns relatórios que me desgraçaram. Veja o senhor como coisas aparentemente inofensivas inutilizam um cidadão. Depois que redigi esses infames relatórios, os jornais e o governo resolveram não me deixar em paz. Houve uma série de desastres: mudanças, intrigas, cargos públicos, hospital,

⁶⁵ As crônicas foram reunidas em 1962 no livro *Viventes das Alagoas*, publicado pela editora Martins. Cf. MORAES, 2012, p. 359.

⁶⁶ MORAES, 2012, p. 16.

⁶⁷ LUCA, 2017, p. 8, grifos da autora.

⁶⁸ RELATÓRIO curioso. **O Estado**, Florianópolis, ano 14, n. 4067, p. 1, 6 fev. 1929.

⁶⁹ DE UMA prefeitura alagoana - onde se foi aninhar um grande humorista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 39, n. 50, s.p., 7 fev. 1929.

⁷⁰ O RISO higieniza o espírito. **A Manhã**, ano 4, n. 1054, s.p., 12 maio 1929.

coisas piores e três romances fabricados em situações horríveis - *Caetés*, publicado em 1933, *S. Bernardo*, em 1934, e *Angústia*, em 1936.⁷¹

Quando o poeta e editor carioca Augusto Frederico Schmidt leu os relatórios, exclamou: “o homem deve ter algum romance na gaveta!”.⁷² E enviou, em 1930, uma carta ao seu autor. De fato, Graciliano Ramos tinha um romance engavetado. Afirmei, em páginas anteriores, que antes de assumir a prefeitura, o criador de Baleia rascunhara, entre um cliente e outro, o conto que se tornaria *Caetés*, seu primeiro livro, publicado pela Schmidt Editora em 1933.

O processo de escrita “graciliânico” era demorado: o escritor revisava constantemente seus textos. Ao recordar os dias na cadeia, seu processo criativo serviu de metáfora para a aflição do encarceramento:

Julgava-me autor de várias culpas, mas não sabia determiná-las. Arrependia-me vagamente de asperezas e injustiças, ao mesmo tempo supunha-me fraco, a escorregar em condescendências inúteis, e queria endurecer o coração, eliminar o passado, fazer com ele o que faço quando emendo um período - riscar, engrossar os riscos e transformá-los em borrões, suprimir todas as letras, não deixar vestígio de idéias obliteradas.⁷³

Em resposta à resenha do crítico Antonio Candido a *Angústia* (1936), o “Velho Graça” reforça o zelo e a busca por uma linguagem precisa e sem excessos. Na carta, de 12 de novembro de 1945, lemos:

Pego-me a esta razão, velha e clara: *Angústia* é um livro mal escrito. Foi isto que o desgraçou. Ao reeditá-lo, fiz uma leitura atenta e percebi os defeitos horríveis: muita repetição desnecessária, um divagar maluco em torno de coisinhas bestas, desequilíbrio, excessiva gordura enfim, as partes corruptíveis tão bem examinadas no seu terceiro artigo. É preciso dizermos isto e até exagerarmos as falhas: de outro modo o nosso trabalho seria inútil.⁷⁴

A década de 1930 chegou trazendo a reboque um vendaval de transformações que atingiu um país essencialmente agrário. Para fins de comparação, em 1940, São Paulo era o principal núcleo urbano do Brasil; mais de 70% da sua população, porém, estava concentrada na zona rural⁷⁵. As mudanças no campo e na cidade possibilitaram debates a respeito da

⁷¹ RAMOS *apud* MORAES, 2012, p. 17, grifos do autor.

⁷² LEBENSZTAYN, Ieda; SALLA, Thiago Mio (orgs). **O antimodernista**: Graciliano Ramos e 1922. Rio de Janeiro, 2022, *e-book*.

⁷³ RAMOS, 2022b, p. 31.

⁷⁴ RAMOS *apud* CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. São Paulo: Todavia, 2024, p. 10.

⁷⁵ FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: EdUsp, 2006, p. 391.

desigualdade social, exploração do trabalhador e condições de vida da população pobre, temas presentes na obra de Ramos.

Para o escritor alagoano, a escrita era ferramenta de ação social. *Caetés*, *SB* (1934) e *Vs* (1938) revelam sofrimentos, dilemas morais e injustiças vividas pelos moradores dos sertões nordestinos. *Angústia* também tem importância incalculável. Sua narrativa se diferencia por se passar em Maceió.

Para a crítica, *Caetés* e *SB* são verdadeiros monumentos de inteligência e empatia. Aurélio Buarque de Hollanda, na resenha do primeiro romance para o *Boletim de Ariel*,⁷⁶ afirma:

O sr. Graciliano Ramos é um admirável técnico do romance. Nenhum dos nossos romancistas vivos o iguala neste ponto. Seu livro é admiravelmente bem construído, um livro em que nada se perde e a que nada falta. Tudo nele é muito justo, muito medido, muito calculado. [...] O domínio constante que a inteligência quer ter sobre a sensibilidade, no sr. Graciliano Ramos, é a causa da aridez de muitas páginas do seu romance.⁷⁷

Em outra edição do boletim, quem resenhou *Caetés* foi o jornalista alagoano Valdemar Cavalcanti, crítico de grande importância para a época.

Quando li *Caetés*, há três anos, senti uma impressão de caricatura: caricatura de massa, com a grandeza natural da boa caricatura mas também com as desvantagens de seu sentido de deformação da realidade, apenas. Sugestionei-me que Graciliano Ramos se especializara em maus tratos com os seus heroes, dando-lhes uma vida de escravo e não de gente. E nunca uma impressão foi mais falsa, nunca me trahi tanto a mim mesmo. Todo o pessoal de *Caetés*, com quem tive uma apressada convivência de poucas horas, tem uma vida de gente de carne e osso, intensa e infeliz no seu grotesco.⁷⁸

A precisão vocabular e a humanidade de João Valério, Adrião Teixeira e Luísa, personagens centrais de *Caetés*, são, de fato, marcas textuais da produção do “sr. Graciliano Ramos”. Ler os seus romances coloca o leitor diante de construções enganosamente simples. A economia verbal oculta significados literários profundos. O próprio autor tratou dessa busca por “profundidade”, contrária à suposta “largueza” de alguns autores.

⁷⁶ O Boletim de Ariel circulou entre 1931 e 1939 e entre 1973 e 1977. É considerado o periódico literário mais importante da década de 1930. Foi publicado pela Ariel Editora, fundada em 1931 pelos escritores Gastão Cruls e Agrippino Grieco. Cf. HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da USP, 1985, p. 344-346.

⁷⁷ HOLLANDA, 1933, p. 128.

⁷⁸ CAVALCANTI, Valdemar. O romance “Caetés”. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p. 73, set. 1933, grifos do autor.

Na introdução a um comentário sobre a obra do amigo Jorge Amado, publicada em 1935, o escritor “Graça” escreveu:

Há uma literatura antipática e insincera que só usa expressões corretas, só se ocupa de coisas agradáveis, não se molha em dias de inverno e por isso ignora que há pessoas que não podem comprar capas de borracha. Quando a chuva aparece, essa literatura fica em casa, bem aquecida, com as portas fechadas. E se é obrigada a sair, embrulha-se, enrola o pescoço e levanta os olhos, para não ver a lama nos sapatos. Acha que tudo está direito, que o Brasil é um mundo e que somos felizes. Está claro que ela não sabe em que consiste essa felicidade, mas contenta-se com afirmações e ufana-se do seu país. Foi ela que, em horas de amargura, receitou o sorriso como excelente remédio para a crise. Meteu a caneta nas mãos de poetas da Academia e compôs hinos patrióticos; brigou com os estrangeiros que disseram cobras e lagartos desta região abençoada; inspirou a estadistas discursos cheios de inflamações, e antigamente redigiu odes bastante ordinárias; tentou, na Revolução de 30, pagar a dívida externa com donativos de alfinetes para gravatas, botões, broches e moedas de prata. Essa literatura é exercida por cidadãos gordos, banqueiros, acionistas, comerciantes, proprietários, indivíduos que não acham que os outros tenham motivo para estar descontentes.

— Vai tudo muito bem - exclamam, como o papagaio do naufrágio.⁷⁹

Fica evidente a contrariedade do autor de *Mc* com a produção burguesa, descompromissada com o mundo e descolada do seu contexto; uma literatura que “[...] ganharia em superfície, perderia em profundidade”.⁸⁰

Enquanto a literatura burguesa era larga e rasa, o romance “graciliânico”, além de profundo, é denso. A humanidade, característica fundamental dos tipos criados pelo “Mestre”, confere peso e volume a cada um deles. Segundo Luiz Bueno, a obra do escritor sertanejo é preocupada “[...] sobretudo com o ‘problema’, seja social seja espiritual. [...] trata-se do romance realista que focou sua atenção na realidade brasileira a partir de uma perspectiva pessimista”⁸¹. O autor expõe, com acerto e rigor, mas sem abrir mão da beleza e do lirismo, a angústia dos personagens diante da vida e suas reflexões a respeito da desigualdade em que sobrevivem. Segundo o próprio Graciliano, não poderia ser diferente.

No artigo “O romance do Nordeste” (1935), publicado no *Diário de Pernambuco*, Ramos ataca, mais uma vez, a literatura que não se compromete com o seu tempo:

Na literatura de ficção é que a falta de caráter dos brasileiros se revelou escandalosamente. Em geral os nossos escritores mostraram uma admirável ignorância das coisas que estavam perto deles. Tivemos caboclos brutos semelhantes aos heróis cristãos e bem-falantes em excesso. Os patriotas do século passado, em

⁷⁹ RAMOS, Graciliano. O romance de Jorge Amado. In: _____. **Linhas tortas**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016, *e-book*.

⁸⁰ RAMOS, 2016, *e-book*.

⁸¹ BUENO, Luís. Experiência rural e urbana no romance de 30. **Revista Terceira Margem**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 16, p. 142-156, jan./jun. 2007, p. 143. Disponível em: <https://tinyurl.com/expruralurb> Acesso em: 25. set. 2023.

vez de estudar os índios, estudaram tupi nos livros e leram Walter Scott. Tivemos Damas das Camélias em segunda mão. Tivemos paisagens inúteis em linguagem campanuda, pores do sol difíceis, queimadas enormes, secas cheias de adjetivos.

[...]

Esses escritores são políticos, são revolucionários, mas não deram a ideias nomes de pessoas: os seus personagens mexem-se, pensam como nós, sentem como nós, preparam as suas safras de açúcar, bebem cachaça, matam gente e vão para a cadeia, passam fome nos quartos sujos duma hospedaria.⁸²

Na entrevista a Homero Senna, em 1948, “Graça” declarou: “Só posso escrever o que sou. E se as personagens se comportarem de modos diferentes, é porque não sou um só. Em determinadas condições, procederia como esta ou aquela das minhas personagens. Se fosse analfabeto, por exemplo, seria tal qual Fabiano...”⁸³

Coerente com o que declarara a Senna, o autor de *Infância* aconselhou sua irmã, Marili, com palavras semelhantes. Marili havia acabado de publicar um conto e, como escritora iniciante, sentia-se insegura. O apoio do irmão, já consagrado, chegou até ela em uma carta escrita em 23 de novembro de 1949: “Arte é sangue, é carne. Além disso não há nada. As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos. [...] Fique na sua classe, apresente-se como é [...]. Arte é isso. A técnica é necessária, é claro. Mas se lhe faltar técnica, seja ao menos sincera”⁸⁴

No ano seguinte à publicação de *Caetés*, *SB* chegou ao público. O romance alcançou tanto sucesso quanto o anterior. O crítico paranaense Oliveira Franco Sobrinho escreveu sobre *SB* em um jornal curitibano:

Em “Caetés”, o sr. Graciliano Ramos deixou transparecer claramente a tendência para a literatura regional. Esse o mal inicial do romance, pois esta literatura, encabeçada e escrita em ortografia caipira, está fadada, como toda obra de pouco fôlego, a uma vida efêmera. Somente a obra de arte, que interprete com fidelidade o ritmo da vida social, ficará para sempre: as demais desaparecerão tragadas pelo tempo, porque na ficção a arte está na interpretação fiel da vida objetiva. Em “S. Bernardo”, pelo contrário, o sr. Graciliano Ramos não procurou sintetizar quadros de uma vida real imaginada, mas, muito pelo contrário, procurou ver a vida como ela deve ser vista: com realismo, sem excessos de pintura e nem de imaginação privilegiada. Fez livro completo.⁸⁵

A opinião do escritor e amigo Jorge Amado era de que:

⁸² RAMOS, Graciliano. O romance do Nordeste. In: SALLA, Thiago Mio (org). **Garranchos**: textos inéditos de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 138-139.

⁸³ RAMOS, Graciliano. Como eles são fora da literatura: Graciliano Ramos. Entrevista concedida a Homero Senna. In: LEBENSZTAYN, Ieda; SALLA, Thiago Mio (orgs). **Conversas**. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 198.

⁸⁴ RAMOS, 2022a, p. 328.

⁸⁵ SOBRINHO, Oliveira Franco. Romance e novela. **O Dia**, Curitiba, ano 12, n. 3360, p. 3, 4 jan. 1935.

Temos neste livro o maior romance de 1934, superior a *Banguê*, *Maleita* e qualquer outro deste ano. Romance escrito por quem é depois de Oswald de Andrade a nossa maior capacidade de romancista. [...] *São Bernardo* adquire naquelas cenas de ciúmes uma força humana, um tom dramático como ainda não encontrei em nenhum romance no Brasil. Também o drama do trabalhador está fixado neste livro como em nenhum outro daqui. Livro cru, seco, mas com uma capacidade de emocionar tamanha que faz pensar que talvez seja esse romancista Graciliano Ramos o primeiro brasileiro que consiga a capacidade de revoltar.⁸⁶

Na matéria para o *Diário da Manhã*, órgão oficial do governo capixaba, João Calazans enfatizou o aspecto social de *SB*. Para Calazans, o segundo romance de Graciliano Ramos é:

Um grande livro. Um dos maiores romances do Brasil. Um documento humano de elevada categoria. Uma visão simpática, nítida e perfeita da vida anônima da gente sertaneja. [...] S. Bernardo desceu ao povo conquistando-o num gesto de solidariedade. A reportagem maravilhosa dos que se arrastam sobre o império das contingências humanas é revelada nessa obra com maestria.⁸⁷

A construção dos personagens, comentada nas resenhas acima, revela que Graciliano Ramos foi o “escritor engajado” de que fala Jean-Paul Sartre:

O escritor “engajado” sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar. Ele abandonou o sonho impossível de fazer uma pintura imparcial da sociedade e da condição humana. [...] Sabe que ele é o homem que nomeia aquilo que ainda não foi nomeado, ou que não ousa dizer o próprio nome; sabe que faz ‘surgir’ a palavra amor e a palavra ódio e, com elas, o amor e o ódio entre duas pessoas que não haviam ainda decidido sobre os seus sentimentos. [...] a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele.⁸⁸

As palavras de Sartre vão ao encontro das de Theodor Adorno. Na sua conhecida *Palestra sobre lírica e sociedade*, o filósofo da Escola de Frankfurt reflete sobre o quão a literatura pode ser engajada - para recuperarmos a expressão do existencialista francês. A ponderação de Adorno parte do questionamento sobre “Quem seria capaz de falar de lírica e sociedade, perguntarão, senão alguém totalmente desamparado pelas musas?”⁸⁹. A resposta, dada pelo próprio alemão surge em seguida:

Obviamente, essa suspeita só pode ser enfrentada quando composições líricas não são abusivamente tomadas como objetos de demonstração de teses sociológicas, mas sim quando sua referência ao social revela nelas próprias algo de essencial, algo do fundamento de sua qualidade. A referência ao social não deve levar para fora da

⁸⁶ AMADO, Jorge. Balanço dos romances de 1934. *Diário da Manhã*, ano 9, n. 2475, p. 3, 18 jul. 1935, grifos do autor.

⁸⁷ CALAZANS, João. “S. Bernardo” - um documento humano. *Diário da Manhã*, ano 30, n. 3315, p. 8, 22 out. 1936.

⁸⁸ SARTRE, 2004, p. 21.

⁸⁹ ADORNO, Theodor. *Palestra sobre lírica e sociedade*. In: _____. *Notas de literatura I*. São Paulo: Ed. 34; Livraria Duas Cidades, 2003, p. 66.

obra de arte, mas sim levar mais fundo para dentro dela. É isso o que se deve esperar, e até a mais simples reflexão caminha nesse sentido.⁹⁰

A definição do frankfurtiano emoldura a obra de Ramos. As críticas que elenquei são enfáticas na descrição dos romances de Graciliano Ramos como “ecossistemas” em que subsistem e resistem, com teimosia - ou melhor, com rebeldia - figuras firmes e de resistência. *Caetés, SB, VS*, bem como a obra memorialística, ensaística e infanto juvenil e tudo o mais que tenha saído do gênio literário do quebrangulense não são referências vazias a um contexto. Antes, o contrário: levam, para dentro dentro da ficção, elementos da realidade imediata percebida pelo autor. Numa relação dialética, a realidade torna a ficção ainda mais profunda e densa, ao passo em que a ficção torna a realidade menos angustiante. Para Adorno,

Não que aquilo que o poema lírico exprime tenha de ser imediatamente aquilo que todos vivenciam. Sua universalidade não é uma *volonté de tous*, não é a da mera comunicação daquilo que os outros simplesmente não são capazes de comunicar. Ao contrário, o mergulho no individuado eleva o poema lírico ao universal por tornar manifesto algo de não distorcido, de não captado, de ainda não subsumido, anunciando desse modo, por antecipação, algo de um estado em que nenhum universal ruim, ou seja, no fundo algo particular, acorrente o outro, o universal humano.⁹¹

Para concluir sua exposição, o filósofo alemão afirma: “Mas a linguagem, por outro lado, também não deve ser absolutizada enquanto voz do Ser, oposta ao sujeito lírico, como agradaria a muitas das teorias ontológicas da linguagem em voga atualmente”.⁹² Ou seja, a linguagem - e o texto, por associação - não é tão somente ferramenta “social” ou “lírica”, mas a ponte entre uma e outra.

Um recurso de linguagem presente na obra do “Velho Graça” ilustra bem as observações de Adorno e Sartre. A análise valida a abordagem da militância literária de Ramos. Refiro-me à recorrência com que a arte da escrita é associada à armas. Em *Mc* podemos ler o seguinte:

Revolucionário chinfrim. Desculpava-me a ideia de não pertencer a nenhuma organização, de ser inteiramente incapaz de realizar tarefas práticas. Impossível trabalhar em conjunto. As minhas armas, fracas e de papel, só podiam ser manejadas no isolamento. No íntimo havia talvez o incerto desejo de provocar a nova justiça inquisitorial, perturbar acusadores, exhibir em tudo aquilo embustes e patifarias.⁹³

⁹⁰ ADORNO, 2003, p. 66.

⁹¹ ADORNO, 2003, p. 66, grifos do autor.

⁹² ADORNO, 2003, p. 74.

⁹³ RAMOS, 2022b, p. 27.

Não se trata de caso isolado. Pouco antes de ingressar oficialmente no Partido Comunista do Brasil (PCB),⁹⁴ em 1945, Graciliano retornaria à essa alegoria. Ao se encontrar com Luís Carlos Prestes em um avião, o tenentista o perguntou por que ele ainda não era do “Partidão”. A resposta foi “O que é que eu posso fazer no partido, Prestes? Eu não sei fazer outra coisa senão escrever. Não sei guerrear, porque minha arma é a pena”.⁹⁵ Já afiliado ao Partido, em artigo veiculado em uma das publicações comunistas, o autor escreveu: “[...] livro é mercadoria. As metralhadoras também são mercadorias, que, até hoje utilizadas contra o povo, irão resguardá-lo. É intuitivo, porém, que de nada servirão se ele não souber manejá-las”.⁹⁶ Há outra associação entre letras e armas, dessa vez vinda de outra pena, mas associada ao “Velho”.

Foi o jornalista Ruy Facó quem escreveu o perfil de Graciliano para o jornal *Tribuna Popular*. Sob o título “Graciliano Ramos, escritor do povo e militante comunista”,⁹⁷ Facó o apresentou citando seus hábitos de escrita, a prisão em 1936 e que “Graciliano passou a sentir necessidade urgente de combater os inimigos do povo com armas à altura das por eles usadas contra os filhos do povo”.⁹⁸ Em seguida, comparou o escritor a um soldado:

Vimos com que novo entusiasmo Graciliano desfilou, juntamente com vários milhares de comunistas, no dia da chegada do segundo escalão da nossa Força Expedicionária, numa marcha em homenagem aos bravos que combateram o fascismo de armas nas mãos, e pela democracia e a independência de nossa Pátria expuseram suas jovens vidas.⁹⁹

Antes de Facó e Graciliano, um dos comissários mais importantes do Partido Comunista Soviético, Andrei Zhdanov, empregou a mesma alegoria. No discurso que fez durante o I Congresso de Escritores Soviéticos, em 1934, Zhdanov falou aos presentes:

⁹⁴ O PCB foi fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil e, nas palavras de um dos seus fundadores, Astrojildo Pereira, "sob a influência decisiva da Revolução Socialista de Outubro". Por essa razão, nos seus primeiros anos, o Partido também era chamado de Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), estando vinculado à liderança do Partido Comunista Soviético. Por essa razão, era um Partido Comunista "do" Brasil, e não Brasileiro. Em 1962, uma série de divergências provocou uma cisão no antigo "Partidão" e originou os atuais PCB - Partido Comunista Brasileiro - e PC do B - Partido Comunista do Brasil; o segundo manteve-se fiel às orientações de Moscou, enquanto o PCB adotou uma linha de ação baseada no maoísmo, o comunismo chinês instaurado por Mao Tsé Tung. Cf. PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB (1922-1928)**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2012; ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: _____. **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização - Quarta República (1964-1985)**. 9. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, col. O Brasil Republicano v. 4, p. 60-119.

⁹⁵ RAMOS *apud* MORAES, 2012, p. 204.

⁹⁶ RAMOS, 2012, p. 294.

⁹⁷ FACÓ, Ruy; SANTOS, Ruy. Graciliano Ramos, escritor do povo e militante comunista. **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 84, p. 9, 26 ago. 1945.

⁹⁸ FACÓ; SANTOS, 1945, p. 9.

⁹⁹ FACÓ; SANTOS, 1945, p. 9.

Temos em nossas mãos a arma correta para a superação de todas as dificuldades que se interpõem em nosso caminho. Essa arma é a grande e invencível doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stalin, encarnada na vida pelo nosso Partido e pelos Soviéticos. Vocês têm diversos tipos de armas.

[...]

A literatura soviética tem todas as chances de empregar esses tipos de armas (gêneros, estilos, formas e métodos de criação de literatura) em sua diversidade e totalidade, pegando tudo de melhor que foi criado nessa esfera em todos os períodos anteriores.¹⁰⁰

Carlos Nelson Coutinho, destacado filósofo brasileiro de orientação marxista e um dos principais especialistas na obra de Antonio Gramsci - outro escritor comunista preso pelo fascismo - dedica um capítulo de *Cultura e sociedade no Brasil* (2011)¹⁰¹ à literatura de Graciliano Ramos. Para Coutinho, o engajamento do autor supera metáforas e vocabulário. Sua ficção revela as causas estruturais das desigualdades e da pobreza. Para o filósofo,

[...] a Graciliano interessa apenas o que é comum a toda a sociedade brasileira, o que é “universal”. Mas não um universal abstrato e absoluto, pretensamente válido em qualquer circunstância; a universalidade de Graciliano é uma universalidade concreta, que se alimenta e vive da singularidade, da temporalidade social e histórica. O que lhe interessa não é a exemplificação, através da literatura, de teses e concepções apriorísticas; é a narração do destino de homens concretos, socialmente determinados, vivendo em uma realidade concreta.¹⁰²

Paulo Honório, fazendeiro protagonista de *SB*, é referência da “singularidade” de que Coutinho trata. Paulo Honório é burguês em “construção”.¹⁰³ A sua tomada de consciência ocorre progressivamente e é demonstrada no monólogo final da narrativa. Na fala que abre a história, o proprietário da fazenda que intitula o texto se refere a uma característica do capitalismo, a divisão de trabalho: “Antes de iniciar este livro, imaginei construí-lo pela divisão do trabalho”.¹⁰⁴ Logo em seguida, recorda seu começo de vida adulta: “Até os dezoito anos gastei muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço”.¹⁰⁵ A rememoração segue:

Se tentasse contar-lhes a minha meninice, precisava mentir. Julgo que rolei por aí à toa. Lembro-me de um cego que me puxava as orelhas e da velha Margarida, que vendia doces. O cego desapareceu. A velha Margarida mora aqui em S. Bernardo,

¹⁰⁰ ZHDANOV, Andrei. Literatura Soviética: a mais rica em ideias, a literatura mais avançada. Discurso no Congresso dos Escritores Soviéticos realizado em agosto de 1934. In: **Marxists Internet Archive**. Disponível em: <https://tinyurl.com/icongresso> Acesso em: 2 nov. 2024.

¹⁰¹ COUTINHO, Carlos Nelson. Graciliano Ramos. In: _____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas**. 4. ed. ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

¹⁰² COUTINHO, 2011, p. 141.

¹⁰³ COUTINHO, 2011, p. 156.

¹⁰⁴ RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 2024, p. 5.

¹⁰⁵ RAMOS, 2024, p. 17.

numa casinha limpa, e ninguém a incomoda. Custa-me dez mil-réis por semana, quantia suficiente para compensar o bocado que me deu. Tem um século, e qualquer dia destes compro-lhe mortalha e mando enterrá-la perto do altar-mor da capela. [...] Nesse tempo eu [...] pensava em ganhar dinheiro. Tirei o título de eleitor, e seu Pereira, agiota e chefe político, emprestou-me cem mil-réis a juro de cinco por cento ao mês. Paguei os cem mil-réis e obtive duzentos com o juro reduzido para três e meio por cento. Daí não baixou mais, e estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência. [...] Depois vinguei-me: hipotecou-me a propriedade e tomei-lhe tudo, deixei-o de tanga. Mas isso foi muito mais tarde.¹⁰⁶

Paulo Honório contabiliza suas “boas ações”. O personagem está aprisionado à necessidade de lucro e, ainda que seja o dono das terras que cultiva, encontra-se alienado pelo por um desejo de riqueza que o impede de perceber a sua origem. No correr dos acontecimentos, sua avidez o leva a querer mais. E, a cada conquista, Paulo Honório percebe que não alcançou a fortuna desejada.

Não posso deixar de lembrar que a S. Bernardo não pertencia a Paulo Honório. Salustiano Padilha, antigo proprietário das terras e seu ex-patrão, morreu empobrecido após perder o dinheiro investindo nos estudos do filho, Luís Padilha, que não os concluiu.¹⁰⁷ A morte do pai o obriga a retornar à Viçosa, onde a história se desenrola. Padilha filho se entrega à “[...] folias de bacalhau e aguardente, com fêmeas ratuínas [...]”.¹⁰⁸ Paulo Honório passa a emprestar dinheiro a Padilha, na intenção de endividá-lo. A fazenda estava “[...] em cacos: mato, lama e potó como os diabos. A casa-grande tinha paredes caídas, e os caminhos estavam quase intransitáveis. Mas que terra excelente!”.¹⁰⁹ Paulo Honório usurpa as terras e acompanha de perto a desdita de Padilha. Há um diálogo que serve de metonímia para toda a história. Padilha confessa ao usurpador tentativa frustrada de empréstimo com Pereira:

— Cavallo! Fiz uma exposição minuciosa, demonstrei cabalmente que o negócio é magnífico. Não acreditou, disse que estava no pau da arara. E eu calculei que talvez a transação lhe interessasse. Quer desembolsar aí uns vinte contos? Examinei sorrindo aquele bichinho amarelo, de beiços delgados e dentes podres.
— Ó Padilha, gracejei, você já fechou cigarros?
Padilha comprava cigarros feitos.
— É mais cômodo, concordei, mas é mais caro. Pois, Padilha, se você tivesse fechado cigarros, sabia como é difícil enrolar um milheiro deles. Imagine agora que dá mais trabalho ganhar dez tostões que fechar um cigarro. E um conto de réis tem mil notas de dez tostões. Vinte contos de réis são vinte mil notas de dez tostões. Parece que você ignora isto. Fala em vinte contos assim com essa carinha, como se dinheiro fosse papel sujo. Dinheiro é dinheiro.
Padilha baixou a cabeça e resmungou amuado que sabia contar. Saiu, voltou outras vezes, insistindo.
— Eu sou capitalista, homem? Você quer-me arrasar?
Padilha rezingava e oferecia a hipoteca de S. Bernardo.

¹⁰⁶ RAMOS, 2024, p. 17.

¹⁰⁷ RAMOS, 2024, p. 21.

¹⁰⁸ RAMOS, 2024, p. 21.

¹⁰⁹ RAMOS, 2024, p. 22.

— Bobagem! S. Bernardo não vale o que um periquito rói. O Pereira tem razão. Seu pai esbagaçou a propriedade.
 Afinal prometi vagamente:
 — Está bem. Vou refletir.¹¹⁰

Enquanto Padilha - proprietário por direito - se recusa a ser tratado como “capitalista”, Paulo Honório, ex-empregado, age como um. O didatismo do exemplo dos cigarros para explicar riscos de investir dinheiro numa propriedade arruinada parece vir de um negociante próspero e experiente.¹¹¹

Como exemplo de mente alienada pelo capitalismo, Paulo Honório tem antipatia pelo socialismo. Por sua vez, o autor usa os substantivos capitalismo, comunismo e socialismo de forma clara, sem tentativas de “camuflagem” ou tergiversações. De volta ao anti-comunista Paulo Honório, primeiro testemunhamos seu flagrante em Padilha, que mantinha conversa suspeita com trabalhadores da fazenda:

Uma tarde surpreendi no oitão da capela (a capela estava concluída; faltava pintura) Luís Padilha discursando para Marciano e Casimiro Lopes:
 — Um roubo. É o que tem sido demonstrado categoricamente pelos filósofos e vem nos livros. Vejam: mais de uma légua de terra, casas, mata, açude, gado, tudo de um homem. Não está certo.
 Marciano, mulato esbodegado, regalou-se, entronchando-se todo e mostrando as gengivas banguelas:
 — O senhor tem razão, seu Padilha. Eu não entendo, sou bruto, mas perco o sono assuntando nisso. A gente se mata por causa dos outros. É ou não é, Casimiro?
 Casimiro Lopes franziu as ventas, declarou que as coisas desde o começo do mundo tinham dono.
 — Qual dono! gritou Padilha. O que há é que morremos trabalhando para enriquecer os outros.
 Saí da sacristia e estourei:
 — Trabalhando em quê? Em que é que você trabalha, parasita, preguiçoso, lambaio?
 — Não é nada não, seu Paulo, defendeu-se Padilha, trêmulo. Estava aqui desenvolvendo umas teorias aos rapazes.¹¹²

Mais tarde, Paulo Honório relata para o amigo jornalista Gondima a conversa com Padilha:

— Está bem. Para você não há segredo. Ouça. Estou aborrecido com o Padilha.
 — Alguma carraspana que ele tomou?
 — Pior. Anda querendo botar socialismo na fazenda. Surpreendi-o dizendo besteiras. Não liguei importância, tanto que o conservei, mas, o caso bem pensado, talvez fosse melhor arranjar para ele outra colocação, fora.¹¹³

¹¹⁰ RAMOS, 2024, p. 25-27.

¹¹¹ Em 2025, Paulo Honório talvez fosse *coach*, com centenas de milhares de seguidores nas redes sociais; é possível até que usasse o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” em sua candidatura a cargo eletivo.

¹¹² RAMOS, 2024, p. 84-85.

¹¹³ RAMOS, 2024, p. 122.

Em momento posterior, o padre Silvestre, frequentador da S. Bernardo comenta: “O comunismo é a miséria, a desorganização da sociedade, a fome”.¹¹⁴

Movido pela ganância, Paulo Honório se dá conta de que precisa de um herdeiro para que outro não aja como ele. Decide então se casar. Segundo Coutinho, o fazendeiro deseja “adquirir” matrimônio. A decisão expõe o egoísmo do protagonista:

Não é o amor que o move, pois os egoístas não conhecem o amor; ele busca a mulher como quem busca um objeto, uma propriedade. Este fato corriqueiro, porém, é transformado por Graciliano num momento rigorosamente necessário no desenvolvimento da ação romanesca: através dele, revela-se toda a limitação dos valores egoístas construídos por Paulo Honório.¹¹⁵

O fazendeiro se casa com Madalena, seu reflexo invertido. E logo perceberá que é incapaz de a manter como a um objeto. Paulo Honório reifica a esposa. Seu ciúme doentio não é pela companheira, mas pelo que ela representa: a consolidação da sua riqueza. Impedida de ser livre, de pensar, de conversar com outros funcionários da fazenda, ou seja, de viver, Madalena se suicida. Sua morte trágica abala Paulo Honório que, ao fim da trama, reflete sobre o que vivera e conclui que seu desejo por dinheiro e poder é a causa da sua infelicidade:

Coloquei-me acima da minha classe, creio que me elevei bastante. Como lhes disse, fui guia de cego, vendedor de doce e trabalhador alugado. Estou convencido de que nenhum desses ofícios me daria os recursos intelectuais necessários para engendrar esta narrativa. Magra, de acordo, mas em momentos de otimismo suponho que há nela pedaços melhores que a literatura do Gondim. Sou, pois, superior a mestre Caetano e a outros semelhantes. Considerando, porém, que os enfeites do meu espírito se reduzem a farrapos de conhecimentos apanhados sem escolha e mal cosidos, devo confessar que a superioridade que me envaidece é bem mesquinha. Além disso estou certo de que a escrituração mercantil, os manuais de agricultura e pecuária, que forneceram a essência da minha instrução, não me tornaram melhor que o que eu era quando arrastava a peroba. Pelo menos naquele tempo não sonhava ser o explorador feroz em que me transformei. Quanto às vantagens restantes - casas, terras, móveis, semoventes, consideração de políticos, etc. - é preciso convir em que tudo está fora de mim.¹¹⁶

Abramos um parêntese. Paulo Honório não é o único personagem de Ramos que destrói vidas ao adotar uma postura capitalista. Em *Caetés*, João Valério trabalha como guarda-livros - espécie de contador - na firma Teixeira & Irmão. Adrião Teixeira, um dos proprietários, é casado com Luísa, por quem João Valério é apaixonado. As constantes tentativas de João Valério de conquistar a mulher alheia levam Adrião ao suicídio. João

¹¹⁴ RAMOS, 2024, p. 194.

¹¹⁵ COUTINHO, 2011, p. 156.

¹¹⁶ RAMOS, 2024, p. 284-285.

Valério não se casa com Luísa, mas se torna sócio da empresa e se dá por satisfeito.¹¹⁷ A experiência no comércio deu a Graciliano conhecimento sobre termos usados pelos negociantes. Além disso, ele era leitor de Lênin e Gramsci¹¹⁸.

Esse é o fim de Paulo Honório: enriquecido, mas viúvo, abandonado pelos amigos e ciente de que desperdiçou a vida: “Cinquenta anos! Quantas horas inúteis! Consumir-se uma pessoa a vida inteira sem saber para quê!”¹¹⁹ Sabedor da classe social a que estava destinado, o coronel tentou escapar e se colocar acima dela. Só e arruinado na propriedade que roubara, ele reconhece o quão reduzido é o seu conhecimento. Seu fim é semelhante ao do herói trágico. Enquanto Prometeu teve as vísceras devoradas e Sísifo rola, eternamente, a imensa pedra ladeira acima, Paulo Honório foi condenado a reconhecer sua falência como ser humano. Pela força, não alcançou a riqueza desejada; rico, não soube domou a própria brutalidade. Essa foi sua *hamartia*¹²⁰.

1.3 “Consideramo-nos artesãos”

A estratégia textual adotada por Graciliano Ramos na criação de seus personagens e romances agradou a crítica da época. Porém, após filiar-se ao PCB, a “humanização” de figuras como Luís Carlos Prestes e outros membros do Partido vai ser questionada pelas lideranças comunistas. Sobre Prestes, por exemplo, Ramos escreve:

Ainda não dispunha de meios para avaliar com segurança a inteligência de Prestes: dois ou três manifestos, repreensões amargas aos antigos companheiros, eram insuficientes. Admirava-lhe, porém, a firmeza, a coragem, a dignidade. E sentia que essa grande força estivesse paralisada.¹²¹

A explicação para as divergências que Graciliano Ramos - antes elogiado como "escritor do povo e militante do Partido Comunista" - enfrentou dentro do Partido requer a compreensão de como o PCUS entendia a arte e os artistas.

O cenário artístico russo pré-Revolução era bastante plural. Tendências e movimentos variados dividiam espaço, criando uma efervescência criativa. Duas particularidades desse contexto precisam ser citadas. Boa parte dos pintores russos do começo do século XX se

¹¹⁷ RAMOS, Graciliano. **Caetés**. Ed. comemorativa dos 80 anos da obra. Rio de Janeiro: Record, 2013.

¹¹⁸ MORAES, 2012, p. 51-52.

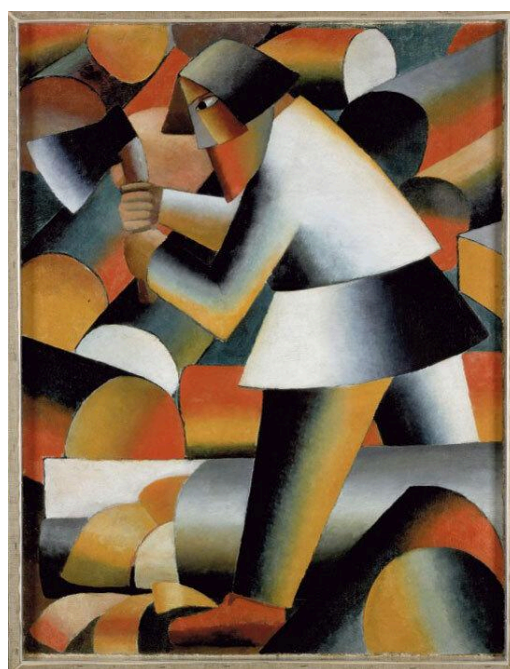
¹¹⁹ RAMOS, 2024, p. 283.

¹²⁰ A *hamartia* é a falha do herói trágico. Por desconhecer o teor e as consequências da sua falta, o herói é punido com a tragédia. Cf. ARISTÓTELES, 2017, p. 113.

¹²¹ RAMOS, 2022b, p. 57.

dedicava ao figurativismo. Artistas como Vladimir Tatlin, Mikhail Larionov e sua esposa, Natalia Goncharova, pintaram quadros em que a forma humana é facilmente reconhecível¹²². E havia óbvia preferência pela representação de trabalhadores. Kazimir Malevich, por exemplo, conhecido como precursor do suprematismo,¹²³ apresentou *O lenhador* em 1912.¹²⁴ Na pintura, reconhecemos o lenhador que a nomeia, com sua barba e machado em meio à várias toras de madeira.

Figura 7 - *O lenhador*, Kazimir Malevich (1912)¹²⁵



Fonte: Stedelijk Museum of Modern and Contemporary Art and Design.

Após a Revolução de 1917, o Estado passa a controlar a arte, trazendo a necessidade de orientar pintores, escultores, arquitetos, escritores e outros artífices, a fim de estabelecer uma produção artística que possibilitasse a “educação socialista do proletariado”¹²⁶. Clara

¹²² FORTE, Graziela Naclério. Arte e poder: realismo socialista. *Novos Temas*, São Paulo, v.9, s.n., 2013, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/realsocnforte> Acesso em: 28 out. 2024.

¹²³ Suprematismo foi um movimento artístico surgido na Rússia, nos primeiros anos da década de 1910. O estilo suprematista valorizava formas geométricas básicas. Enquanto o Realismo baseava-se em pessoas, fatos ou acontecimentos reais, o Suprematismo propunha que as relações entre o mundo e os objetos aconteciam intuitivamente. Cf. FORTE, 2013, s.p., nota 2.

¹²⁴ FORTE, 2013, s.p.

¹²⁵ MALEVICH, Kazimir. *O lenhador*. 1912. 1 original de arte, óleo sobre tela, 76 x 99 x 3.5cm. In: **Stedelijk Museum of Modern and Contemporary Art and Design**. Disponível em: <https://tinyurl.com/realsocmlvch>. Acesso em: 31 out. 2024.

¹²⁶ ANDRADE, Homero Freitas. O realismo socialista e suas (in)definições. *Literatura e sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 13, nov. 2010, p. 154. Disponível em: <https://tinyurl.com/realsoc> Acesso: 2 nov. 2024.

Zetkin cita conversa tida com Lênin a respeito da arte, cultura e folclore durante a qual o líder soviético expôs as intenções do Partido Comunista Soviético (PCS):

O despertar das forças novas, o trabalho realizado por elas a fim de criar, na Rússia Soviética, uma cultura e uma arte novas, disse ele, está indo bem, muito bem. O ritmo impetuoso de seu desenvolvimento é compreensível e útil. Devemos e queremos compensar nosso atraso secular.

[...]

A revolução liberta todas as forças até então acorrentadas e faz com que elas venham à tona. Eis um exemplo entre cem: pensem na influência exercida sobre a evolução de nossa pintura, de nossa escultura e de nossa arquitetura pela moda e os caprichos da corte czarista, assim como pelos gostos e fantasias desses senhores aristocratas e burgueses. Numa sociedade baseada na propriedade privada, o artista cria mercadorias para o mercado, necessita de compradores. Nossa revolução libertou o artista do jugo dessas condições extremamente prosaicas. Fez do Estado Soviético seu protetor e seu cliente. Cada artista, qualquer um que se considere como tal, tem o direito de criar e deve criar, com toda a liberdade, conforme seu ideal, uma independência completa.

Mas, naturalmente, somos comunistas. Não devemos cruzar os braços e deixar o caos estender-se como quiser. Devemos dirigir esse “processus” segundo um plano estabelecido e dar-lhe uma forma. Estamos ainda longe, muito longe disso.

[...]

— Mas - continuou Lenine - o importante não é a nossa opinião sobre a arte. O importante, não é tão-pouco aquilo que a arte proporciona a alguns, a algumas milhares de pessoas mesmo, numa população que, como a nossa, conta muitos milhões. A arte pertence ao povo. Ela deve mergulhar suas raízes profundamente nas grandes massas trabalhadoras. Deve ser compreendida e amada por essas massas. Deve unir os sentimentos, o pensamento e a vontade dessas massas, elevá-las a um nível superior. Deve suscitar e desenvolver, nessas massas, os artistas.¹²⁷

Após a Revolução de 1917, o Estado passa, de forma progressiva, a controlar a arte. Era necessário orientar pintores, escultores, arquitetos, escritores e outros artífices e estabelecer uma produção artística que possibilitasse a “educação socialista do proletariado”¹²⁸. Clara Zetkin cita conversa tida com Lênin a respeito da arte, cultura e folclore durante a qual o líder soviético expôs as intenções do Partido Soviético:

O despertar das forças novas, o trabalho realizado por elas a fim de criar, na Rússia Soviética, uma cultura e uma arte novas, disse ele, está indo bem, muito bem. O ritmo impetuoso de seu desenvolvimento é compreensível e útil. Devemos e queremos compensar nosso atraso secular.

[...]

A revolução liberta todas as forças até então acorrentadas e faz com que elas venham

¹²⁷ ZETKIN, Clara. A arte pertence ao povo. In: FRÉVILLE, Jean. **Marx, Engels, Lenine e Stalin: trechos escolhidos sobre literatura e arte**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/edcalvino> Acesso em: 2 nov. 2024. A Editorial Calvino foi fundada em 1931 por João Calvino Filho. Em 1937, pressionado pelo Estado Novo, Calvino Filho fechou a editora, reabrindo-a, em 1942, com o nome Editorial Calvino. Cf: HALLEWELL, 1985, p. 420; JUBERTE, Vinícius. A Editorial Calvino Limitada e o PCB: a edição de livros sobre a URSS e antifascistas nos anos 1940. In: **XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília**, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/anpuh2017> Acesso em: 2 nov. 2024.

¹²⁸ ANDRADE, Homero Freitas. O realismo socialista e suas (in)definições. **Literatura e sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 13, nov. 2010, p. 154. Disponível em: <https://tinyurl.com/realsoc> Acesso: 2 nov. 2024.

à tona. Eis um exemplo entre cem: pensem na influência exercida sobre a evolução de nossa pintura, de nossa escultura e de nossa arquitetura pela moda e os caprichos da corte czarista, assim como pelos gostos e fantasias desses senhores aristocratas e burgueses. Numa sociedade baseada na propriedade privada, o artista cria mercadorias para o mercado, necessita de compradores. Nossa revolução libertou o artista do jugo dessas condições extremamente prosaicas. Fez do Estado Soviético seu protetor e seu cliente. Cada artista, qualquer um que se considere como tal, tem o direito de criar e deve criar, com toda a liberdade, conforme seu ideal, uma independência completa.

Mas, naturalmente, somos comunistas. Não devemos cruzar os braços e deixar o caos estender-se como quiser. Devemos dirigir esse “processus” segundo um plano estabelecido e dar-lhe uma forma. Estamos ainda longe, muito longe disso.

[...]

— Mas - continuou Lenine - o importante não é a nossa opinião sobre a arte. O importante, não é tão-pouco aquilo que a arte proporciona a alguns, a algumas milhares de pessoas mesmo, numa população que, como a nossa, conta muitos milhões. A arte pertence ao povo. Ela deve mergulhar suas raízes profundamente nas grandes massas trabalhadoras. Deve ser compreendida e amada por essas massas. Deve unir os sentimentos, o pensamento e a vontade dessas massas, elevá-las a um nível superior. Deve suscitar e desenvolver, nessas massas, os artistas.¹²⁹

Estado e artistas mediam forças desde antes da Revolução. Em 1917, o filósofo Alexander Bogdanov, o educador Anatoli Lunatcharski e o poeta Mikhail Gerasimov criaram o Proletkult, união de artistas que visava implementar a literatura e a arte proletárias.¹³⁰ Seus participantes se diziam operários, mas eram, em sua maioria, pessoas de escassa formação escolar e intelectual. O Proletkult realizava espetáculos, apresentações e editava publicações. Sua posição quanto à literatura produzida antes de 1917 era ambígua. Alguns dos seus membros condenavam o passado czarista, enquanto outros, capitaneados por Bogdanov e Lunatcharski, acreditavam a arte da geração pré-Revolução poderia ser reavaliada pelo PCUS e, talvez, tornar-se patrimônio soviético¹³¹. Por sua vez, Lênin via com desconfiança o fato de entidade independente discutir matéria tão importante fora do partido e exigia que o Proletkult se subordinasse ao PCS.¹³²

Em 1921, Lênin inaugurou a Nova Política Econômica (NEP). Na prática, a NEP foi

¹²⁹ ZETKIN, Clara. A arte pertence ao povo. In: FRÉVILLE, Jean. **Marx, Engels, Lenine e Stalin: trechos escolhidos sobre literatura e arte**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/edcalvino> Acesso em: 2 nov. 2024. A Editorial Calvino foi fundada em 1931 por João Calvino Filho como Calvino Filho Editora. Em 1937, Calvino Filho fechou a editora, pressionado pelo Estado Novo. Em 1942, com o abrandamento da repressão estadonovista, causado pela participação do Brasil na II Grande Guerra ao lado dos países Aliados, a Calvino retomou suas atividades sob o nome Editorial Calvino. Cf: HALLEWELL, 1985, p. 420; JUBERTE, Vinicius. A Editorial Calvino Limitada e o PCB: a edição de livros sobre a URSS e antifascistas nos anos 1940. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília**, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/anpuh2017> Acesso em: 2 nov. 2024.

¹³⁰ ANDRADE, 2010, p. 154.

¹³¹ ANDRADE, 2010, p. 154.

¹³² ANDRADE, 2010, p. 154.

conjunto de ações capitalistas levado a cabo por um estado socialista.¹³³ A flexibilidade econômica atraiu críticas severas contra o PCS, afetando sua ação sobre os artistas. Lênin defendia o “espírito de partido” como componente essencial da criação artística mas, naquele momento, a prioridade era recuperar a URSS do “comunismo de guerra”.¹³⁴ Com a morte de Lênin, em 1928, Joseph Stalin assumiu a presidência do Comitê Central do Partido e, em 1932, “o comandante genial” encerrou os debates em torno da questão artística com a fundação da União dos Escritores Soviéticos (UES). Todas as associações de arte e literatura tiveram seu fim decretado e apenas a UES representaria artistas diante do Partido, que estabeleceria as orientações oficiais. Nas palavras do historiador russo Gleb Struve, foi um “hábil movimento para a supressão de todo não conformismo e para um controle totalitário da vida cultural e espiritual”.¹³⁵

Em 1934, a UES realizou em Moscou o seu primeiro grande evento, o I Congresso de Escritores Soviéticos. Idealizado pelo escritor Maximo Gorki e por Andrei Zhdanov, um dos mais proeminentes comissários do PCS, o objetivo do I Congresso foi estabelecer a estética soviética, capaz de transmitir, de forma didática, o ideário socialista. A literatura pregada pelo I Congresso deveria ser simples e servir como ferramenta pedagógica; tudo o que fosse escrito daquele momento em diante deveria ser útil ao povo e reverenciar heróis e valores patrióticos.¹³⁶ Em outras palavras, para transmitir com eficácia a propaganda do regime socialista, a arte soviética deveria ser figurativa e descritiva, o que a tornaria acessível ao povo; desenhos, telas e cartazes apresentariam jovens trabalhadores rurais e urbanos de aparência saudável; soldados apareceriam em situações heroicas, sugerindo esforço pela segurança da nação. Esse conjunto de diretrizes ficou conhecido como “realismo socialista”.

O discurso de Zhdanov durante o I Congresso é pedra angular do realismo socialista. Sua leitura revela limites estéticos e ideológicos do estilo. A declaração começa com elogios ao comunismo, ao PCUS e à literatura partidária:

A chave para o sucesso da literatura soviética deve ser procurada no sucesso da construção do socialismo. Seu crescimento é uma expressão dos sucessos e conquistas de nosso sistema socialista. Nossa literatura é a mais jovem de todas as literaturas de todos os povos e países. E ao mesmo tempo, a mais rica em ideias, a mais avançada e a literatura mais revolucionária. Nunca antes houve uma literatura que organizasse os trabalhadores e oprimidos, para a luta pela abolição, de uma vez por todas, de toda forma de exploração e do jugo da escravidão assalariada. Nunca

¹³³ FRANCA, Acson Gusmão. Estado e Planejamento na antiga URSS: Revisitando a Revolução Russa e resgatando as ideias e práticas revolucionárias de Lênin. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, 31. ed., p. 81-91, jul.-dez. 2019, p. 86. Disponível em: <https://tinyurl.com/urssnep> Acesso em: 2 nov. 2024.

¹³⁴ ANDRADE, 2010, p. 153-154.

¹³⁵ STRUVE *apud* ANDRADE, 2010, p. 159.

¹³⁶ FORTE, 2013, p. 59.

antes houve uma literatura que baseasse seus temas na vida da classe operária e do campesinato e na sua luta pelo socialismo. Em nenhum lugar, em nenhum país do mundo, houve uma literatura que defendesse e endossasse os princípios de direitos iguais para os trabalhadores de todas as nações, o princípio de direitos iguais para mulheres. Não há, e não pode existir haver em países burgueses uma literatura que constantemente ataque todo tipo de obscurantismo, todo tipo de misticismo, sacerdócio e superstição, como nossa literatura vem fazendo.

Apenas a literatura soviética, que está ligada à construção socialista, poderia se tornar, e de fato se tornou, tal literatura - tão rica em ideias, tão avançada e revolucionária.

Os autores soviéticos já criaram vários trabalhos espetaculares, que correta e honestamente retratam a vida de nosso país soviético. Já existem diversos nomes dos quais podemos ser, e com justiça, orgulhosos. Sob a liderança do Partido, com a orientação cuidadosa e diária do Comitê Central e a ajuda e o apoio incansável do camarada Stalin, todo um exército de escritores soviéticos se mobilizaram em torno do Poder Soviético e do Partido.¹³⁷

Em seguida, Zhdanov ataca a “decadente” e “apodrecida” literatura burguesa”:

De que pode o autor burguês escrever, de que pode ele sonhar, que fonte de inspiração ele pode achar, de onde ele pode pegar emprestado sua inspiração, se o operário nos países capitalistas não tem certeza do amanhã, se ele não sabe se terá trabalho no dia seguinte, se o camponês não sabe se ele vai trabalhar em seu pedaço de terra amanhã ou se sua vida será arruinada pela crise capitalista, se o trabalhador intelectual não tem emprego hoje e não sabe se vai ter algum amanhã?

Do que pode o autor burguês escrever, que fonte de inspiração pode ter para ele, quando o mundo está sendo precipitado mais uma vez, se não hoje, então amanhã, para o abismo de uma nova guerra imperialista?

O atual estado da literatura burguesa é tal que não mais é capaz de criar grandes trabalhos artísticos. A decadência e desintegração da literatura burguesa, resultando do colapso e decadência do sistema capitalista, representa um traço característico, uma característica peculiar do estado da cultura e literatura burguesas na vida atual. Não se retornará mais aos tempos quando a literatura burguesa, refletindo a vitória da revolução burguesa sobre o feudalismo, era capaz de criar grandes trabalhos da época quando o capitalismo estava nascendo. Tudo agora está crescendo de forma atrofiada - temas, talentos, autores, heróis.

[...]

Características da decadência e declínio da cultura burguesa são as orgias de misticismo e superstição, a paixão por pornografia. Os "personagens ilustres" da literatura burguesa - daquela literatura burguesa que vendeu caneta ao capital - são agora ladrões, detetives policiais, prostitutas, brigões.

Tudo isso é característico daquele segmento da literatura que está tentando esconder o declínio do sistema burguês, que em vão vem tentando provar que nada aconteceu, que tudo vai bem no "reino da Dinamarca", que nada se apodrece no sistema capitalista. Esses representantes da literatura burguesa que sentem o estado de coisas de forma mais aguda, são absorvidos em pessimismo, dúvida do amanhã, elogio da escuridão, exaltação do pessimismo como da teoria e prática da arte.¹³⁸

O pronunciamento se encerra com as orientações do “camarada Stalin”:

O camarada Stalin chamou os nossos escritores de engenheiros da alma humana. O que isto significa? Que deveres confere a vocês?

¹³⁷ ZHDANOV, 1934, s.p.

¹³⁸ ZHDANOV, 1934, s.p.

Em primeiro lugar, significa conhecer a vida de modo a ser capaz de representá-la fielmente nas obras, não para representá-la de uma forma morta, escolástica, não simplesmente enquanto "realidade objetiva", mas retratar a realidade em seu desenvolvimento revolucionário.

Além disso, a fidelidade e concretude histórica da representação artística deve ser combinado com remodelagem ideológica e educação do povo trabalhador sob o espírito do socialismo. Este método em *belles lettres* e criticismo literário é o que chamamos o método do realismo socialista.

Ser um engenheiro das almas humanas significa ficar com os dois pés plantados na vida real. E isto por sua vez, indica uma ruptura com o romantismo de velho tipo, que retratava uma vida não-existente e heróis não-existentes, afastando o leitor dos antagonismos e opressão da vida real e o levando a um mundo do impossível, para um mundo de sonhos utópicos. Nossa literatura, que mantém ambos os pés firmemente plantados em uma base materialista, não pode ser hostil ao romantismo, mas deve ser um romantismo de novo tipo, romantismo revolucionário. Dizemos que o realismo socialista é o método básico da *belles lettres* soviético e criticismo literário, e isso pressupõe que o romantismo revolucionário deva entrar na criação literária como uma parte componente, de toda a vida de nosso Partido, de toda a vida da classe operária e sua luta consiste em uma combinação do trabalho prático mais austero e sóbrio com o espírito superior de feitos heroicos e magníficas perspectivas futuras. Nosso Partido sempre esteve forte pela virtude do fato que uniu e continua a unir um estilo completamente eficaz e o espírito prático com uma visão ampla, e um constante impulso a avançar, e a luta para construir a sociedade comunista. A literatura soviética deve ser capaz de retratar nossos heróis; deve ser capaz em vislumbrar o nosso amanhã. Isso não será nenhum sonho utópico, pelo nosso amanhã já estar sendo preparado hoje pôr à custa de um trabalho planejado consciente.¹³⁹

É fácil compreender o zhdanovismo: a arte deve ser simples, livre de imaginação, alicerçada na realidade imediata; o artista não deve criar ou idealizar, exceto quando o seu trabalho for a respeito do trabalhador soviético e dos próceres do PCUS, pessoas dotadas de “[...] espírito superior de feitos heroicos e magníficas perspectivas futuras”. Nesses casos, para engrandecer o socialismo e os seus “heróis”, deve ser empregado o “romantismo revolucionário”.

No Brasil, o PCB apresentou as bases do realismo socialista em 1949. O Partido atuava legalmente desde novembro de 1945, tendo eleito deputados para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Entre suas publicações estavam os jornais *Tribuna Popular* e *Hoje* - que em 1947 mudariam seus nomes para *Imprensa Popular* e *Notícias de Hoje*, respectivamente - e a revista de discussão teórica *Problemas*.¹⁴⁰ Foi na edição de número

¹³⁹ ZHDANOV, 1934, s.p., grifo do autor.

¹⁴⁰ Ao longo de sua trajetória, o PCB esteve na ilegalidade em diversos momentos. A primeira interrupção das suas atividades foi em julho de 1922, apenas seis meses após a sua fundação; em 1927, o Partido voltou à legalidade, mas teve o registro cassado em 1933. Nova autorização foi concedida em 1945. Em 1947, foi decretado o fim do PCB e seus deputados tiveram mandatos suspensos no ano seguinte. O partido só teria seu registro revalidado em 1985, com o fim da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Cf. SEGATTO, José Antonio. *PCB: a questão nacional e a democracia*. In: DELGADO Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 - Terceira República (1945-1964)**. 8. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, col. O Brasil Republicano v. 3, p. 195-217.

cinco dessa última, de dezembro de 1947, que Andrei Zhdanov foi apresentado aos comunistas brasileiros, com o artigo “Pela paz, a democracia e a independência dos povos”.¹⁴¹ Seu primeiro texto sobre literatura, “As tarefas da literatura na sociedade soviética”, aparece na edição número 20, de 1949. No artigo, Zhdanov ataca os trabalhos do escritor Mikhail Zoshchenko e da poeta Anna Akhmatova e a sua atuação à frente da revista literária *Zvezda* enquanto trata sobre como deveria ser a “literatura de partido”.¹⁴²

A orientação do PCB era a de que artistas e escritores deveriam trabalhar pela “democratização da herança cultural e fortalecimento da ‘cultura do povo’”.¹⁴³ Porém, o Partido não estabeleceu uma agenda de ações que conduzisse a esses objetivos. Diante desse vácuo, escritores e artistas adotaram a chamada “cultura de partido” que, de acordo com Moraes, “[...] funciona como ‘tradição’ reivindicada e assumida, incorporada pelos militantes como um ‘conjunto de critérios políticos-culturais-estéticos de valoração e seleção dos materiais culturais e artísticos presentes no social e julgados pertinentes pelo partido para serem difundidos na sociedade’”.¹⁴⁴ O caso da revista *Literatura* demonstra como a cultura de partido se tornou obstáculo para a divulgação das ideias comunistas.

Criada em 1946 por Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB, a *Literatura* mantinha uma linha editorial “participante mas não sectária”.¹⁴⁵ No ano seguinte ao seu aparecimento, Belo Horizonte sediou o II Congresso dos Escritores (sem relação com o I Congresso Soviético de 1934). A atenção dos participantes estava sobre o projeto da lei que regulamentaria os direitos autorais. Ao longo do evento, porém, membros do PCB, de maneira arbitrária, ignoraram a comissão de assuntos políticos da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), impondo decisões e dificultando os trabalhos. Como protesto, houve até mesmo moções pelo fechamento do Partido. Diante do caos, os membros da comissão - que reunia nomes como Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos e Antonio Candido - deixaram a entidade. Afonso Arinos declarou: “O pleito da ABDE valeu-me como uma vacina anticomunista”¹⁴⁶. Vários escritores não-filiados ao Partido, mas simpatizantes, afastaram-se; pouco a pouco, a *Literatura* perdeu relevância, publicando apenas artigos de pecebistas. E, na medida em que se tornava mais doutrinária e menos literária, Pereira não

¹⁴¹ ZHDANOV, Andrei. Pela paz, a democracia e a independência dos povos. **Problemas** - revista mensal de cultura política, n. 5, dez. 1947, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/problemas5> Acesso em: 2 nov. 2024.

¹⁴² ZHDANOV, Andrei. As tarefas da literatura na sociedade soviética. **Problemas** - revista mensal de cultura política, n. 20, ago.-set. 1949. Disponível em: <https://tinyurl.com/problemas20> Acesso em: 2 nov. 2024.

¹⁴³ MORAES, 1994, p. 138.

¹⁴⁴ MORAES, 1994, p. 138.

¹⁴⁵ MORAES, 1994, p. 138.

¹⁴⁶ MORAES, 1994, p. 140-141.

teve outra opção senão encerrá-la, em 1948.¹⁴⁷

Embora não tenha sido encerrada, a *Problemas* também sofreu com a intransigência partidária. Dirigida por Carlos Marighella, a publicação tinha como subtítulo “revista mensal de cultura política”. Suas páginas apresentaram mais traduções do que artigos originais de autores brasileiros, ainda que o PCB contasse com escritores, cientistas, artistas e jornalistas entre os seus membros. Na primeira edição, foram seis traduções contra um texto nacional, de autoria do próprio Marighella; no número dois, foram publicadas oito traduções e três artigos nacionais; o “placar” é ainda maior na terceira edição: 11 a 2 para os comunistas estrangeiros. O “empate” só viria na edição seis, com cinco originais e cinco traduções.¹⁴⁸

O zhdanovismo cresceu nos anos posteriores. Todos os periódicos do “Partidão” se abriram para o realismo socialista, consagrado, àquela altura, como paradigma da arte comunista. Andrei Zhdanov morreu em 31 de agosto de 1948. O número seguinte da *Problemas* à sua morte traz um perfil do comissário assinado por Rui Facó.¹⁴⁹ A homenagem do PCB é ilustração perfeita do realismo socialista.

No primeiro parágrafo do artigo, Zhdanov é identificado por, nada mais, nada menos, do que cinco epítetos: “Morreu em Moscou, a 1o de setembro último (*sic*), aos 52 anos de idade, Andréi Alexandrovitch Zhdánov. Milhões de homens, não só na URSS mas em todo o mundo, choraram a morte desse combatente bolchevique herói da guerra civil, construtor do socialismo, teórico marxista, lutador da frente anti-imperialista”¹⁵⁰. O texto segue, carregado de adjetivos e advérbios como “extraordinária afinidade”, “laço mais forte e inquebrantável que jamais aproximou os seres humanos como irmãos”, “luta gigantesca”, “extrema juventude”¹⁵¹. O texto é entediante, excessivo e grandiloquente. Sua leitura permite compreender por que Graciliano Ramos se tornou um “dissidente”.¹⁵²

Já abordamos a precisão vocabular do “Mestre Graça”. Em crítica a *Floradas na serra* (1939), romance de estréia de Diná Silveira de Queirós, o alagoano escreveu:

¹⁴⁷ MORAES, 1994, p. 141.

¹⁴⁸ O acervo do portal *MLA* disponibiliza quase todas as edições de *Problemas* publicadas, até 1956. A revista deixou de circular em 1958. Cf. Seção “Imprensa proletária” In: **Marxists Internet Archive**. Disponível em: <https://tinyurl.com/miaproblemas>.

¹⁴⁹ FACÓ, Rui. Figuras do movimento operário: o bolchevique Zhdánov, um exemplo a seguir. **Problemas** - revista mensal de cultura política, n. 13, ago.-set. 1948, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/problemas13> Acesso em: 2 nov. 2024. Optamos por grafar o nome do jornalista como consta na fonte consultada. Por essa razão, quando citamos o artigo “Graciliano Ramos, escritor do povo e militante comunista”, o nome do autor foi grafado “Ruy Facó”. O nome Zhdanov aparece como Zhdanov, Zdanov e Jdanov. Optamos pela grafia Zhdanov, que é recorrente.

¹⁵⁰ FACÓ, 1948, s.p.

¹⁵¹ FACÓ, 1948, s.p.

¹⁵² MORAES, 1994, p. 205.

O romance de estreia da sra. Diná Silveira de Queirós merece um ataque. Primeiramente a jovem paulista não escreve bem: “Leticia olhou *para* a fila de pereiras, *para* a estrada que subia *para* longe, *para* lugares escondidos *para* sempre”.

Eu não devia falar em semelhantes coisas, aludir às receitas fáceis da cozinha literária, mostrar ao público a inadvertência de alguém que, no preparo de duas linhas, meteu a mão na lata das preposições e encarou um período com repetições desnecessárias. Isto é um simples reparo, feito apenas porque, nos tempos confusos em que vivemos, as questões de técnicas, pelo menos no Brasil, tendem a desaparecer.¹⁵³

Na sua resenha, o “Mestre” chama a atenção para dois aspectos: o excesso de preposições na mesma frase e os “tempos confusos”, que fizeram as “questões técnicas” desaparecerem. Essas assertivas antecedem a chegada do realismo socialista em onze anos. Era de se esperar que alguém de pena tão aguçada se opusesse a estilo tão restrito. Graciliano não se furtava a dizer, a quem quer que fosse e onde fosse: “— Esse Zdanov é um cavalo!”¹⁵⁴

Ramos não perdeu oportunidades para apontar as fragilidades do realismo socialista e seus prejuízos para a arte. Não obstante, concordava que a literatura, e a cultura, de modo geral, deveriam servir ao povo. Na palestra “Cultura a serviço do povo” (1947) proferida para uma célula do PCB, o escritor afirmou:

A palavra escrita é arma de dois gumes. A literatura velha arqueja e sucumbe; a literatura nova fere com vigor a reação desesperada. [...] A segunda é a que nos traz a esta sala, encerra-se nos volumes aqui expostos. Precisamos conhecê-la de perto. É claro que nada ganharemos olhando, com respeito, esses volumes protegidos por uma vitrina. Indispensável sabermos o que há dentro deles. Vimos numa capa o nome de Máximo Gorki e experimentamos o desejo de largar uns palpites sobre ele, atrapalhando tudo. Recuamos a tempo - e na reunião da célula ouvimos, bastante chateados, referências ao admirável russo, num informe. Contudo, a recordação da vitrina permanece, garantimos que Máximo Gorki é notável. Temos de cor uma lista de personagens célebres, afirmamos a celebridade, mas seria difícil dizermos em que ela se baseia. Asserções que nos fizemos na escola, repetidas longamente, foram aceitas afinal. Em vão tentamos adivinhar como subiram certos figurões das letras nacionais. Vi um tipo quase chorar lendo a notícia da morte de um literato conde.¹⁵⁵

A associação entre arma e literatura aparece mais uma vez e reforça o viés militante do romancista. Também está presente a crítica aos excessos - seja de livros, enquanto mercadoria, seja de personagens e de emoções. O autor nos alerta, ainda, sobre o teor da literatura. O que ela tem a dizer? E a quem? Não podemos deixar de reparar a menção ao “notável” Gorki, um dos idealizadores do I Congresso, de 1934.

¹⁵³ RAMOS, 2016, *e-book*, grifos do autor.

¹⁵⁴ MORAES, 2012, p. 252.

¹⁵⁵ RAMOS, 2012, p. 294.

Enquanto comunista, “Graça” não ignora a importância do “Partidão”. Na nota “O Partido Comunista e a criação literária” (1947), publicada na *Tribuna Popular*, lemos:

Afirmam cidadãos vultosos que no Comunismo não existe ambiente favorável à criação literária; chegando aqui, murchamos, deitamos um pouco de chumbo nos miolos e somos utilizados em serviços módicos: distribuir folhas volantes, bater palmas em comícios, pichar muros. Isso — e nada mais.

[...]

É desnecessário asseverarmos que o Partido Comunista nenhum dano causa à produção literária. Inútil exibirmos figurões do exterior, engrandecidos pela distância: mostremos apenas a gente que aqui está.

Nada de queimar incenso à toa. Estes homens e estas mulheres recusam lisonjas, mas provavelmente os nossos opositores gostariam de tê-los ao seu lado. E se pensam de outra forma, é que o julgamento lá fora é precário. Neste grupo, ainda exíguo, há escritores que se revelaram em diversos gêneros. Certamente continuarão a crescer, apesar dos agouros ruins espalhados sobre eles.

[...]

Cada qual tem a sua técnica, o seu jeito de matar pulgas, como se diz em linguagem vulgar. A literatura revolucionária pode ser na aparência a mais conservadora. E isto é bom: não terão o direito de chamar-nos selvagens e sentir-se-ão feridos com as próprias armas.

Afinal para expormos as misérias desta sociedade meio decomposta não precisamos de longo esforço nem talento extraordinário: abrimos os olhos e ouvidos, jogamos no papel honestamente os fatos.¹⁵⁶

A nota é curta, mas poderosa: o PCB é a “porta de saída” da “literatura revolucionária”, aquela que irá denunciar as dores impostas pelo capitalismo e insuflar o sentimento de revolução na mulher e no homem trabalhadores. Houve outras oportunidades para “Graça” tratar da relação entre o Partido e os escritores. Durante reunião da célula Teodoro Dreiser,¹⁵⁷ afirmou:

Consideramo-nos artesãos, nem chegamos a admitir que um dia sejamos outra coisa. Afirmações contrárias, lançadas por um profissional, revelam insinceridade: sabemos que só nos é possível trabalhar no isolamento.

[...]

Há quem diga que isto sucede por não estarmos identificados com a massa, ideia inexata. Enxergamos nela confusão entre sujeito e objeto. Sem dúvida é necessário conhecermos e sentirmos a matéria de que nos ocupamos. Para transformarmos em obra de arte uma cadeia ou uma fábrica, por exemplo, é indispensável termos vivido em algum desses lugares.¹⁵⁸

¹⁵⁶ RAMOS, Graciliano. O Partido Comunista e a criação literária. *Tribuna Popular*, ano 2, p. 11, 22 de maio de 1946.

¹⁵⁷ Theodore Dreiser foi um escritor americano de origem operária e orientação comunista. A célula reunia os escritores do PCB em assembleias semanais e foi batizada por Graciliano Ramos, que aportuguesou o nome. Cf. SALLA, 2012, p. 283, nota 1.

¹⁵⁸ RAMOS *In*: SALLA, 2012, p. 277-278.

Logo no começo da palestra, Ramos se identifica com os trabalhadores. Tenho, até aqui, razões para sustentar que essa identificação é sincera e livre de demagogia. Na condição de operário da escrita, o alagoano reconhece as dificuldades das mulheres e homens da classe. Isso sem abrir mão da experiência individual, contrariando o espírito essencialmente coletivista do comunismo: “Para transformarmos em obra de arte uma cadeia ou uma fábrica, por exemplo, é indispensável termos vivido em algum desses lugares”.¹⁵⁹ Thiago Salla deduz que a conferência aconteceu em 1946, cerca de nove anos após sua saída da prisão.¹⁶⁰ Ao citar “uma cadeia”, Graciliano fala de si, deixando clara sua noção de que a literatura surge da experiência. Em sequência, ele se volta contra o sectarismo partidário:

E aqui não seria inoportuno dizermos que não existe arte burguesa nem existe arte proletária. Concepções da pré-história ainda se conservam. Ignoramos a idade do ritmo ternário: sabemos que é velho e dificilmente nos livraríamos dele. Entretanto seria absurdo imaginar uma arte estática. Modificações leves, acumuladas, com certeza ocasionam saltos. E se a arte não é de supetão forjada por uma classe, está sempre a serviço de uma classe.

Indispensável, pois, resguardar com zelo a técnica literária de que a burguesia se aproveita. Até certo ponto um revolucionário é o mais ferrenho conservador. As liberdades excessivas que o modernismo nos trouxe foram utilizadas por muito fascista. Repelimos a desordem, a indisciplina, a composição fácil, a novela redigida como noticiário.¹⁶¹

A contundência e a coragem do “Mestre” impressionam: cercado de comunistas, ele afirma que a arte não é “forjada por uma classe”, mas está a seu favor. Não é, portanto, a forma de um texto que o faz revolucionário, mas seu conteúdo. Impor normas e vocabulário não cria literatura transformadora e libertadora. E acrescenta: a gramática não pertence à qualquer classe social. O autor já havia tratado desse assunto no artigo “O fator econômico no romance brasileiro” (1945), publicado na *Tribuna Popular* do dia 15 de julho:

Talvez os amadores que falam tanto de Balzac e fingem imitá-lo não hajam percebido que este escritor em um só livro estuda a fabricação do papel, a imprensa de porte, casas editoras, teatros, restaurantes, oficinas de impressão, etc. Levantada essa base é que principia a mover-se a sociedade balzaquiana, políticos, nobres, jornalistas, militares, negociantes, prostitutas e ladrões, tipos vivos, tão vivos que ainda nos enchem de admiração.¹⁶²

¹⁵⁹ RAMOS In: SALLA, 2012, p. 278.

¹⁶⁰ SALLA, 2012, p. 283, nota 1.

¹⁶¹ RAMOS In: SALLA, 2012, p. 277-278.

¹⁶² RAMOS, Graciliano. O fator econômico no romance brasileiro. **Tribuna Popular**, ano 1, n. 48, p. 10, 15 jul. 1945.

Ao longo do texto, Ramos aborda, mais uma vez, o distanciamento entre escritor e o povo:

Lendo certas novelas, temos o desejo de perguntar de que vivem as suas personagens. Está claro que os autores não conseguem furtar-se a algumas explicações referentes a este assunto, mas fazem-no como quem toca em matéria desagradável, percebemos que [uns se repugnam] e não querem deter-se em minúcias.

Um cidadão é capitalista. Muito bem. Ficamos sem saber donde lhe veio o capital e de que maneira o utiliza. Outro é agricultor. Não visita as plantações, ignoramos como se entende com os moradores e se a safra lhe deu lucro.¹⁶³

É natural que alguém que viva das letras assuma o ato de escrever como “trabalho”. Mas alguns escritores pareciam, para Ramos, envergonhar-se de serem “trabalhadores”:

Acontece que alguns escritores se habituem a utilizar em romance apenas coisas de natureza subjetiva. Provavelmente há o receio de que, sendo comércio e indústria, oferta e procura etc. vistos muito de perto, a questão social venha à baila. Deve existir também um pouco do velho preconceito medieval que jogava para um plano secundário os produtores.¹⁶⁴

“Como representar uma pessoa a quem tenho desprezo?” é a pergunta oculta nas entrelinhas. Na sua robusta biografia do “Velho Graça”, Dênis de Moraes recupera uma entrevista dada pelo escritor a Heráclio Salles:

– Nenhum livro do realismo socialista lhe agradou? – perguntou o jornalista.
 – Até o último que li, nenhum. Eu acho aquele negócio de tal ordem ruim que não aceitei ler mais nada.
 – Qual a principal objeção que o senhor faz?
 – Esse troço não é literatura. A gente vai lendo aos trancos e barrancos as coisas que vêm da União Soviética, muito bem. De repente, o narrador diz: “O camarada Stalin...”. Ora, porra! Isso no meio de um romance?! Tomei horror.¹⁶⁵

Graciliano não abdicou do seu estilo. Ao longo de toda a sua trajetória como escritor - na ficção e na não- ficção - manteve firme oposição ao realismo socialista, sem, contudo, abrir mão de uma literatura crítica e combativa. Sua escrita, como já afirmei em páginas anteriores, era precisa e econômica na forma, mas vasta e profunda em sentido, além de coerente com sua militância intelectual. E, embora o próprio Graciliano se definisse como “revolucionário

¹⁶³ RAMOS, 1945, p. 10.

¹⁶⁴ RAMOS, 1945, p. 10.

¹⁶⁵ MORAES, 2012, p. 253.

chinfim” e considerasse “fracas” suas “armas de papel”, seus adversários as percebiam como perigosas: ainda que suas balas não ferissem a carne, eram capazes de deixar cicatrizes profundas e duradouras.

Por seu turno, inspirado pelo fascismo europeu, Getúlio Vargas avançava em seu projeto ditatorial. A polícia política vigiava, censurava e prendia aqueles que ousavam levantar a voz contra o totalitarismo - entre eles, o próprio Graciliano Ramos. Em sua pretensão de instaurar uma estética oficial, monumental, patriótica e domesticada, voltada à exaltação do líder e à homogeneização cultural, o Catete paulatinamente substituía a arte crítica por outra, dócil, instrumentalizada e destinada a legitimar o poder e a silenciar o dissenso.

Ao tornar-se vítima da máquina autoritária, “Graça” construiu um dos mais vigorosos “monumentos” da literatura e da História brasileiras.

CAPÍTULO 2 - DESENCARCERANDO A MEMÓRIA

2.1 “O barulho de 1935”

O Estado Novo começou mais cedo para o autor de *Mc*. Na noite de 3 de março de 1936, o escritor foi detido em sua casa, no bairro Pajuçara, em Maceió. Ao longo daquele dia, o então diretor da Instrução Pública do Estado de Alagoas havia atendido, em seu gabinete, a vários telefonemas com ameaças.¹⁶⁶

Figura 8 - Graciliano Ramos preso no Rio de Janeiro (1936)



Fonte: MORAES, 2012, s.p.

O romancista ocupava o cargo na Instrução Pública desde 1933, nomeado pelo interventor federal de Alagoas, o capitão Affonso de Carvalho.¹⁶⁷ Movido por ambições literárias, o capitão Carvalho frequentava as rodas de intelectuais maceioenses; é possível que tenha ouvido, nos cafés da capital, o nome do autor do elogiado romance *Caetés*, então recém-publicado.

¹⁶⁶ RAMOS, 2022b, p. 14.

¹⁶⁷ MORAES, 2012, p. 90.

A fama de funcionário público honesto e competente acompanhava o “Mestre”. Além de presidente da Junta Escolar municipal e prefeito em Palmeira dos Índios, Ramos foi diretor da Imprensa Oficial de Alagoas. Seu período à frente da Imprensa Oficial foi curto (a posse aconteceu em 31 de maio de 1930 e a renúncia em 24 de dezembro do ano seguinte), mas suficiente para que ele a aprimorasse. O escritor elaborou novo regimento e reorganizou o quadro de pessoal, tornando o órgão mais eficiente.¹⁶⁸ Era esperado que o interventor escolhesse servidor com tal currículo para ocupar posição tão sensível. Desde 1930, o Catete aparelhava ministérios por meio da nomeação de aliados, a fim de ter o maior controle possível sobre as instituições. Segundo a historiadora Maria Celina D’Araújo,

A nacionalização da educação implicará um profundo controle de todos os currículos, de todas as atividades de todas as escolas nos recantos mais remotos do país. A escola nacionalizada e monitorada pelo governo seria a porta de entrada para a nacionalidade, para a homogeneidade nacional e o controle de tendências exógenas que pudessem advir da multiculturalidade. Essas preocupações não eram novas, mas encontraram no Estado Novo o campo fértil para prosperarem e se tornarem realidade. Ainda no campo educacional, o reforço dado às aulas de educação física não só servia ao propósito de direcionar os jovens, como também representaria um aprimoramento estético do brasileiro.¹⁶⁹

Ainda que não tenha havido acusação formal, a prisão do ex-prefeito de Palmeira dos Índios se deu com base no seu suposto envolvimento naquilo que ele chamou de “barulho de 1935”.¹⁷⁰ Trata-se dos levantes comunistas ocorridos em Natal, Recife e Rio de Janeiro em novembro daquele ano.

As motivações dos revoltosos remontam à década de 1920 e ao movimento tenentista, adversário das oligarquias do Sudeste. O tenentismo comprometeu as estruturas da Primeira República, demolidas em definitivo por Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930.¹⁷¹ A dissolução do movimento dos tenentes levou seu principal líder, Luís Carlos Prestes, ao auto-exílio na Bolívia, em 1927.¹⁷²

Embora comunistas e tenentes tenham se unido em 1935, os membros do “Partidão” consideravam militares “massa de manobra”. Apesar disso, pecebistas e os soldados liderados por Prestes tinham mais em comum do que os primeiros gostariam de admitir. A fundação do PCB e a eclosão do tenentismo aconteceram em 1922; em junho daquele ano, o presidente

¹⁶⁸ SANTOS, 2019, p. 87.

¹⁶⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, *e-book*.

¹⁷⁰ RAMOS, 2022b, p. 68.

¹⁷¹ VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de 1935. In: ____, 2019, p. 67-68.

¹⁷² REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 43.

Epitácio Pessoa respondeu a revolta no forte de Copacabana com o decreto de estado de sítio.¹⁷³ Pessoa se valeu do sítio para perseguir seus opositores, entre eles jornalistas e lideranças operárias, anarquistas, comunistas e tenentistas.

Durante o exílio de Prestes, Astrojildo Pereira foi ao seu encontro com a intenção de discutir uma aliança capaz de por fim à barreira policial imposta pelo presidente.¹⁷⁴ Pereira propôs a organização de movimento dirigido pelos comunistas, enquanto os militares, comandados por Prestes, seriam o braço armado.¹⁷⁵ Prestes rejeitou a proposta e, embora a coalizão não tenha se concretizado, o fundador do PCB publicou artigos elogiando o tenente. Os textos apareceram nos jornais *A Nação* - que circulava ilegalmente desde a cassação do registro do PCB, em 1922 - e no tenentista *A Esquerda*¹⁷⁶.

Após a Revolução de 1930, o PCB elegeu uma nova diretoria, da qual Pereira não fazia parte. Em 1931, escondido em Moscou, Prestes demonstrou interesse em ingressar no Partido, mas teve seu pedido de afiliação recusado diversas vezes. Em protesto, o “cavaleiro da esperança” publicou diversas notas e artigos atacando a resistência dos comunistas ao seu nome, a que ele chamou de “prestismo” e classificou como atitude pequeno-burguesa.¹⁷⁷ Finalmente, em 1934, Luís Carlos Prestes foi aceito como membro do PCB para, no ano seguinte, provocar a “bagunça” - outra maneira depreciativa pela qual Graciliano se refere, em *Mc*, às sedições de 1935.¹⁷⁸

Ainda em 1934, várias entidades antifascistas se reuniram em protesto contra Vargas e organizaram o I Congresso Nacional contra a Guerra Imperialista e o Fascismo. A polícia invadiu o evento e prendeu seus líderes. A violência policial teve ampla divulgação. Por uma curiosa coincidência, destacamos a reportagem publicada n’*A Manhã*. O periódico, que se intitulava “órgão de ataques... de riso”, surgiu como suplemento do jornal *A Manhã*. Seu criador, Apparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, o Apporelly, merece um parágrafo a seu respeito.

Apporelly se destacou no jornalismo político brasileiro do começo do século XX. O sarcasmo e a irreverência eram suas marcas registradas e seus textos vinham assinados como “Barão de Itararé”, título fictício outorgado pelo jornalista a si mesmo. Em 1930, durante a tomada do poder por Getúlio Vargas, circulou o boato de que na cidade paulista de Itararé aconteceria a batalha mais sangrenta da Revolução. O combate não ocorreu e Apporelly se

¹⁷³ PEREIRA, 2012, p. 129.

¹⁷⁴ PEREIRA, 2012, p. 129.

¹⁷⁵ VIANNA *In*: DELGADO; FERREIRA (orgs), 2019, p. 74.

¹⁷⁶ PEREIRA, 2012, p. 132.

¹⁷⁷ VIANNA *In*: DELGADO; FERREIRA (orgs), 2019, p. 75.

¹⁷⁸ RAMOS, 2022b, p. 68; VIANNA *in* DELGADO; FERREIRA (orgs), 2019, p. 74-75.

aproveitou do “não-fato” para dar vida ao barão da “batalha que não houve”.¹⁷⁹ Seis anos mais tarde, o falso barão seria companheiro de cárcere de Graciliano.

Em 1934, Apporelly publicou uma nota que é quase uma profecia sobre sua aproximação com o alagoano. No item “O sururu”¹⁸⁰ do artigo “Guerra à guerra é o grito contra a guerra!”, o barão descreveu a truculência policial contra os participantes do congresso contra o fascismo:

A Praça Tiradentes transformou-se numa praça de guerra. Fechou o tempo, enquanto outros abriam o arco. As balas estouravam como pipocas. Meia hora durou o corre-corre o zum-zum dos clavinotes e das parabells. O ti-lin-tin das ambulâncias cruzavam em todas as direções à procura das vítimas que jaziam no asfalto betuminoso. Quem assistisse àquellas scenas não podia deixar de evocar os tempos saudosos de Nicolau II, o czar de todas as Rússias, mas também não podia deixar de fazer ao mesmo outras evocações. Realmente, aquelles homens que se reuniram para protestar contra as ameaças da guerra imperialista não temiam as ameaças da guerra civil!¹⁸¹

O aumento da repressão levou o comitê organizador do congresso a elaborar frente ampla que congregasse partidos políticos, sindicatos, associações de classe e culturais, organizações feministas e estudantis.¹⁸² Após meses de planejamento, em 1935, surgiu novo e poderoso agente anti-getulista, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de esquerda formada por várias associações anti-getulistas e antifascistas. A ANL estreou sob a presidência de honra de Prestes, estratégia inteligente, dado o seu carisma e capacidade de mobilização.

No ano do seu aparecimento, a ANL comandou uma série de rebeliões como retaliação às prisões arbitrárias promovidas por Vargas. As detenções foram motivadas por uma notícia falsa publicada na edição de 26 de junho de 1935 de *O Globo*. Sob o título sensacionalista *Soviets no Brasil!*, a primeira página do jornal anunciava a descoberta de um plano para implantar o comunismo no Brasil.¹⁸³ Se bem-sucedido, o Brasil estaria subordinado à União Soviética. Em ação rápida e, como de costume, violenta, a polícia prendeu diversos militantes assim que a famigerada edição chegou às bancas.¹⁸⁴ Hoje, é sabido que não havia plano algum.

¹⁷⁹ TORELLI, Aparício. In: **FGV / CPDOC**. Disponível em: <https://tinyurl.com/britarare>. Acesso em: 05 jan. 2025.

¹⁸⁰ O sururu é um crustáceo que serve como ingrediente principal a um prato típico da culinária alagoana. Como gíria, quer dizer confusão.

¹⁸¹ GUERRA à guerra é o grito contra a guerra! **A Manhã**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 28, p. 5.

¹⁸² VIANNA In: DELGADO; FERREIRA (orgs), 2019, p. 85.

¹⁸³ SOVIETS no Brasil! **O Globo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2765, 26 jun. 1935, p. 1.

¹⁸⁴ VIANNA In: DELGADO; FERREIRA (orgs), 2019, p. 90.

Figura 9 - *Soviets no Brasil! O Globo* (26 jun. 1935)

ANNO XI — N.º 2765

EDICAO DAS 12 HORAS

Quarta-feira, 26 de Junho de 1935

RIO DE JANEIRO
Imprensa e outras empresas a cargo
de Luiz de Azevedo e Cia. Ltda.
TELEFONES
22-2000
22-2000
22-2000
22-2000

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Directo-Responsible—HERBERT ROSES. Directo-Redactor-chefe—ROBERTO MARINHO. Directo-gerente—A. LEAL DA COSTA

RIO DE JANEIRO
Imprensa e outras empresas a cargo
de Luiz de Azevedo e Cia. Ltda.
TELEFONES
22-2000
22-2000
22-2000
22-2000

SOVIETS NO BRASIL!

O governo está de posse de um plano, vindo da Rússia, visando implantar o comunismo entre nós

A INVESTIDA VERMELHA

Foi exclusivamente para tratar do surto do extremismo que se reuniu o Ministerio

JÁ AGORA O GOVERNO SE MOSTRA DISPOSTO A AGIR ENERGICAMENTE — UM PLANO VINDO DE MOSCOU NAS MÃOS DAS AUTORIDADES — LUIZ CARLOS PRESTES ESTÁ NO BRASIL OU NA ARGENTINA? — AS ÚLTIMAS GREVES FORAM PROVOCADAS PELOS AGITADORES

Um esgarneo ao carioca!

... e de integralismo, e pela azevedo e cia. com que já representando os princípios das chamadas "técnicas politicas" do regime e governo, regimem burgueses e governem o Brasil.

Verde e amarelo
Teria sido observado no meio do governo e recurso de disfarce de que certas correntes e movimentos estariam lançando mão para o completo adeus a esse credo. Esse o afere o sistema em conjunto em caráter de viva nacionalismo, em caráter de verde e amarelo em caráter de impropriedade para que se não queiramos e governo sobre os Brasil possam fazer concorrência com os sistemas separados dos integralistas. Dahi a preocupação com que o movimento e comunismo sustenta a fé de nacionalismo, a fé e o dileto de algum, querendo destruir e meter no a brevidade magica de Drega, da Paria e da Família.

Um plano vermelho
Na ultima reunião a que preside o Sr. Getúlio Vargas, todos os seus auxiliares tomaram conhecimento de um plano vermelho de destruição do poder republicano sob que sistema, está



Dahli, Director da Revista dos Servicos

Fonte: Jornal O Globo.

Membros da ANL planejaram a tomada de quartéis da polícia e do Exército. Porém, boa parte dos sediciosos não possuía qualquer experiência de combate e com armas. Isso, somado à falta de organização e às dificuldades de comunicação entre os revoltosos, fez com que o movimento fosse debelado em pouco tempo. Houve conflitos sangrentos e as perdas entre aliancistas foram significativas. A ANL também amargou grave perda moral. De acordo com Vianna, “Muitas calúnias foram escritas sobre novembro de 1935. A rebelião foi, depreciativamente chamada de ‘Intentona’, e ‘Intentona Comunista’, o que dava aos levantes conotações terríveis, uma vez que o comunismo era considerado o próprio anticristo”.¹⁸⁵ Mas Vianna também destaca o saldo positivo dos levantes: “[...] o da luta contra as injustiças sociais, o do inconformismo, o da indignação diante de uma sociedade que continuava a reproduzir brutais diferenças sociais”.¹⁸⁶ Para a historiadora, os erros dos revoltosos foram fruto da falta de cultura política da sociedade brasileira, “[...] mas é importante ressaltar, também dentro das tradições de luta de nosso povo, a capacidade daqueles homens de sonhar com uma sociedade justa e digna e, principalmente, de lutar por seus ideais”.¹⁸⁷ Nesse ponto, é-nos oportuno expor a “quase participação” de Alagoas na revolta aliancista.

¹⁸⁵ VIANNA *In*: DELGADO; FERREIRA (orgs), 2019, p. 108.

¹⁸⁶ VIANNA *In*: DELGADO; FERREIRA (orgs), 2019, p. 108.

¹⁸⁷ VIANNA *In*: DELGADO; FERREIRA (orgs), 2019, p. 108.

O historiador Luiz Sávio de Almeida se dedicou ao estudo de temas alagoanos, entre os quais o movimento operário em Maceió e suas relações com comunismo e anarquismo. De acordo com Almeida, a apuração dos eventos de 1935 em Alagoas é prejudicada pelo pequeno volume documental e pela falta de interlocução entre seus agentes.¹⁸⁸ Além disso, para Almeida, a insurreição em Alagoas, mostrou-se uma “[...] uma conspiração de altíssimo risco e baixíssima capacidade operacional”.¹⁸⁹ Em Maceió, os comunistas se articulavam no 20º Batalhão de Caçadores, o que criou a sensação de “[...] como se fosse espécie de conspiração de baixas patentes [...]”¹⁹⁰. Almeida também destaca a assincronia entre os estados participantes da ação. Os veículos de comunicação do PCB e da ANL em Pernambuco e no Rio Grande do Norte divulgavam, de forma grandiosa,

[...] o movimento nacional-libertador tão ansiosa e justamente aguardado pelas amplas massas do povo Brasileiro, secularmente oprimido na mais brutal e nefanda exploração do capitalismo parasitário estrangeiro, diante do qual se curvam os governos de traição nacional de Getúlio Vargas, Lima Cavalcanti, Argemiro Figueiredo, Osman Loureiro, Rafael Fernandes et cetera.¹⁹¹

Enquanto isso, os alagoanos se achavam num estado de “espera permanente”¹⁹² por instruções que poderiam vir do Rio de Janeiro, de Natal ou de Recife. Alguns depoimentos e documentos coletados por Almeida dão conta de que os rebeldes maceioenses pareciam desorientados; as informações chegavam desencontradas e em fragmentos. Como resultado, em Alagoas, a rebelião foi debelada em 21 de novembro de 1935 - dois dias antes da data marcada para o início dos ataques aos quartéis selecionados pelos estrategistas da ANL.¹⁹³

A principal fonte a respeito da sublevação em Alagoas é o inquérito aberto no 20º Batalhão de Caçadores pelo major José de Andrade Faria no dia 21 de novembro de 1935. De acordo com o documento, no dia 20 de novembro os oficiais do batalhão foram convocados para uma reunião no gabinete de comando, na qual foram informados sobre a trama comunista no Batalhão. Na tarde daquele mesmo dia, os insurgentes também se reuniram; simulando um jogo de futebol atrás do quartel, fizeram contato com o capitão Otacílio, líder aliancista do 29º Batalhão de Caçadores de Recife. Porém, um espião do comando militar alagoano esteve

¹⁸⁸ ALMEIDA, Luiz Sávio de. Um pequeno bilhete sobre a "Intentona Comunista" em Alagoas ou um novembro avermelhado. In: **Luiz Sávio de Almeida**, 27 nov. 2011, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/peqbilhete>. Acesso em: 13 out. 2025.

¹⁸⁹ ALMEIDA, 2011, s.p.

¹⁹⁰ ALMEIDA, 2011, s.p.

¹⁹¹ MANIFESTO do Comitê Revolucionário do Nordeste *apud* ALMEIDA, 2011, s.p.

¹⁹² ALMEIDA, 2011, s.p.

¹⁹³ ALMEIDA, 2011, s.p.

presente e acompanhou tudo. No dia seguinte, aconteceria missa em memória de um capitão recém-falecido. O comando aproveitou a oportunidade para convocar a tropa e, ao fim da missa, os implicados foram presos.¹⁹⁴

O inquérito foi concluído no dia 24 de dezembro. Almeida o considera cheio de falhas e, por isso, inconclusivo. Alguns depoimentos parecem ser simples repetição de outros. Mas, para além disso, o historiador percebe que “No fundo, a impressão é que se criava um imenso Exército de Libertação com tropa imaginária que surgiria não se sabe onde e nem de onde, com todos estando à espera de um momento a vir imediatamente do nada. Uma conspiração que, pelo menos em Maceió, parecia descuidada”.¹⁹⁵

A revolta de 1935 levou o Catete a fechar ainda mais o cerco contra seus opositores. Vários membros do PCB, da ANL e de outras organizações anti-Vargas e pró-democracia foram presos clandestinamente. Entre eles, Graciliano Ramos. Embora não integrasse qualquer agremiação ou partido, Ramos tinha noção de que seus livros eram “perigosos”.¹⁹⁶ Como escritor, ele sabia que, no exercício do seu ofício, “começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social”.¹⁹⁷

2.2 Um trabalho de memória

Há um dado curioso em *Mc*: ao longo das suas 639 páginas¹⁹⁸, o narrador declara por dezoito vezes não se lembrar de eventos e pessoas. Em oposição, são apenas doze as passagens em que a voz narrativa usa fórmulas como “eu me lembro” ou “eu recordo”. Teria Graciliano Ramos se distraído ou entregue um trabalho inacabado? Acreditamos que não. Para entendermos a construção de *Mc*, voltaremos ao conceito de memória e seu

¹⁹⁴ ALMEIDA, 2011, s.p.

¹⁹⁵ ALMEIDA, 2011, s.p.

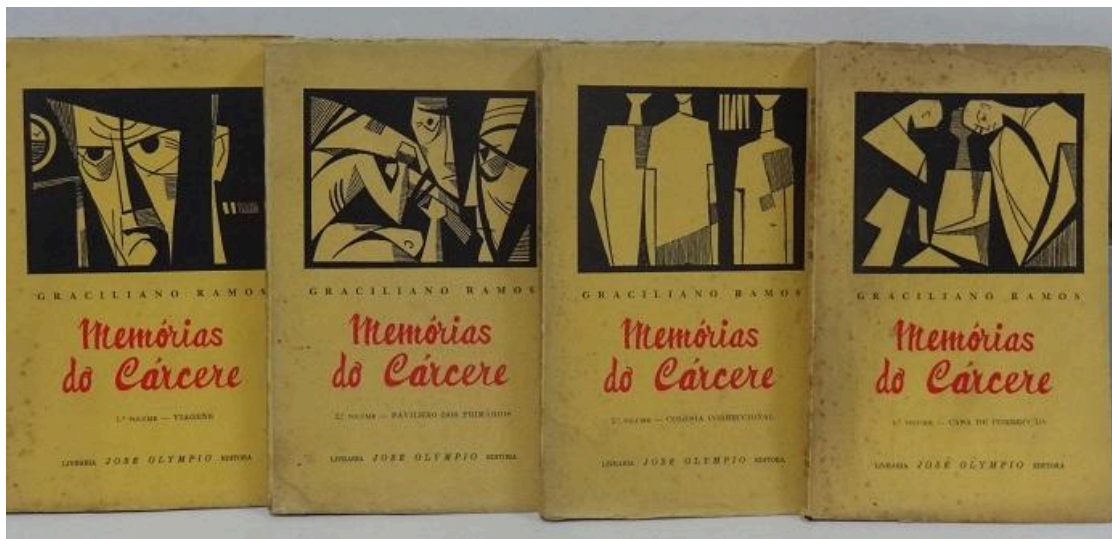
¹⁹⁶ RAMOS, 2022b, p. 15.

¹⁹⁷ RAMOS, 2022b, p. 9.

¹⁹⁸ Tomamos como referência a 54ª edição, publicada em volume único pela editora Record em 2022. A primeira edição de *Mc* (1953) chegou ao público pela Livraria José Olympio Editora em 4 volumes. Esse formato foi mantido pelas editoras Martins, que assumiu a obra de Graciliano Ramos em 1960, e pela Record. A Record adquiriu os direitos de publicação dos trabalhos “graciliânicos” em 1962 e foi a mais longeva das casas que os publicou: a editora carioca manteve o autor com exclusividade em seu catálogo até 2024, quando sua obra entrou em domínio público. Ao longo de 62 anos, a Record publicou *Mc* em edições de um, dois e três volumes. Desde o encerramento dos direitos autorais, *Mc* ganhou pelo menos mais uma edição, também em volume único, pela Companhia das Letras. Cf. HALLEWELL, 1985, *passim*; SOBOTA, Guilherme. Obras de Graciliano Ramos e Jorge de Lima entram em domínio público. In: **PublishNews**. Disponível em: <https://tinyurl.com/grdominiopublico> Acesso em: 04 jan. 2025.

funcionamento.

Figura 10 - Capas da 1a. edição de *Mc*, por Santa Rosa (1953)¹⁹⁹



Fonte: Graciliano Ramos.

A memória é um dos pilares fundamentais da História. Enquanto fenômeno, a memória é complexa, versátil e adaptável. Foi só na década de 1970 que os historiadores da chamada Nova História a tornaram objeto de reflexão teórica.

Jacques Le Goff, destacado integrante do movimento historiográfico francês, define a memória como “um conjunto de funções psíquicas”, entre as quais está a “propriedade de conservar certas informações”²⁰⁰. Usamos esse conjunto de funções para “atualizar impressões ou informações passadas”²⁰¹.

Graciliano Ramos abre suas memórias declarando “Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos”²⁰². Com esse enunciado, o autor nos indica dois aspectos do seu trabalho que precisam ser levados em consideração. Primeiro, a constatação

¹⁹⁹ A primeira edição de *Mc* foi publicada no Rio de Janeiro, pela editora José Olympio. Graciliano Ramos havia se tornado amigo do seu fundador, José Olympio Pereira Filho (1902-1990). Talvez, por essa razão, a publicação tenha recebido tanta atenção: o prefácio foi escrito pelo historiador e crítico Nelson Werneck Sodré (1911-1999); as capas são do paraibano Tomás Santa Rosa (1909-1956), outro grande amigo do autor e um dos principais artistas visuais brasileiros entre as décadas de 1940 e 1950. Cf. HALLEWELL, 1985, p. 357; 364; MEMÓRIAS do cárcere. In: **Graciliano Ramos**. Disponível em: <https://tinyurl.com/mc1ed1953> Acesso em: 06 dez. 2024; MORAES, 2012, p. 293.

²⁰⁰ LE GOFF, 1990, p. 423.

²⁰¹ LE GOFF, 1990, p. 423.

²⁰² RAMOS, 2022b, p. 9.

de que o escritor relata “casos” ainda pulsantes no seu córtex cerebral e na sua mente, ou seja, “conservados” pelas suas “funções psíquicas”, corroborando a definição de Le Goff. Encontramos a segunda particularidade no uso do verbo “passar” com o sentido de “acontecer”. Essa escolha de vocabulário estabelece a cisão que marcará a maior parte de *Mc*: o relato “graciliânico” é historicamente verificável e o fio condutor da sua exposição não é a imaginação. Não em sua maior parte, pelo menos. Precisamos, então, estabelecer, com algum rigor, concepções de factual e de imaginário.

Encontramos essa distinção no ensaio *A memória, a História, o esquecimento*. De acordo com seu autor, o filósofo Paul Ricoeur, o imaginário tem como referência o fantástico e tudo o que é criado pela mente do narrador, comprometendo-se com a verossimilhança, mas não com a realidade objetiva²⁰³. Na busca pelo domínio sobre o tempo dos acontecimentos, a voz narrativa de *Mc* se vê entre “farrapos de realidade e sonho”:

A minha vida anterior se diluía, perdia-se além daquele imenso espaço de vinte e quatro horas. Um muro a separar-me dela, a altear-se, a engrossar, e para cá do muro — nuvens, incongruências. Entre esses farrapos de realidade e sonho, era doloroso pensar numa inteira despersonalização.²⁰⁴

A memória factual, por sua vez, origina-se na “anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da ‘coisa lembrada’, do ‘lembrado’ como tal”²⁰⁵. Em outras palavras, a memória é a expressão verbal de um momento vivido no passado do mundo material. Quando manifestamos, por meio da escrita ou da oralidade, nossa vivência, tal manifestação só poderá acontecer após a experiência. Do contrário, torna-se uma fantasia. Os pontos de vista de Ricoeur e Le Goff convergem quanto a isso. Para o historiador, “Certos aspectos do estudo da memória [...] podem evocar, de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social”²⁰⁶. Isso quer dizer que em situações traumáticas, passíveis de esquecimento, a memória representa experiência via metáforas. Verificamos esse efeito em diversas passagens de *Mc*. Em uma delas, o narrador Graciliano Ramos observa os tipos humanos que conheceu na cadeia e divaga sobre suas existências além da cadeia e sua linguagem, buscando verossimilhança entre o que presencia e as possibilidades do mundo exterior:

Como será a linguagem dessas criaturas? Se assistíssemos às suas discussões,

²⁰³ RICOEUR, 2007, p. 26.

²⁰⁴ RAMOS, 2022b, p. 41-42.

²⁰⁵ RICOEUR, 2007, p. 26.

²⁰⁶ LE GOFF, 1990, p. 423.

provavelmente entenderíamos pouco: escapar-nos-iam intuitos embrulhados em palavra técnica. Almas diferentes das vulgares, com certeza: amor ao perigo, desprezo ao conforto, nenhuma confiança nas verdades oficiais, desdém a venturas póstumas, falência de valores antigos, criação de novos. Medonhas legendas negras em paredes nos causam admiração a remotas e confusas vidas românticas; fragmentos de conversa murmurados em cafés nos acirram a fantasia: as cenas devagar supostas ganham verossimilhança e nitidez.²⁰⁷

A linguagem é um dos instrumentos de mediação entre o ser e o mundo. Recorremos à ela como ferramenta para alcançar o efeito de verossimilhança. Há momentos, porém, em que a realidade é assustadora a ponto de superar a ficção. É sob o efeito do terror da realidade que o escritor-prisioneiro expõe uma ameaça de morte que testemunhara:

Causava assombro a ideia de que fosse possível realizar-se ali, perto de homens fardados e armados, uma execução. Provavelmente queriam apenas intimidar o desgraçado. A firmeza dos juizes, a curiosidade ansiosa da assistência, as covardes lamúrias do réu desviavam essa conjetura. A gente da superfície via a máquina subterrânea a funcionar — e arrepiava-se. Imaginara a existência dela, uma existência vaga, apanhada em jornais e em livros. A realidade não tinha verossimilhança. Estava, porém, a entrar pelos olhos e pelos ouvidos.²⁰⁸

A relação entre metáfora e discurso histórico é explorada no recém-publicado *Key metaphors for history* (2024), do historiador espanhol Javier Fernández-Sebastián²⁰⁹. Fernández-Sebastián considera que:

A metáfora é um ingrediente essencial de qualquer processo cognitivo, e a historiografia e as ciências sociais não são exceção. É um fato bem conhecido, no entanto, que até recentemente os historiadores dificilmente prestavam atenção a esse assunto, e quando o faziam, na maioria das vezes era para aconselhar e desaprovar o uso de metáfora(s). Chegou a hora de superar velhos preconceitos pseudocientíficos e aceitar prontamente que a metáfora é uma aliada indispensável ao investigar o passado e um assunto digno de estudos históricos muito mais profundos e sistemáticos do que aqueles empreendidos até o momento. [...] a metáfora também desempenha funções insubstituíveis na historiografia, tanto na fase de pesquisa (a formulação de perguntas, análise e interpretação de fontes) quanto na fase de escrita (narração e raciocínio). Ainda mais em filosofias da história ou "historiosofias", cujas afirmações especulativas foram invariavelmente tecidas sobre uma urdidura de metáforas.²¹⁰

²⁰⁷ RAMOS, 2022b, p. 230.

²⁰⁸ RAMOS, 2022b, p. 296-297.

²⁰⁹ FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier. **Key metaphors for history: mirrors of time**. Abingdon; Nova Iorque: 2024, *e-book*.

²¹⁰ "Metaphor is an essential ingredient of any cognitive process, and historiography and the social sciences are no exception. It is a well-known fact, however, that until recently, historians hardly paid any attention to this subject, and when they did so, more often than not it was to advise against and frown upon the use of metaphor(s). The time has come to overcome old pseudo-scientific prejudices and readily accept that metaphor is both an indispensable ally when investigating the past and a subject worthy of far more profound and systematic historical studies than those undertaken to date. [...] metaphor also performs irreplaceable functions in

De volta a Le Goff, para o historiador,

[...] devemos distinguir: o objeto da história é bem este sentido difuso do passado, que reconhece nas produções do imaginário uma das principais expressões da realidade histórica e nomeadamente da sua maneira de reagir perante o seu passado. Mas esta história indireta não é a história dos historiadores, a única que tem vocação científica.

O mesmo acontece com a memória. Tal como o passado não é a história mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica.²¹¹

Dedicado à compreensão da memória e do trauma, o sociólogo vienense Michael Pollak entrevistou mulheres sobreviventes à passagem pelos campos de concentração nazistas e pessoas homoafetivas contaminadas com o vírus HIV. Na conferência *Memória e identidade social*²¹², Pollak identifica os “elementos constitutivos da memória”:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo.²¹³

Pollak segue identificando componentes das nossas recordações. Para o sociólogo, “a memória é constituída por *pessoas, personagens*”²¹⁴: pessoas com as quais convivemos e mantivemos contato, as “frequentadas por tabela”²¹⁵ e as que não fazem parte do nosso cronotopo. O sociólogo exemplifica esse componente com a figura do general francês Charles de Gaulle. Mas, após meses mergulhado na obra e na vida do “Mestre Graça”, “traduzo” o exemplo do austríaco citando o autor de *Mc*.

Entre os elementos que Pollak considera formadores da memória estão os “lugares da memória”, termo usado também por Pierre Nora, que o amplia. Enquanto para o primeiro

historiography in both the research stage (the posing of questions, analysis, and interpretation of sources) and the writing phase (narration and reasoning). Even more so in philosophies of history or “historiosophies,” whose speculative assertions have invariably been woven upon a warp of metaphors”. FERNANDÉZ-SEBASTIÁN, 2024, *e-book*, tradução livre por Gerson Castro dos Santos.

²¹¹ LE GOFF, 1990, p. 49.

²¹² POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-215, p. 201. Disponível em: <https://tinyurl.com/revistaestudoshistoricos> Acesso em: 18 fev. 2025

²¹³ POLLACK, 1992, p. 201.

²¹⁴ POLLACK, 1992, p. 201, grifo do autor.

²¹⁵ POLLACK, 1992, p. 202.

“lugares de memória” são “sítios”, como museus, arquivos e monumentos,²¹⁶ Nora estende o conceito aos “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia”.²¹⁷ Na concepção de Nora, lugares de memória transcendem a geografia; são “momentos” ou, até mesmo, símbolos, datas, rituais, práticas, mitos e até obras literárias. Podemos incluir *Mc* entre os “lugares de memória” que preservam o fascismo, o Estado Novo, o sistema prisional brasileiro, entre tantos outros eventos, fatos e características da História.

Os elementos da memória são aspectos capazes de unir pessoas que compartilham lembranças. E, como a própria memória, são socialmente construídos. Para Pollak, memória e identidade “são valores disputados em conflitos sociais”.²¹⁸ Essa conclusão reforça que a memória comporta lembranças e também esquecimentos. A construção da memória implica a seleção dos fatos que devem ser lembrados, condenando outros tantos ao oblívio e ao silenciamento. Ainda em *Memória e identidade social*, o sociólogo descreve um interessante caso sobre o esquecimento.

Em 18 de junho de 1940, de Gaulle apelou à nação francesa para que resistisse aos alemães. Pollack entrevistou alguns integrantes da “*Résistance*” e poucos pareciam se lembrar do discurso do general. Na década de 1990, a situação havia se invertido e era raro quem negasse ter ouvido o discurso de de Gaulle, que passou a fazer parte da memória nacional francesa²¹⁹. Ao contrário do que sugere o senso comum, “lembrar” e “esquecer” não são, portanto, antônimos. Antes, são duas atribuições fundamentais da mente humana. Ao assumir as lacunas de não-lembrança, a voz narrativa de *Mc* reconhece o tamanho e o peso da empreitada do autor.

Lembrar e esquecer são, como vimos na conferência de Pollak, operações distintas. Na definição ricoeuriana, a memória é pragmática: o episódio mnemônico só existe quando exercido. Lembrar de uma pessoa, lugar ou acontecimento não se restringe a receber e acolher imagens do passado em nosso cérebro. A lembrança é a busca por tais imagens e representações daquilo que pretendemos recordar.²²⁰ Presença, ausência e distância são elementos dialéticos da memória, compondo-a, ainda que pareçam contraditórios. Segundo Ricoeur, “[...] o esquecimento pode estar tão estreitamente confundido com a memória, que pode ser considerado como uma de suas condições”.²²¹ Não se lembrar é parte da fisiologia do

²¹⁶ POLLACK, 1992, p. 202.

²¹⁷ NORA, 1993, p. 7.

²¹⁸ POLLACK, 1992, p. 204.

²¹⁹ POLLACK, 1992, p. 206.

²²⁰ RICOEUR, 2007, p. 71.

²²¹ RICOEUR, 2007, p. 435.

cérebro humano e da nossa “geografia cortical”.²²² Ainda assim, o esquecer nos assombra, como um fantasma: “Não estamos condenados a esquecer tudo?”.²²³ O questionamento de Ricoeur reforça o caráter dialético do ato de esquecer: “[...] de um lado, o esquecimento nos amedronta. [...] De outro, saudamos como uma pequena felicidade o retorno de um fragmento do passado arrancado, como se diz, ao esquecimento”.²²⁴ Em vários momentos do seu relato, Graciliano Ramos reconhece o esforço para recuperar sua experiência na prisão. Quando explica ao leitor as razões que o levaram a escrever, o autor reflete:

Com esforço desesperado arrancamos de cenas confusas alguns fragmentos. Dúvidas terríveis nos assaltam. De que modo reagiram os caracteres em determinadas circunstâncias? O ato que nos ocorre, nítido, irrecusável, terá sido realmente praticado? não (sic) será incongruência? Certo a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos haveremos enganado? [...] Como isso variava em excesso, era natural que variássemos também, apresentássemos falhas.²²⁵

Mais tarde, o narrador volta a abordar o esforço de rememoração:

Lembrei-me das palavras de Medina, alguns dias antes da minha viagem à Colônia. Seria bom eu viver lá, observar aquilo. Engano. Arrasara-me, o espelho me exibira um vagabundo monstruoso - e as notas arrumadas com lentidão estavam debaixo da esteira, na cama suja de hemoptises. Esforço perdido. Não me seria possível reconstituir Gaúcho, Paraíba, seu Mota, guardas ébrios, o diretor magro, Alfeu a dar pontapés num molambo de gente.²²⁶

Graciliano Ramos decidiu “desencarcerar” sua experiência. Assim, sua primeira incumbência foi selecionar o que seria lembrado e o que seria esquecido; a escrita veio em seguida. Como vimos no capítulo anterior, o autor de *SB* considerava escrever um “trabalho”, na acepção sócio-econômica da palavra. Para a física, trabalho é a transformação de energia em movimento. Escrever *Mc* foi um intenso “trabalho de memória” na medida em que remunerou a família do autor, mesmo após sua morte, e pôs em marcha uma imensa estrutura ideológica, histórica e fisiológica. E, se entre historiadores a memória só se tornou objeto relevante na década de 1970, é possível que o primeiro a teorizar a memória como “trabalho” foi o pai da psicanálise, o médico austríaco Sigmund Freud.

²²² RICOEUR, 2007, p. 434.

²²³ RICOEUR, 2007, p. 427.

²²⁴ RICOEUR, 2007, p. 427.

²²⁵ RAMOS, 2022b, p. 13.

²²⁶ RAMOS, 2022b, p. 544.

No ensaio *Recordar, repetir, elaborar* (1914),²²⁷ Freud tece considerações sobre as dificuldades enfrentadas por alguns pacientes durante o que ele chamou de “trabalho de recordação”. Ao observá-los, Freud notou que alguns “bloqueavam” determinações. E concluiu que esse bloqueio estava associado a um lapso na experiência: quando tais analisandos viveram a situação cuja lembrança estava bloqueada, eles não possuíam as condições intelectuais e emocionais para compreendê-las. O “trabalho de recordação” deveria acontecer em dupla:

Verifica-se então uma nova espécie de divisão de trabalho: o médico descobre as resistências desconhecidas para o doente; sendo essas dominadas, com frequência o doente relata sem qualquer dificuldade as situações e os nexos esquecidos. O objetivo dessas técnicas permaneceu inalterado, sem dúvida. Em termos descritivos: preenchimento das lacunas da recordação; em termos dinâmicos: superação das resistências da repressão.²²⁸

O esquecimento causaria o efeito psíquico que o psicanalista chamou de “repetição” ou “atuação”, quando o paciente resiste ao desbloqueio da recordação. A solução para a repetição é mais simples do que poderíamos esperar: “É preciso dar tempo ao paciente para que ele se enfronte na resistência agora conhecida, para que a elabore, para que a supere, prosseguindo o trabalho apesar dela, conforme a regra fundamental da análise”²²⁹. O autor de *Recordar, repetir, elaborar* associou o bloqueio por repetição às memórias encobridoras. Adiante falaremos a respeito. Antes, voltaremos ao ano de 1896 para reencontrar o mestre da investigação psíquica em seu consultório particular, em Viena.

Nessa época, Freud uma das práticas base da psicanálise, a livre associação.²³⁰ Empolgado com os resultados do colega Josef Breuer, Freud passou a tratar seus pacientes com hipnose. Breuer fora bem-sucedido no tratamento de uma paciente, cujos sintomas se reduziram à medida em que ela se recordava, quando hipnotizada, de acontecimentos traumáticos. Freud não alcançou o mesmo êxito e abandonou a hipnose para adotar a nova terapêutica, que consistia em incentivar os pacientes a falar livremente, quaisquer que fossem as memórias e ideias que ocorressem durante a sessão. O procedimento se mostrou eficaz ao revelar parte da complexa estrutura do inconsciente e demonstrar a ação inconsciente da repressão, dissimulada sob os sintomas.²³¹ A partir da livre associação, Freud foi capaz de

²²⁷ FREUD, 2010, *e-book*.

²²⁸ FREUD, 2010, *e-book*.

²²⁹ FREUD, 2010, *e-book*.

²³⁰ GAY, Peter. **Freud**: a life for our time. New York: W. W. Norton & Company, 1998, *e-book*.

²³¹ GAY, 1998, *e-book*.

descrever, pela primeira vez, o caráter seletivo da memória, do qual já falamos. Em suas pesquisas, o médico concluiu que recordações são respostas inconscientes a estímulos externos.

Na concepção freudiana, a nossa memória não é simples repositório de lembranças; ou, como afirmou Marcelo Rubens Paiva, ao reconstituir os esforços da sua mãe na procura pelo marido, memórias não são “empilháveis”²³². Antes, são como as ramificações de uma raiz. Considerados “[...] filósofos da diferença, da imanência e/ou da multiplicidade [...]”,²³³ Gilles Deleuze e Félix Guattari inauguraram o conceito filosófico de “rizoma”.²³⁴ A interlocução constante com diversas áreas, como cinema, literatura, música, biologia, entre outras, é marca maior da obra desses pensadores. Esse diálogo interdisciplinar constitui “[...] caminho sistemático e criativo de pensar o mundo e suas complexidades, sustentando as diferenças e heterogeneidades”.²³⁵ É a partir dessa interface de ideias que os filósofos extraem a imagem das extensões subterrâneas de caules, responsáveis pela absorção de nutrientes; o rizoma seria um emaranhado de “linhas” em que não se pode distinguir início, meio e fim. A alegoria do rizoma é capaz de explicar a formação do pensamento - e da memória - e de abordar a realidade contemporânea, caracterizada pela sua multiplicidade e não-binarismo e pelas rupturas e incertezas. O rizoma também pode orientar o comportamento do pesquisador. A “postura rizomática”²³⁶ se refere à postura do cientista social, que deve perceber seu objeto de estudo como parte de painel múltiplo e complexo; o olhar do pesquisador deve ser “acolhedor e flexível”;²³⁷ “[...] o pesquisador que deseja imprimir um olhar rizomático em sua pesquisa precisa estar aberto à recursividade, ao inesperado e, conseqüentemente, à reelaboração. [...] O rizoma, com suas linhas (de segmentaridade dura, flexíveis e de fuga) e agenciamentos, revela uma realidade construída e, principalmente, dinâmica”.²³⁸ Não nos parece incoerente, portanto, incluir as recordações como elemento “rizomático”. O mesmo vale para a Memória, enquanto área de estudos na qual interagem a História, a Sociologia, a Psicologia e a Linguística. Na década de 1960, o também médico e filósofo Michel Foucault recuperaria a ideia de rizoma e a aprimoraria.²³⁹ Aquilo que julgamos ter esquecido pode ter

²³² Cf. n. 3.

²³³ BARRETO, Raquel de Oliveira; CARRIERI, Alexandre de Pádua; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 47–60, 2020, p. 48. Disponível em: <https://tinyurl.com/rizomaguattari> Acesso em: 13 out. 2025.

²³⁴ BARRETO; CARRIERI, 2020, p. 48.

²³⁵ BARRETO; CARRIERI, 2020, p. 48.

²³⁶ BARRETO; CARRIERI, 2020, p. 55.

²³⁷ BARRETO; CARRIERI, 2020, p. 55.

²³⁸ BARRETO; CARRIERI, 2020, p. 55.

²³⁹ BARRETO; CARRIERI, 2020, p. 53.

deixado marcas profundas na nossa psique. Tal como um estilete pode marcar um bloco de cera.

Em 1925, Freud se deu conta de que o “bloco mágico”, um brinquedo popular no começo do século XX, servia para demonstrar a memória e sua dinâmica e escreveu a respeito.²⁴⁰ Similar a um bloco de papel carbono, o “bloco mágico” era formado por uma prancheta de cera ou resina com margens de papelão e coberta por uma folha fina e translúcida, presa na parte superior. Essa folha possuía duas camadas, que podiam ser suspensas sem se soltar da prancheta. A brincadeira consistia em “escrever” na película de celulóide com uma ponta seca ou estilete e ver as ranhuras aparecerem como marcas escurecidas. Quando escrevemos no “bloco mágico”, a parte de baixo do papel encerado cola-se à da tábua de cera. A ponta seca não risca a cera, mas a folha que a cobre, sem rasgá-la. Para apagar o que foi escrito, basta levantar a folha dupla da cobertura; “Então o Bloco Mágico fica novamente vazio, pronto para receber outras anotações”.²⁴¹ O “bloco mágico” é um “parente” mais velho da “lousa mágica”, um quadro formado por duas finas chapas de acrílico entre as quais era prensada limalha magnética. Quando uma das lâminas era riscada com uma ponta metálica, o pó era atraído pela ponta de metal e assumia a forma dos riscos.

O uso constante do bloco deixava marcas quase imperceptíveis na base de madeira. Foi esse efeito que Freud explorou no artigo *Nota sobre o “bloco mágico”*. Ao observar o brinquedo em funcionamento, o psicanalista se pergunta sobre a função de cada uma de suas partes:

Mas uma simples tentativa mostra que o fino papel ficaria enrugado ou se rasgaria, caso escrevêssemos diretamente sobre ele com o estilete. A película de celulóide é, portanto, um revestimento protetor para o papel encerado, destinado a deter os influxos nocivos que vêm de fora. O celulóide é um “protetor contra estímulos”; a camada propriamente receptora de estímulos é o papel.

[...]

A analogia não teria muito valor se não pudesse ser levada adiante. Se levantamos da tabuinha de cera a folha de cobertura inteira — celulóide e papel encerado —, a escrita desaparece e não volta a aparecer, como foi dito. A superfície do Bloco Mágico se acha vazia e novamente pronta para receber anotações. Mas facilmente se constata que o traço duradouro do que foi escrito permanece na tabuinha de cera e pode ser lido com uma iluminação adequada. Portanto, o Bloco fornece não apenas uma superfície receptora que sempre pode ser usada novamente, como uma lousa, mas também traços duradouros da escrita, como um bloco de papel normal. Ele resolve o problema de juntar as duas operações ao distribuí-las por dois componentes — sistemas — separados, mas inter-relacionados. É exatamente dessa maneira que, segundo a hipótese há pouco lembrada, nosso aparelho psíquico realiza sua função perceptiva.²⁴²

²⁴⁰ FREUD, 2011, *e-book*.

²⁴¹ FREUD, 2011, *e-book*.

²⁴² FREUD, 2011, *e-book*.

Figura 11 - Exemplar do bloco mágico²⁴³



Fonte: Boletim Nacional do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise.

Do ponto de vista psicanalítico, a memória é o recurso inconsciente para registro e recuperação de informações, mas nunca para a criação de novas “lembranças”. Poderíamos compará-la à uma “via de mão dupla” em que lembranças e esquecimentos trafegam e, às vezes, colidem. Freud descreveu três formas de esquecimento. Antes de as apresentar, é pertinente apontar que a comparação freudiana não é inédita. No diálogo platônico *Teeteto: ou sobre o conhecimento*,²⁴⁴ de 369 a.e.c., Sócrates usa o exemplo do relevo sobre a cera para explicar a “dádiva de Mnemosine”:

Sócrates — Suponhamos, agora, só para argumentar, que na alma há um cunho de cera; numa pessoa, maior; noutra, menor; nalguns casos, de cera limpa; noutros, com impurezas, ou mais dura ou mais úmida, conforme o tipo, senão mesmo de boa consistência, como é preciso que seja.

Teeteto — Está admitido.

Sócrates — Diremos, pois, que se trata de uma dádiva de Mnemosine, mãe das Musas, e que sempre que queremos lembrar-nos de algo visto ou ouvido, ou mesmo pensados calcamos a cera mole sobre nossas sensações ou pensamentos e nela os gravamos em relevo, como se dá com os sinetes dos anéis. Do que fica impresso, temos lembrança e conhecimento enquanto persiste a imagem; o que se apaga ou não pôde ser impresso, esquecemos e ignoramos.²⁴⁵

Voltaremos à Mnemosine. Agora, tomemos em nossas mãos, mais uma vez, o bloco mágico. Sua inspeção nos dá traz a representação simbólica dos três tipos de esquecimento

²⁴³ EDITORIAL. **Bloco Mágico - Boletim Nacional do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise**, s.l., n. 1, ago. 2017, p. 2. Disponível em: <https://tinyurl.com/blocomagico> Acesso em: 05 jan. 2025.

²⁴⁴ PLATÃO. **Diálogos - Teeteto e Crátilo**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

²⁴⁵ PLATÃO, 1988, p. 71.

que o psicanalista vienense assinala: o “recalque original”, a “amnésia infantil” e as “lembranças encobridoras”.²⁴⁶

O recalque são representações fixas daquilo que a mente pretende esquecer; contudo, tais representações são inalcançáveis. As limitações da linguagem tornam o recalque algo indizível, isolado no inconsciente. Na analogia freudiana, o recalque são as marcas que ficam na madeira. Tais marcas, sob a iluminação adequada, revelam referência a algo. Mas a que? Quando alcançamos esse “algo”, ele se apresenta na forma do recalque. A amnésia infantil, equivalente ao levantar das folhas transparentes, é o apagamento dos eventos da primeira infância, etapa natural do amadurecimento psíquico.²⁴⁷

As lembranças encobridoras são um dos artificios mais instigantes do jogo “recordar / esquecer”. Trata-se, como o conceito antecipa, de nos lembrarmos de algo para nos desfazermos de outra recordação. Nosso aparelho cognitivo registra memórias irrelevantes, associa seu conteúdo a outras lembranças e substitui essas últimas por registros “irrelevantes”.²⁴⁸ *Mc* oferece um exemplo curioso do seu funcionamento.

Próximo à sua soltura, Graciliano Ramos conheceu, na Casa de Detenção, no Rio de Janeiro, um novo companheiro de prisão. Aleixo servia as refeições aos presos. Seu primeiro contato não foi dos mais amigáveis. Ainda assim, o “Mestre” ficou curioso a respeito do homem:

O rapaz que me servira, gordo, baixo, inquieto, aproximou-se, disse-me que se chamava Aleixo e não era homossexual.

- Quem lhe perguntou isso? exclamei erguendo-me. A sua vida não me interessa.

- É que o senhor vai ouvir dizer que sou pederasta. E não sou. Juro que não sou, nunca fui.

- Está bem. Adeus.

Saí, galguei a escada. Lá em cima encontrei Walter Pompeu, que se sentara junto a mim no banco escuro.

- Ó Walter, quem é o tipo que nos serviu, o Aleixo? É doido, não?

Walter Pompeu narrou-me o caso de Aleixo. Não era doido. Marinheiro, longe da terra, vivera muitos anos amigado com um oficial. No mar essas coisas são naturais - falta de mulher. Por acaso, resolvera mudar de vida e casar. Achara fêmea num porto, quisera fixar-se nela, abandonar o navio, ser tipo decente, macho. - "Não quero saber mais disso." O oficial tinha direito sobre ele, tentara forçá-lo. - "Seu tenente, larguei isso e vou casar. Deixe-me em paz." O outro insistira, exigente. Aleixo matara-o. E condenado no júri, com larga pena, longe da noiva, tornara à vida anterior. O sentimento de culpa exteriorizava-se a cada instante - e esforçava-se por evitá-lo afirmando a toda a gente que não era invertido.²⁴⁹

²⁴⁶ FERRARINI, Pâmela Pitágoras Freitas Lima; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. O conceito de memória na obra freudiana: breves explanações. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 109-118, jun. 2014, p. 13. Disponível em: <https://tinyurl.com/memfreudiana> Acesso em: 6 jul. 2023.

²⁴⁷ FERRARINI, MAGALHÃES, 2014, p. 113.

²⁴⁸ FERRARINI, MAGALHÃES, 2014, p. 114.

²⁴⁹ RAMOS, 2022b, p. 526.

À primeira vista, Aleixo é mais uma entre as infelizes almas que habitaram as celas escuras e úmidas da Casa de Correção. Um detalhe, porém, lança sombra de desconfiança sobre sua existência. Teria Graciliano Mentido?

A história de Aleixo se parece com a de outro marinheiro, Amaro, protagonista do livro *Bom-crioulo* (1835)²⁵⁰, escrito pelo cearense Adolfo Caminha. Seu romance narra a aventura homoerótica vivida por Amaro - o Bom-Crioulo - e... Aleixo. Na trama, Amaro é um ex-escravizado que foge do cativeiro e se alista na Marinha de Guerra.²⁵¹ Combinando força física e delicadeza, Amaro ganha o apelido que serve de título ao livro ao embarcar. Todavia, uma desilusão amorosa leva o Bom Crioulo a beber com frequência e se comportar com agressividade. Sua atitude muda quando o grumete Aleixo, jovem branco de apenas quinze anos, engaja-se no mesmo navio. Amaro se vê escravizado mais uma vez, agora pelo desejo que nutre por Aleixo. O jovem marinheiro corresponde às suas investidas e ambos iniciam um romance, vivendo secretamente em uma pensão, mantida por d. Carolina, uma ex-prostituta.

Quando Amaro é transferido para outro navio, d. Carolina seduz Aleixo, que se entrega à mulher, mais velha que ele. Desejoso de encontrar o amante, Amaro foge da embarcação, é preso por deserção e severamente punido com chicotadas. A violência do castigo exige sua internação. No hospital, Amaro espera a visita do amado. Aflito com a ausência de Aleixo, o Bom Crioulo foge outra vez, dirigindo-se à pensão, onde chega no meio da noite e vê Aleixo saindo. Ambos discutem e Amaro, cego de ciúmes, sente seu nome o contaminar e esfaqueia Aleixo. D. Carolina desperta com os gritos apenas para se deparar com o cadáver de Aleixo e cair em desespero. Cercado pela polícia, um derrotado Amaro é mais uma vez preso.

Difícil dizer - se não impossível - que trauma ou traumas Graciliano Ramos pretendeu “encobrir” com a “falsa lembrança” do Aleixo que o servira na Casa de Correção. Mas a pergunta é válida: será que o escritor alagoano conheceu mesmo um Aleixo quando esteve preso? Ou será que se trata de um personagem imaginário com o qual o autor ocupou espaços vazios que não pôde ou não quis preencher, por motivos que fogem ao escopo dessa pesquisa? Arriscamos uma especulação perigosa. Nos meses em que esteve preso, o escritor se

²⁵⁰ CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo**. São Paulo: Hedra, 2009.

²⁵¹ Adolfo Caminha também foi marinheiro. Após a morte da mãe, o escritor se mudou para a casa de um tio, no Rio de Janeiro, que o matriculou na antiga Escola da Marinha, em 1883. Caminha serviu até 1890 e chegou à patente de segundo tenente. Cf. ADOLFO Caminha. In: **BN Digital Brasil**. Disponível em: <https://tinyurl.com/adolfocaminha> Acesso em: 13 out. 2025.

horrorizou com diversos casos de violação sexual. Um deles o deixou particularmente chocado:

Os gritos daquela noite eram de um garoto violado. Essa declaração me estremeceu. Como podia suceder tal coisa sem que atendessem aos terríveis pedidos de socorro? Muitos guardas eram cúmplices, ouvi dizer, e alguns vendiam pequenos delinquentes a velhos presos corrompidos — vinte, trinta, cinquenta mil-réis, conforme a peça. Esse comércio é tolerado, desemboca nele parte dos lucros obtidos na indústria mirim da cadeia — fabricação de pentes, caixas, numerosas bagatelas de chifre e osso. E há também o jogo, rigorosamente proibido e nunca suspenso, o contrabando de álcool, as gorjetas, a venda de cigarros, prestação de serviços miúdos aos políticos. O dinheiro circula, às vezes serve para amaciar outros funcionários. Na ausência de mulheres, consente-se o homossexualismo tacitamente.²⁵²

Não podemos perder de vista que estamos lidando com um texto cuja matéria-prima são as lembranças e os esquecimentos de um sujeito que reconhece os vãos da sua memória e os assume:

Em conversa ouvida na rua, a ausência de algumas sílabas me levou a conclusão falsa - e involuntariamente criei um boato. Estarei mentindo? Julgo que não. Enquanto não se reconstituírem as sílabas perdidas, o meu boato, se não for absurdo, permanece e é possível que esses sons tenham sido eliminados por brigarem com o resto do discurso. Quem sabe se eles aí não se encaixaram com intuito de logro? Nesse caso havia conveniência em suprimi-los, distinguir além deles uma verdade superior a outra verdade convencional e aparente, uma verdade expressa de relance nas fisionomias. Um sentido recusou a percepção de outro, substituiu-a. Onde estará o erro?²⁵³

Em carta de 15 de novembro de 1946 escrita ao filho Júnio, Graciliano Ramos relata as dificuldades em lançar no papel sua experiência como prisioneiro:

Talvez em dezembro eu consiga voltar ao porão do [navio] Manaus. Se me for possível realizar a tarefa, suspendo as colaborações de contos e crônicas bestas, oferecerei à Tribuna a publicação das coisas que venho arrancando este ano dos miolos, com dificuldade imensa. Receio não chegar a concluí-las, pois estou numa burrice espantosa. Fiquei no capítulo dezoito - e apenas contei o que se passou em dez dias. Uma estopada sem fim. Vou ver se alcanço o meio da viagem.²⁵⁴

A noção de memória como “trabalho” foi absorvida pelas ciências humanas. A socióloga argentina Elizabeth Jelin opera a ideia de “trabalho de memória” alinhada às interpretações ricoeuriana (memória com prática) e freudiana (“trabalho de recordação”),

²⁵² RAMOS, 2022b, p. 279..

²⁵³ RAMOS, 2022b, p. 12.

²⁵⁴ RAMOS, 2022a, p. 324.

oferecendo uma perspectiva crítica e dinâmica sobre a construção da memória coletiva, sobretudo nos contextos pós-ditatoriais no Cone Sul da América Latina. Sua compreensão dialoga, ainda, com a abordagem de Maurice Halbwachs: ambos admitem que a memória não é passiva, mas reconstrução histórica ativa e permeada por disputas sociais e políticas, empreendida por sujeitos coletivos. Por meio de práticas discursivas, os sujeitos que “trabalham” na memória selecionam, reinterpretem e legitimam narrativas sobre o passado, muitas vezes se opondo ao esquecimento imposto ou ao silenciamento oficial. Nesse sentido, o trabalho de memória é atividade transformadora, onde o "empreendedor de memória" desempenha um papel crucial na construção e legitimação de narrativas históricas.

A autora argentina elabora seu pensamento a partir da noção de que o trabalho é condição essencial da espécie humana; e por meio dele que transformamos o mundo e a nós mesmos: “Referir-se, então, ao fato de que a memória implica o trabalho é incorporá-la à tarefa de criar e transformar o mundo social”.²⁵⁵ Memorizar algo, ou seja, selecionar o que vai ser recordado e narrado e o que vai ser esquecido, é fundamental na criação de espaços coletivos históricos; é a manifestação cabal dos “lugares de memória”. Ainda de acordo com Jelin, a urgência de trabalhar a memória não é característica isolada de contextos particulares. As reflexões analíticas são sempre produzidas a partir de uma localização particular. Em sua abordagem, a pesquisadora estava centrada em compreender marcas deixadas pelas ditaduras do Cone Sul da América Latina e os processos pós-ditatoriais. Havia, ainda, compromissos “éticos e políticos próprios de cidadãos e cidadãs ativos.”²⁵⁶ “Trabalhos de memória”, enfatiza a intelectual, são cruciais para lidar com traumas de caráter político e catástrofes sociais:

No indivíduo, a marca do traumático intervéem de maneira central naquilo que o sujeito pode ou não pode recordar, silenciar, esquecer ou elaborar. Em um sentido político, as “contas com o passado” em termos de responsabilidades, reconhecimentos e a justiça institucional se combinam com urgências éticas e exigências morais, difíceis de resolver devido aos conflitos políticos nos ambientes onde surgem e devido à destruição dos laços sociais inerentes às situações de catástrofe social.²⁵⁷

Nosso objeto de análise ilustra bem o “trabalho de memória”: *Mc* figura, hoje, como peça indispensável de resistência às ditaduras e preservação da memória de estados de

²⁵⁵ “Referirse entonces a que la memoria implica “trabajo” es incorporarla al quehacer que genera y transforma el mundo social”. JELIN, 2012, p. 48, tradução livre por Gerson Castro dos Santos.

²⁵⁶ “Las investigaciones estaban enraizadas en compromisos éticos y políticos como ciudadanos/as activos/as”. JELIN, 2012, p. 10, tradução livre por Gerson Castro dos Santos.

²⁵⁷ “En lo individual, la marca de lo traumático interviene de manera central en lo que el sujeto puede y no puede recordar, silenciar, olvidar o elaborar. En un sentido político, las “cuentas con el pasado” en cuanto a responsabilidades, reconocimientos y justicia institucional se combinan con urgencias éticas y demandas morales, no fáciles de resolver por la conflictividad política en los escenarios donde se plantean y por la destrucción de los lazos sociales inherente a las situaciones de catástrofe social”. JELIN, 2012, p. 45, tradução livre por Gerson Castro dos Santos.

exceção. Em várias passagens, Ramos reflete sobre o impacto da prisão em sua identidade, na dos seus companheiros e na sociedade. A transformação de Manuel Leal, vizinho de cela na Casa de Correção, representa bem tais impactos: “Estranhei, tive pena do homem a desabar em velhice rápida. Coitado. Não me parecia longe o tempo em que os tristes olhos hoje apagados no rosto murcho brilhavam muito vivos; os fartos anéis da cabeleira negra seduziam mulheres.”²⁵⁸. O escritor alagoano demonstra, em certos momentos, a intenção de apagar o passado traumático, como na já citada passagem “Queria endurecer o coração, eliminar o passado, fazer com ele o que faço quando emendo um período - riscar, engrossar os riscos e transformá-los em borrões, suprimir todas as letras, não deixar vestígio de ideias obliteradas”²⁵⁹.

O trecho revela a tensão entre o desejo de esquecer e a necessidade de recordar, dilema central em trabalhos de memória. A existência de *Mc* atesta que Ramos estava ciente do seu papel de “escritor engajado” e preferiu testemunhar contra a opressão e a injustiça, num esforço comparável ao de Hércules, dado o porte do livro e a angústia do processo de “desencarcerar” recordações tão doloridas. Desse modo, tanto a teoria de Jelin quanto a prática literária do mestre de *Vs* destacam a memória como campo de disputa e reconstrução.

Jelin vai ao encontro da teoria de Ricoeur no que diz respeito à importância do esquecimento. Para este, esquecer conclui o ciclo do “perdão fácil”. Essa forma de perdoar carrega consigo o risco de banalização do mal sofrido e da gravidade da ofensa. Trata-se de anistia superficial, apressada, que não enfrenta o peso do mal;²⁶⁰ quase um ato de indiferença. A intelectual portenha percebe a necessidade de esquecer para superar o trauma, em escalas coletiva e individual. Nessa condição, o esquecimento tem dupla função. Pode servir como recurso inconsciente:

Por sua vez, a psicanálise tem se interrogado sobre o outro lado do mistério, concentrando a atenção no papel do inconsciente na explicação dos esquecimentos, lacunas, vazios e repetições que o eu consciente não pode controlar. A influência de processos psíquicos ligados ao desenvolvimento do eu e a noção de trauma, à qual retornaremos mais adiante, são centrais nesse campo. Já não se trata de observar a memória e o esquecimento a partir de uma perspectiva puramente cognitiva, de medir quanto e o que se recorda ou se esquece, mas de compreender os “como” e os ‘quando’ e relacioná-los a fatores emocionais e afetivos.²⁶¹

²⁵⁸ RAMOS, 2022b, p. 453.

²⁵⁹ Cf. n. 66.

²⁶⁰ RICOEUR, 2007, p. 465.

²⁶¹ “Por su parte, el psicoanálisis se ha preguntado sobre el otro lado del misterio, centrando la atención en el papel del inconsciente en la explicación de olvidos, huecos, vacíos y repeticiones que el yo consciente no puede controlar. La influencia de procesos psíquicos ligados al desarrollo del yo y la noción de trauma, a la que volveremos más adelante, son centrales en este campo. Ya no se trata de mirar a la memoria y el olvido desde una perspectiva puramente cognitiva, de medir cuánto y qué se recuerda o se olvida, sino de ver los 'cómo' y los

Ainda assim, Graciliano se debateu contra o trabalho inconsciente de “não-lembrança”:

Considerava o futuro, se não com serenidade, pelo menos com indiferença. Contudo o enorme fastio não findava e o apetite do capitão me produzia invencível enjoo. Vinha talvez daí a impossibilidade alarmante de fixar atenção na leitura. E a perda de memória também. As lembranças me apareciam juntas, confusas, sumiam-se de repente, deixando-me no interior dolorosos sulcos negros. Esses hiatos sucediam-se, afastavam-me da realidade, com certeza me davam ar esquisito e vago.²⁶²

Houve mesmo momentos em que o apagamento da recordação trazia alívio: “Respirei aliviado. Atravessamos um portão, percorremos lugares que não me deixaram nenhum vestígio na memória [...]. Não me chegava uma palavra, e o desagrado apenas se revelava no gesto arrepiado, no resmungo cavernoso”.²⁶³

Dada a criticidade da memória, em função das disputas ao seu redor, o esquecimento também pode ser política de estado:

Há momentos e circunstâncias em que a política estatal de memória é uma política de silêncio e esquecimento, sob o argumento de que a construção democrática deve orientar a ação para o futuro e não para o passado. Isso não é o que ocorre na maioria dos casos nesta etapa inicial do século XXI. As viradas do começo do século indicam que, cada vez mais, a definição do que um governo ‘normal’ pode fazer é enfrentar o passado e promover medidas ligadas à justiça e ao reconhecimento da violência política e de suas vítimas. Essa ‘normalidade’ não está isenta de conflitos e confrontos entre atores que pretendem impor ‘suas’ memórias.²⁶⁴

Esquecer, portanto, é, também, ferramenta política. Há “lógica no silêncio”.²⁶⁵ E mais:

[...] requer-se “trabalhar”, elaborar, incorporar memórias e recordações em lugar de reviver e atuar. No plano psicanalítico, o assunto se refere ao trabalho de duelo. O trabalho de duelo implica um “processo intrapsíquico” [...]. Implica poder esquecer e transformar os afetos e sentimentos, quebrando a fixação no outro e na dor, aceitando “a satisfação que comporta permanecer com vida”.

'cuándo', y relacionarlos con factores emocionales y afectivos”. JELIN, 2012, p. 53, tradução livre por Gerson Castro dos Santos.

²⁶² RAMOS, 2022b, p. 51-52.

²⁶³ RAMOS, 2022b, p. 38.

²⁶⁴ "Hay momentos y circunstancias en los que la política estatal de memoria es una política de silencio y olvido, con el argumento de que la construcción democrática debe hacerse orientando la acción hacia el futuro y no mirando al pasado. Esto no es lo que ocurre en la mayoría de los casos en esta etapa inicial del siglo XXI. Los virajes de comienzos de siglo indican que, cada vez más, la definición de lo que un gobierno 'normal' puede hacer es encarar el pasado y promover medidas ligadas a la justicia y el reconocimiento de la violencia política y sus víctimas. Esta 'normalidad' no está exenta de conflictos y confrontaciones entre actores que pretenden imponer 'sus' memorias". JELIN, 2012, p. 18-19, tradução livre por Gerson Castro dos Santos.

²⁶⁵ JELIN, 2012, p. 64.

[...] Essa noção pode ser aplicada e estendida fora do contexto terapêutico. No trabalho elaborativo [...] “a pessoa trata de ganhar uma distância crítica sobre um problema e distinguir entre passado, presente e futuro [...]”. Pode haver outras possibilidades, mas é por meio da elaboração que se adquire a possibilidade de ser um agente ético e político [...].²⁶⁶

Elizabeth Jelin conclui que “[...] se falamos de esquecimento, o que se está propondo é o esquecimento (político) do singular e único de uma experiência, para tornar a memória mais produtiva”.²⁶⁷ Esquecemos para nos lembrar. E, no esforço da memória, construímos e refazemos identidades.

2.3 “Novelo de casos”

Em futuro incerto, a Europa se encontra em uma guerra que parece não ter fim. Os cidadãos das nações em conflito não sabem quando os confrontos começaram, suas causas e, sequer, quais países são aliados e adversários. Antes conhecida como Inglaterra, a Pista de Pouso Um é a maior província da Oceania, megaestado governado por uma entidade misteriosa conhecida como “O Grande Irmão”. Esse é o enredo de *1984*,²⁶⁸ obra-prima do escritor inglês George Orwell. Publicado em 1948, o romance é uma crítica pontual ao totalitarismo e às formas de controle da população. No mundo de *1984* toda informação é controlada pelo estado. Na Oceania, o responsável pelas notícias e pela cultura é o enigmático “Partido”, cujo lema é “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”.²⁶⁹

A possibilidade de criar representações de pessoas e eventos ou ainda de fazer representações e representados desaparecerem dá poder a quem controla a memória. Le Goff nos assevera: “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes

²⁶⁶ “[...] se requiere 'trabajar', elaborar, incorporar memorias y recuerdos en lugar de re-vivir y actuar. En el plano psicoanalítico, el tema refiere al trabajo de duelo. El trabajo de duelo implica un 'proceso intrapsíquico [...]'. Implica poder olvidar y transformar los afectos y sentimientos, quebrando la fijación en el otro y en el dolor, aceptando 'la satisfacción que comporta el permanecer con vida'. [...] Esta noción puede ser aplicada y extendida fuera del contexto terapéutico. En el trabajo elaborativo [...] 'la persona trata de ganar una distancia crítica sobre un problema y distinguir entre pasado, presente y futuro [...]'. Puede haber otras posibilidades, pero es a través de la elaboración que se adquire la posibilidad de ser un agente ético y político [...]”. JELIN, 2012, p. 48, tradução livre por Gerson Castro dos Santos.

²⁶⁷ “Si hablamos de olvido, lo que se está proponiendo es el olvido (político) de lo singular y único de una experiencia, para tornar más productiva a la memoria”. JELIN, 2012, p. 65, tradução livre por Gerson Castro dos Santos.

²⁶⁸ ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

²⁶⁹ ORWELL, 2019, p. 76.

preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.²⁷⁰

À frente, o mestre dos Annales completa:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.²⁷¹

Já dissemos que o trabalho de memória é coletivo. A seleção do que vai ser lembrado, documentado e registrado e do que será deixado à margem constitui base para a memória de um povo, época ou lugar. Isso faz da chamada “história oficial” uma ameaça. Um conhecido provérbio africano diz que enquanto o leão não tiver o seu historiador, a história será sempre contada pelo caçador. Esforços de agência e resgate da memória - como os que *Mc* representa - são parte da luta de um povo. Narrar memórias é se apossar da História e revelar outras faces e possibilidades dos fatos históricos e seus atores.

Enquanto “lugar de memória”, o Estado Novo é ocupado por uma variedade de personagens que inclui não apenas os grandes nomes - Getúlio Vargas e o próprio Graciliano Ramos, por exemplo. *Mc* extrapola a dimensão do testemunho pessoal e se inscreve no âmbito da memória coletiva. Ao resgatar sua experiência, o escritor alagoano reconhece que não estava só e mobiliza as vivências de outros presos políticos. Ao tornar explícitos sofrimentos que não foram apenas seus, o criador de Baleia e Fabiano contribuiu de modo inquestionável e com grandiosidade de espírito para a construção da memória daquele período.

Lidar com recordações que pertencem à toda uma sociedade exige cuidados específicos. O sociólogo francês Maurice Halbwachs foi pioneiro nos estudos da memória coletiva. Seu trabalho de maior destaque, *A memória coletiva*, foi escrito poucos antes do seu assassinato pelos nazistas e publicado postumamente em 1950. Seu argumento central é o de que não há apenas uma memória coletiva, mas várias.

As teorias de Halbwachs e Nora afluem para a mesma direção: História e memória são distintas, bem como suas abordagens sobre os fatos. E, muitas vezes, não há concordância entre ambas. Segundo Nora, “Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos

²⁷⁰ LE GOFF, 1990, p. 426.

²⁷¹ LE GOFF, 1990, p. 476.

consciência de que tudo opõe uma à outra”.²⁷² Enquanto a memória “é vida, sempre carregada por grupos vivos”, a História é “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”;²⁷³ se a primeira é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, a segunda é “uma representação do passado”.²⁷⁴

Halbwachs considera que a memória individual surge da memória coletiva. Toda lembrança diz respeito a processos históricos comuns a certo grupo. Nossas ideias, reflexões, sentimentos e paixões são, para o sociólogo, inspiradas pela comunidade que integramos: “[...] em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”.²⁷⁵

A “memória coletiva” se constitui a partir das aspirações, frustrações, temores, depoimentos e recordações de diversos sujeitos, que se combinam e se ajustam. Reconstruir a memória de tal grupo exige que as narrativas dos seus membros apontem para a mesma direção e concordem entre si. Para alcançar esse objetivo Halbwachs, é necessária uma “intuição sensível”:

A questão toda é saber se uma tal lembrança pode existir, se é concebível. O fato que ela seja produzida, mesmo uma única vez, bastaria para demonstrar que nada se opõe a que intervenha em todos os casos. Haveria então, na base de toda a lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram tantos elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível.²⁷⁶

Em *Mc*, ao relatar a experiência da prisão injusta, a voz narrativa não fala de si, apenas, mas daquilo que o grupo ao qual pertenceu - comunistas, intelectuais, antifascistas, artistas - viveu. Logo, a memória individual se sustenta na memória coletiva e na memória histórica. Essa segunda é definida por Halbwachs como os fatos que configuram a memória de uma nação e aos quais nos referimos como se fossem nossos.²⁷⁷ Em artigo sobre o tempo presente e a história oral,²⁷⁸ Marieta de Moraes Ferreira explica que, de acordo com Halbwachs, a memória envolve uma relação entre repetição e rememoração. Ferreira

²⁷² NORA, 1993, p. 9.

²⁷³ NORA, 1993, p. 9.

²⁷⁴ NORA, 1993, p. 9.

²⁷⁵ HALBWACHS, 1990, p. 16.

²⁷⁶ HALBWACHS, 1990, p. 24.

²⁷⁷ HALBWACHS, 1990, p. 37.

²⁷⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.

sublinha, ainda, que, na análise da repetição das memórias, Halbwachs percebeu que ela ocorre juntamente com a sua revisão.²⁷⁹ Outro ponto relevante de sua pesquisa é a afirmação de que a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém. Nesse sentido, na rememoração, as imagens do passado não seriam lembradas como de fato aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente. Essa contribuição fornece elementos para a elaboração de uma história das comemorações. Ao pesquisar as imagens nas quais os atores históricos representam seu mundo, os historiadores podem identificar as estruturas da imaginação coletiva e o poder do grupo social que as criou.²⁸⁰

Ciente de que a empreitadas de escritor e memorialista são solitárias mas nunca individuais, “Graça” confidenciou ao filho Júnio Ramos, em carta de 12 de outubro de 1945:

Findos alguns compromissos neste resto de ano, iniciarei um trabalho a respeito das prisões de 1936. É difícil e arriscado: tenciono apresentar aquela gente em cuecas, sem muitos disfarces, com os nomes verdadeiros. Necessito a autorização das personagens: não tenho o direito de utilizar gente viva num livro de memórias que encerrará talvez inconveniências. Preciso falar sério com os meus companheiros de cadeia.²⁸¹

É a esse emaranhado de recordações comuns - umas complementares, outras contraditórias - que Graciliano chamou “novelo de casos”: “Estou a descer para a cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão - e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias”.²⁸² De fato, o “trabalho sobre as prisões de 1936” só seria publicado após a sua morte. E, ao tentar “desembaraçar o novelo”, o autor se mostrou, mais uma vez, consciente da responsabilidade que envolvia a escrita de uma obra como *Mc*:

O receio de cometer indiscrição exibindo em público pessoas que tiveram comigo convivência forçada já não me apoquento. Muitos desses antigos companheiros distanciaram-se, apagaram-se. Outros permaneceram junto a mim, ou vão reaparecendo ao cabo de longa ausência, alteram-se, completam-se, avivam recordações meios confusas - e não vejo inconveniência em mostrá-los. Alguns reclamam a tarefa, consideram-na dever, oferecem-me dados, relembram figuras desaparecidas, espicaçam-me por todos os meios. Acho que estão certos: a exigência se fixa, domina-me. Há entre eles homens de várias classes, das profissões mais diversas, muito altas e muito baixas, apertados nelas como em estojos. Procurei observá-los onde se acham, nessas bainhas em que a sociedade os prendeu. A

²⁷⁹ FERREIRA, 2002, p. 320.

²⁸⁰ FERREIRA, 2002, p. 321.

²⁸¹ RAMOS, 2022a, p. 319.

²⁸² RAMOS, 2022b, p. 11.

limitação impediu embaraços e atritos, levou-me a compreendê-los, senti-los, estimá-los, não arriscar julgamentos precipitados.²⁸³

Na vida em comunidade, a memória exerce dupla função: ora influencia a sociedade e seus indivíduos, ora é influenciada e reconstruída por essa mesma coletividade. Certamente, se nossa impressão pode se apoiar não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa rememoração será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias: “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”.²⁸⁴

A possibilidade de recriação e a ressignificação tornam a memória coletiva algo caleidoscópico, surgido da combinação das recordações da sociedade e seus indivíduos; decifrar e interpretar esse mosaico cria novas interpretações sobre o nosso tempo e lugar ou reforça, confirma e destaca interpretações consagradas. Ainda de acordo com Halbwachs “[...] tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo”.²⁸⁵ Sobre essa recriação de memórias alheias, Graciliano confessa:

Também me afligiu a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas?²⁸⁶

Até aqui, falamos da memória “historicamente verificável”; mas será que, em sua totalidade, o teor das memórias que chegou ao público é “verdadeiro”? Existe parte “inventada”? Os esquecimentos estão todos lá, ou houve alguma tentativa de preencher essas lacunas?

Entre os séculos XVII e XIX, a colônia portuguesa na América e, depois, Império do Brasil, atraiu os olhares de aventureiros e exploradores europeus. Curiosos quanto à cultura e

²⁸³ RAMOS, 2022b, p. 11.

²⁸⁴ HALBWACHS, 1990, p. 16.

²⁸⁵ HALBWACHS, 1990, p. 16.

²⁸⁶ RAMOS, 2022b, p. 9.

à natureza do “Novo Mundo”, centenas de homens passaram pelas terras recém-conquistadas, registrando o que viam e aprendiam em cartas, diários e tratados. Essa coleção de “livros de memórias”, “relatos de viagem” ou “memórias / memoriais de viagem” é o núcleo do gênero que, no século XIX, passou a ser chamado de “literatura de viagem”.²⁸⁷ Segundo a crítica Flora Sussekind, tal gênero é uma das bases daquilo que se chamará, séculos depois, de literatura brasileira.²⁸⁸

Era - e ainda é, como já afirmamos repetidas vezes - comum que o viajante-escritor se equivocasse; suas recordações poderiam se contradizer, por estar muito distantes no passado, o que dificultaria a “recriação” da jornada. Povos, lugares e costumes podiam se perder da narrativa e empobrecer o relato. A solução era o que outro crítico, o argentino Alberto Manguel, chamou de “vitória da imaginação (ou do bom-senso) sobre o dever, sobre as restrições da verdade factual”:²⁸⁹ completar o que faltava com imaginação; ficcionalizar.

Em função do seu estilo híbrido, misto de memória e criação, *Mc* ocupa lugar especial nas letras brasileiras. Não é uma exclusividade do livro. Já abordamos, no primeiro capítulo, a compreensão do próprio Graciliano sobre o elo entre literatura e experiência. E em *Mc*, o autor de *Caetés* reflete a esse respeito tomando a obra do amigo José Lins do Rego:

Bem, os célebres mocambos que José Lins havia descrito em *Moleque Ricardo*. Conheceria José Lins aquela vida? Provavelmente não conhecia. Acusavam-no de ser apenas um memorialista, de não possuir imaginação, e o romance mostrava exatamente o contrário. Que entendia ele de meninos nascidos e criados na lama e na miséria, ele, filho de proprietários? Contudo a narração tinha verossimilhança. Eu seria incapaz de semelhante proeza: só me abalanco a expor a coisa observada e sentida. Tornaria esse amigo a compor outra história assim, desigual, desleixada, mas onde existem passagens admiráveis, duas pelo menos a atingir o ponto culminante da literatura brasileira? Quem sabia lá? Agora morava no Rio, talvez entrasse na ordem, esquecesse a bagaceira e a senzala, forjasse novelas convenientes para um público besta, rico e vazio.²⁹⁰

Tratando-se de *Mc*, há duas explicações para essa articulação.

A primeira reside na decisão do autor de eliminar notas que produziu na cadeia. O escritor temia que seus escritos fossem usados contra ele em processo que não ocorreu: “A minha situação não melhorava nem piorava. Ausência de processo, nenhuma testemunha;

²⁸⁷ FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho; RAMINELLI, Ronald. **Andanças pelo Brasil colonial**: catálogo comentado (1503 – 1808). São Paulo: Unesp, 2009, p. 10.

²⁸⁸ SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 232-233.

²⁸⁹ MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. **Dicionário de lugares imaginários**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. III.

²⁹⁰ RAMOS, 2022b, p. 36, grifo do autor.

adiava-se, provavelmente não se realizaria o interrogatório longamente esperado. Minha mulher andava pelas repartições, a inquirir debalde; em falta de esclarecimentos, enviavam-na de um lugar para outro”.²⁹¹ Assim, decidi jogar seus registros na água: “As notas, únicas forças restantes, arrumavam-se no cós do pijama, faziam na barriga um chumaço pequeno em cima da cicatriz da operação. As folhas prejudiciais tinham sido atiradas na água. Estavam comigo notícias ingênuas, a figura de meu filho mais novo, de olhos grandes. Apenas. Bem”.²⁹²

Além disso, “Graça” compreendia que a fidelidade às notas da prisão tornaria a escrita, senão impossível, enfadonha, já que reduziria a sua engenhosidade:

Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consultá-lo a cada instante, mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata de uma partida, quantas demoradas tristezas se aqueciam ao sol pálido, em manhã de bruma, a cor das folhas que tombavam das árvores, num pátio branco, a forma dos montes verdes, tintos de luz, frases autênticas, gestos, gritos, gemidos.²⁹³

A segunda justificativa para a transposição e combinação de elementos em *Mc* é a escolha deliberada do autor de escrever a partir daquilo que se lembrava. Ao longo do primeiro capítulo, Graciliano apresenta os motivos pelos quais escreveu o livro e como foi o trabalho de recuperação da sua vivência. As páginas iniciais soam como tentativa de firmar pacto de confiança com o leitor. Aquelas são as memórias dele, Graciliano Ramos: como poderia ele estar errado sobre o que se lembra? Ainda que haja possíveis espaços não preenchidos - “cortes, hiatos, falhas alarmantes”²⁹⁴ - o autor é honesto quanto à elas: “Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado”.²⁹⁵

De fato, nos estudos literários, existe aquilo a que chamamos de “pacto ficcional”, espécie de acordo entre leitor e narrador. É preciso que o autor sinalize o leitor de que o texto que lerá a seguir é uma narrativa imaginada. Ou, como afirma o Umberto Eco, que se trata de uma narrativa artificial, “[...] supostamente representada pela ficção, que apenas finge dizer a verdade sobre o universo real ou afirma dizer a verdade sobre um universo ficcional”²⁹⁶.

²⁹¹ RAMOS, 2022b, p. 259.

²⁹² RAMOS, 2022b, p. 381.

²⁹³ RAMOS, 2022b, p. 12-13.

²⁹⁴ RAMOS, 2022b, p. 138.

²⁹⁵ RAMOS, 2022b, p. 12.

²⁹⁶ ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024, e-book.

Ainda de acordo com Eco, esses “sinais” fazem parte de uma série de protocolos que auxiliam o leitor:

Um sinal paratextual típico da narrativa de ficção é a palavra “romance” na capa do livro. Às vezes, até o nome do autor pode funcionar dessa maneira; assim, os leitores do século XIX sabiam sem sombra de dúvida que estavam diante de uma obra de ficção quando o frontispício do livro anunciava que fora escrito “pelo autor de *Waverley*”. O sinal textual (quer dizer, interno) de ficcionalidade mais óbvio é uma fórmula introdutória como “Era uma vez”.²⁹⁷

O semiótico conta dois casos curiosos em que a falta de “mensagens externas”, indicativas da ficcionalidade do texto, confundiu leitores.

Um amigo seu publicou, em um jornal dominical, o conto *Como matei Umberto Eco*. A trama, em que Eco e o autor surgem como personagens, termina com a morte acidental de Eco. Na manhã seguinte, Eco diz ter sido abordado com surpresa pelos garçons de um café que frequentava. Eles pensaram que o cliente célebre havia, de fato, morrido. Acreditando que a reação dos garçons tinha a ver com a sua formação cultural, Eco foi surpreendido pela reação do reitor da universidade em que lecionava, que o recebeu com o mesmo alívio.²⁹⁸

O segundo episódio é bastante conhecido. Trata-se do incidente causado por Orson Welles, em 1940: ao ler, em uma rádio, um folhetim sobre invasão marciana, Welles não alertou aos ouvintes que se tratava de uma história de ficção científica, o que provocou pânico.²⁹⁹ Ambos os mal-entendidos resultaram do meio em que as narrativas foram veiculadas: um jornal e uma rádio, fontes de informação que, no senso-comum, são confiáveis e transmitem apenas narrativas “naturais” - aquelas que descrevem fatos que “ocorreram na realidade”³⁰⁰. Umberto Eco exemplifica o pacto ficcional com anedotas e os dois exemplos apresentam a *Mc*: uma vez que alguém decide ler um livro - como as memórias de um escritor conhecido pela sua rigidez de espírito e de estilo - firma um contrato de confiança com o autor / narrador. No ato da leitura, tudo o que consta nas páginas do livro pode ser considerado “verdade”.

O aspecto ficcional de uma obra escrita surge no momento em que a narrativa prescinde de comprovação histórica.³⁰¹ E *Mc* se pretende um texto “de testemunho”, o que quer dizer, segundo Alfredo Bosi, que se trata de um escrito “[...] na intersecção de memórias e engajamento. Nem pura ficção, nem pura historiografia; testemunho. [...] O testemunho

²⁹⁷ ECO, 2024, *e-book*.

²⁹⁸ ECO, 2024, *e-book*.

²⁹⁹ ECO, 2024, *e-book*.

³⁰⁰ ECO, 2024, *e-book*.

³⁰¹ PESAVENTO, 2006, s.p.

quer-se idôneo, quer-se verídico, pois aspira a certo grau de objetividade. Como tal, casa memória individual com história”.³⁰² Na condição de relato de quem viveu o fato, o texto de testemunho é, ele mesmo, vestígio do seu “lugar de memória” original. Nessa situação, o acordo entre leitor e autor / narrador é o pacto biográfico, autobiográfico ou, ainda, o pacto autoficcional. Trataremos mais desse aspecto no próximo capítulo.

³⁰² BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em “Memórias do cárcere”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 309-322, 1995, p. 309.

CAPÍTULO 3 - ENTRE CLIO E CALÍOPE: “UM SUJEITO MAIS OU MENOS IMAGINÁRIO”

2.4 “Clio se aproxima de Calíope”

Na mitologia grega, as irmãs Clio e Calíope eram duas das nove filhas que Mnemósine, deusa guardiã da memória, teve com Zeus. Cada uma das suas filhas era musa de uma arte e deveria inspirar músicos, poetas, dançarinos e outros artífices. Clio, “a proclamadora” ou “a que traz a glória”, despertava os dons dos historiadores e compositores de sagas; Calíope, cujo nome significa “a da bela voz” incitava os poetas à criação³⁰³. Edith Hamilton, importante pesquisadora dos mitos gregos, ressalta que, na *Teogonia* de Hesíodo, antes de parir suas filhas, Mnemósine nomeou as emoções. Ironicamente, a divindade da memória não era capaz de escrever os nomes que concedeu a cada sentimento e ideia. A tarefa coube à Clio e à Calíope³⁰⁴, musas que dominavam a escrita. “Clio se aproxima de Calíope, sem com ela se confundir”, afirma, de maneira poética, a historiadora Sandra Jatthy Pesavento³⁰⁵.

O fazer literário se assemelha ao trabalho do historiador. Ambas têm no texto escrito seu suporte privilegiado. Seus artesãos buscam objetivos semelhantes e que, muitas vezes, completam-se. Mas não são os mesmos. Para Pesavento, “a realidade é complexa [...] e se fosse transparente, não haveria necessidade de interpretá-la...”³⁰⁶. Nessa rede de complexidades, conexões e descontinuidades, História e Literatura ora se aproximam, ora se afastam.

Em livro publicado em 2024³⁰⁷, Júlio Pimentel Pinto explica que

[...] a percepção de Aristóteles continua válida: à diferença do ficcionista, o historiador é regulado pelo que aconteceu. O compromisso do ficcionista é com a imaginação: ele pode inventar uma versão alucinada da vida nos engenhos ou da Guerra do Paraguai, pode criar uma trama incrivelmente rocambolesca sobre o suicídio de Vargas, sobre a Guerra de Canudos, sobre o assassinato de Kennedy ou sobre o funesto regime cívico-militar brasileiro. Já o compromisso do texto historiográfico é com uma verdade — que não é absoluta, plena ou pura, mas é a verdade possível, que podemos adjetivar ou metaforizar de muitas maneiras:

³⁰³ HAMILTON, Edith. **Mitologia**: contos imortais de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Sextante, 2002, *e-book*.

³⁰⁴ HAMILTON, 2002, *e-book*.

³⁰⁵ PESAVENTO, 2006, p. 3.

³⁰⁶ PESAVENTO, 2003, p. 32.

³⁰⁷ PIMENTEL FILHO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história**: como a ficção constrói a experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

“verdade relativa”, “verdade provisória”, “verdade comunicativa”, “verdade tangível”, “linha do horizonte”.³⁰⁸

Aristóteles escreveu *Poética* entre 335 a.E.C. e 323 a.E.C.³⁰⁹. Para o filósofo, a Literatura discursa sobre o que “poderia ter acontecido” ou sobre “como poderia ter sido”³¹⁰. Essa forma narrativa é fruto de um empenho de criação e recriação de uma realidade. Ao cantar as vidas dos deuses e heróis, o poeta as refaz e reinterpreta, a partir das suas existência e experiência. Daí a ideia de *poiesis* contida na *Poética* aristotélica, palavra que pode significar “possível” ou, ainda, “produzido”³¹¹. A Literatura torna o mito acessível ao reproduzi-lo na forma de fonemas e signos que se movem no tempo e no espaço, em constante transformação e atualização. A escrita literária se realiza na “pretensão aproximativa”³¹², prescindindo de comprovação, mas sem abrir mão de coerência e sentido. Ou, como quis dizer o autor de *Infância*, da “impressão de realidade”³¹³. O privilégio da Literatura consiste em criar seus personagens e espaços. À História cabe “descobri-los” e apresentá-los, em seus contextos, ao mundo³¹⁴.

Não podemos, porém, considerar a Literatura “apenas” ficção. O *ficto* é a reinterpretação da realidade a partir do imaginário. Hermenegildo Bastos, no seu estudo da obra de Graciliano Ramos, afirma que:

[...] a Literatura não é fim em si mesma, nem se pode dizer que seja meio ou instrumento. Ela é, tudo indica, um método, o da verossimilhança, método de conhecimento da realidade. É exercida metodologicamente em pesquisa sobre o homem e o mundo. E, se é método, é questionada, avaliada, corrigida; se é método, é, ela mesma, um problema e, como tal, acrescenta-se ao universo de problemas não literários trabalhados pelo autor.³¹⁵

A isso, Pesavento acrescenta que “A rigor, História e Literatura obtêm o mesmo efeito: a verossimilhança, com a diferença de que o historiador tem uma pretensão de

³⁰⁸ PIMENTEL FILHO, 2024, p. 22.

³⁰⁹ ARISTÓTELES, 2017, p. 25.

³¹⁰ ARISTÓTELES, 2017, p. 95-97.

³¹¹ COLONNELLI, Marco Valério Classe. **Poiesis, tékhne e mimesis em Aristóteles**. 2009. Dissertação. (Mestrado em Letras Clássicas). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2009, p. 14-16. Disponível em: <https://tinyurl.com/colonnelli> Acesso em: 25. set. 2023.

³¹² RICOEUR *apud* PESAVENTO, 2003, p. 37.

³¹³ RAMOS, 2022b, p. 12.

³¹⁴ PESAVENTO, 2006, p. 4.

³¹⁵ BASTOS, Hermenegildo. **Memórias do cárcere: Literatura e testemunho**. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 13.

veracidade”³¹⁶. E, sobre a função e importância da ficção, completa que:

situar a ficção para além do verdadeiro e do falso é não somente restabelecer o imaginário como fundamento do ser, como capacidade humana originária, possível de recriar o mundo por um mundo paralelo de sinais e nele viver; é também admitir que [...] tudo o que existe é identificado, percebido, nomeado, qualificado e expresso pelo pensamento e pela linguagem.³¹⁷

História e Literatura são, pois, abordagens explicativas do que existiu e existe, com o existir como referência. E compartilham o mesmo elemento ancestral, a linguagem, em suas diferentes manifestações: escrita, oral, pictórica. É por meio dessa ferramenta universal que a espécie humana expressa os mundos nos quais habita: o material, sensorial e imediato; o imaginário, ideal e sensível.

À historiadora e ao historiador, recomendam-se cuidados específicos ao adotar a literatura como fonte histórica. Pimentel Filho nos adverte para uma das primeiras precauções: estar atento à falsa simetria de que “[...] o texto historiográfico ou literário ‘reflete’ ou ‘espelha’ o ‘contexto’ vivido pelo autor ou em que a história se desenvolve”³¹⁸. A narrativa historiográfica parte do acontecido, mas não constitui a sua *mimesis*, ou seja, a sua reprodução fiel, como queriam os historiadores do século XIX. Chegamos a simulacros do passado. Além disso, a História possui dois limites fundamentais à sua prática e que constituem a sua espinha dorsal. O primeiro é a existência verificável dos lugares e pessoas citados e de vestígios desses sujeitos e espaços; o segundo é a metodologia de análise de tais vestígios. O pesquisador está obrigado a procurar fontes materiais e imateriais, dotadas de potencial explicativo; ao encontrá-las, deverá, com toda a acurácia possível, cruzá-las, compará-las e as questionar. Somente essa verificação oferece os meios para reconstrução de tramas de acontecimentos e suas dinâmicas de rupturas e permanências.

À medida que se sustenta sobre as fontes e a verificação da historicidade do seu objeto, a História desempenha uma “fala autorizada sobre o passado”³¹⁹. Ainda que usem a linguagem e o imaginário para recriar uma “sensação” de realidade, de passado vivido e possível, historiadores criam versões possíveis e aproximadas daquilo que se encontra no passado. A Literatura constitui-se como discurso privilegiado de acesso às mentalidades de

³¹⁶ PESAVENTO, 2003, p. 37.

³¹⁷ PESAVENTO, 2003, p. 35.

³¹⁸ FILHO, 2024, p. 23.

³¹⁹ PESAVENTO, 2003, p. 35.

diferentes momentos e lugares. Para Pesavento, citando Aristóteles, “[...] ela é o discurso sobre o que poderia ter acontecido, ficando a história como a narrativa dos fatos verídicos”³²⁰.

Ainda, de acordo com a historiadora, é preciso criterioso quanto ao

[...] *não acontecido*, elemento perturbante para um historiador que tem como exigência o fato de algo ter ocorrido um dia. Mas, a rigor, de qual *acontecido* falamos? Se estamos em busca de personagens da história, de acontecimentos e datas sobre algo que se deu no passado, sem dúvida a literatura não será a melhor fonte a ser utilizada. Falamos em fonte? A coisa se complica: como a literatura, relato de um *poderia ter sido*, pode servir de traço, rastro, indício, marca de historicidade, fonte, enfim, para algo que *aconteceu*?³²¹

Sob tal configuração de tempo - não falamos aqui nem de passado nem de presente - resta aos historiadores elaborar versões possíveis - verossimilhantes, palavra tão cara a Graciliano Ramos e frequente em *Mc* - do que teria se passado um dia. O verossímil - pontua Pesavento “[...] não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto”³²². Assim, parte da “operação historiográfica”³²³, como Michel de Certeau chama o trabalho de pesquisa histórica, é a recuperação, por meio do texto, daquilo que recolhemos, cruzamos e aceitamos como evidências, “na busca da verdade daquilo que foi um dia”³²⁴. Nossa tarefa é sempre a de representar a temporalidade e, conclui Pesavento, construir “uma possibilidade de acontecimento, num tempo onde não esteve presente e que ele reconfigura pela narrativa. Nesta medida, a narrativa histórica mobiliza os recursos da imaginação, dando a ver e ler uma realidade passada que só pode chegar até o leitor pelo esforço do pensamento”³²⁵.

Voltemos a de Certeau. “Operação” é expressão adequada aos artífices de Clio. Ao invocarmos a musa proclamadora, a primeira inspiração que essa nos traz é o planejamento da pesquisa em sucessivas etapas, executadas de forma ordenada ou coordenadas. Ao final desse processo, o pesquisador “fabrica”, como artesão, seu objeto de estudo. A “fabricação” a que Certeau se refere não é a aristotélica. É preciso termos em mente que, para o grego, a *poiesis* é *mimesis*: reconstrução perfeita do mito. E, além disso, o filósofo trata, em essência, da Literatura fictícia que, como vimos, não exige do escritor bases materiais sobre as quais se

³²⁰ PESAVENTO, 2006, s.p.

³²¹ PESAVENTO, 2006, s.p., grifos da autora.

³²² PESAVENTO, 2006, s.p.

³²³ CERTEAU, 1982, p. 64.

³²⁴ PESAVENTO, 2006, s.p.

³²⁵ PESAVENTO, 2006, s.p.

assente e nem que a sua referência tenha existência material; já para o historiador, “é preciso que tudo tenha acontecido”³²⁶.

A confirmação da existência e veracidade do objeto de estudo se dá já na coleta, seleção ou rejeição e estudo das fontes. Quando escolhi *Mc*, de algum modo atestei a veracidade da existência de Graciliano Ramos, do Estado Novo e de todos os envolvidos na narrativa. Mesmo Aleixo, que pode ser uma articulação psíquica do autor para se proteger de traumas, é “verdadeiro”, no sentido de que, mesmo que sua existência não seja material, ele existe como “estratégia”.

Toda a operação historiográfica, bem como os questionamentos dirigidos às fontes, são, ainda de acordo com Certeau, atos encenados e performativos³²⁷; Pesavento a chama de “militância”: “Trata-se de uma militância no sentido de atingir o inatingível, ou seja, o que um dia se passou, no tempo físico já escoado”.³²⁸

A pesquisa histórica se configura a partir do lugar social em que é produzida e seus fragmentos e hiatos estão presentes desde o ato que a inaugura:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida à imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.³²⁹

O historiador também “fabrica” as suas fontes. Ao remover um vestígio do seu conjunto e interpelá-lo, o pesquisador o “desfigura”³³⁰ e trabalha a partir de fragmentos selecionados. Ao interpretar as informações contidas no documento, remove seu status de objeto e o transfigura em fonte histórica. O processo continua com a recombinação e interpretação do seu conteúdo:

O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente. E o vestígio dos atos que modificam uma ordem recebida e uma visão social. Instauradora de signos, expostos a tratamentos específicos, esta ruptura não é,

³²⁶ PESAVENTO, 2003, p. 35.

³²⁷ CERTEAU, 1982, p. 104.

³²⁸ PESAVENTO, 2003, p. 35.

³²⁹ CERTEAU, 1982, p. 65-66.

³³⁰ CERTEAU, 1982, p. 80.

pois, nem apenas nem primordialmente, o efeito de um "olhar". É necessário aí uma operação técnica.³³¹

Ramos e Certeau concordam um com o outro. Se para o historiador a operação historiográfica é a organização dos “fragmentos”, para o escritor é o estabelecimento de relações entre hiatos e falhas: “O espírito estava lúcido, mas era lucidez esquisita: percebia tipos, ocorrências, em fragmentos; quando se tratava de estabelecer relação, surgiam cortes, hiatos, falhas alarmantes”³³².

A adoção da Literatura como fonte histórica é um desafio epistemológico. Ao ser publicada, a obra literária já passou pelo processo de “fabricação” desenvolvido pela pessoa que a criou. A ressignificação da fonte histórica é cíclica e recursiva: “não há trabalho que não tenha que utilizar *de outra maneira* os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento de arquivos definidos, até agora, por um uso religioso ou ‘familiar’”³³³. *Mc* multiplica o desafio. O seu autor assume em cada página a feitura do livro. Cada linha do relato foi “fabricada” pelo escritor. Não é o caso de questionarmos se o narrador é confiável - como faz a crítica ao ler Dom Casmurro: Graciliano Ramos existiu como homem, escritor e preso político. E essa existência está presente na sua documentação civil, nos relatos dos que estiveram com ele e na própria obra que deixou, inclusive nos seus hiatos e lacunas.

3.2 “Um sujeito mais ou menos imaginário”

Basta checar a ficha catalográfica de *Mc*, entre as primeiras páginas, e constatamos que se trata de biografia. Desde que a História se formatou como disciplina, a partir da segunda metade do século XIX, o gênero carrega questões teórico-metodológicas. Sabina Loriga, historiadora francesa, elenca três aspectos problemáticos desse tipo narrativo.

O primeiro é um dos aspectos que abordei no capítulo dois: a proximidade da biografia com a literatura a afastaria do compromisso com a verdade; em seguida, Loriga sugere a facilidade de assimilação da biografia pela história oficial, resultado da possível exaltação de heróis e do foco na “figura do grande homem”; finalmente, a crença de que biografias superestimam análises individuais em detrimento das coletivas³³⁴. Mesmo diante dos seus “defeitos”, a narrativa biográfica encontrou partidários entre historiadores de ofício,

³³¹ CERTEAU, 1982, p. 80.

³³² RAMOS, 2022b, p. 138.

³³³ CERTEAU, 1982, p. 81, grifo do autor.

³³⁴ LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 35.

principalmente a partir dos anos 1980. Sua defesa, aliás, tinha representantes já no século XVII, como Thomas Stanley; no XVIII, biógrafos como Samuel Johnson e James Boswell se preocupavam “em mergulhar na intimidade doméstica a fim de captar o indivíduo privado de sua máscara social”.³³⁵ No centro dessas reflexões estavam as discussões sobre verdade histórica para o discurso biográfico. Trezentos anos mais tarde, “Graça” escreveria nas suas memórias: “Verdades? Não sei. Narro com reservas o que me narraram, admito restrições e correções”.³³⁶

Em tempos mais recentes, a nova história cultural e a microhistória recorrem à biografia como possibilidade de apresentar indivíduos e suas trajetórias que não estão ligados por via direta à vida pública. Um dos exemplos mais conhecidos é *O queijo e os vermes* (1987), do italiano Carlo Ginzburg³³⁷. Menocchio, o moleiro biografado é um homem comum cuja vida - como a de qualquer um de nós, creio - reflete seu momento histórico-social. Na sua explanação do entrelaçamento entre idiosincrasias do indivíduo e seu cronotopo, o historiador alemão Johann Gustav Droysen estabeleceu a equação $A=a+x$. explica o cálculo: “[...] se chamamos de A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então esse A é formado por $a + x$, em que a contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que x representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade”³³⁸. Logo, o “pequeno x” é exatamente o interstício entre indivíduo e coletividade; ou melhor, as possibilidades que restam a esse sujeito histórico anônimo para sobreviver ao caos do tempo. No caso de Graciliano Ramos, seu pequeno x é a escrita; outro indivíduo que cito apenas para registrar a grandeza do seu nome e cujo pequeno x também é um trabalho autobiográfico é Carolina Maria de Jesus: *Quarto de despejo* (2015), seu “diário de uma favelada” é o relato do cotidiano cruel de uma mulher preta e favelada, mas que marcou esse x com uma escrita sensível e contundente.³³⁹

É ponto pacífico, após o que desenvolvi até aqui, que *Mc* é uma autobiografia e, por isso, aproxima-se da História e da Literatura, do fato e da ficção. Esse exercício de reencontro consigo mesmo tem se tornado uma fonte cada vez mais frequente para os estudos históricos. A constatação de que o gênero biográfico e suas variantes - autobiografia, metaficção, entre outras - atrai público não pôde ser ignorada por historiadores e cientistas das chamadas ciências das humanidades. Seja pela curiosidade na intimidade do outro, seja pelo interesse na

³³⁵ LORIGA, 2011, p. 35.

³³⁶ RAMOS, 2022b, p. 279.

³³⁷ GINZBURG, Carlo **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³³⁸ LORIGA, 2011, p. 14.

³³⁹ JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2015.

performance de sujeitos históricos, a biografia é produto recorrente. Como tal, precisa, ela também, ser compreendido como componente histórico.

Além das narrativas memorialísticas, cartas e diários firmam o *corpus* textual a que a historiadora Ângela de Castro Gomes chama “escritas de si”.³⁴⁰ Essa produção é ancorada na figura de quem a escreve. Segundo Gomes, existe um conjunto de formas textuais cujo objetivo é estabelecer relação entre o sujeito e os seus documentos³⁴¹. A “escrita de si” compreende, ainda, conjunto maior de práticas que vão além do texto: coleções, fotografias e a guarda de objetos do cotidiano, que criam um “teatro da memória”. Nessa coletânea de “pequenos x”, a subjetividade integra a linguagem utilizada e constrói, a partir disso, a “verdade” desse memorialista³⁴². De volta à Pesavento, é ela quem nos adverte: “E não esqueçamos, como alerta Paul Ricoeur, que os fatos narrados na trama literária, existiram de fato para a voz narrativa!”³⁴³ A documentação que registra a “produção do eu” é caracterizada pela busca de um “efeito de verdade”³⁴⁴. É a isso que Graciliano Ramos se referiu quando falou das possíveis divergências entre aquilo que ele se lembrava e as recordações de outros companheiros: “Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade”³⁴⁵. O que nos interessa na leitura das suas recordações não é, exatamente, a sua vida individual, mas a paisagem mental do contexto recordado. Sobre essa capacidade de apresentar tal panorama, “Graça” reafirma que qualquer memória se constrói na coletividade ao escrever que “Realmente há entre os meus companheiros sujeitos de mérito, capazes de fazer sobre os sucessos a que vou referir-me obras valiosas”.³⁴⁶

Ao selecionar esse tipo de fonte, a historiadora ou historiador deve notar

[...] que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões “íntimas e profundas” do indivíduo que assume sua autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz de forma introspectiva, de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua autoridade, sua legitimidade como “prova”. Assim, a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade e de sua singularidade.

Ora, uma documentação construída nessas bases exige deslocamentos nos procedimentos de crítica às fontes históricas, no que envolve questões relativas ao “erro” ou à “mentira”, digamos assim, do texto sob exame. Nesses casos, está descartada a priori qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a

³⁴⁰ GOMES, 2004, p. 10.

³⁴¹ GOMES, 2004, p. 11.

³⁴² GOMES, 2004, p. 14.

³⁴³ PESAVENTO, 2006, s.p.

³⁴⁴ GOMES, 2004, p. 14.

³⁴⁵ RAMOS, 2022b, p. 12.

³⁴⁶ RAMOS, 2022b, p. 11.

importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.³⁴⁷

Assim, *Mc* exemplar notável de “escrita de si”.

O “Velho Graça” não é escritor de obra “fácil”, sobretudo quando em seus trabalhos de memória. De volta às páginas iniciais das suas recordações, o escritor acrescenta mais uma camada interpretação:

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se.³⁴⁸

A recusa em usar o “eu” e a identificação como “sujeito mais ou menos imaginário” faz do narrador de *Mc* um personagem, nos termos da ficção e da Literatura. Gomes sugere duas maneiras de compreendê-lo: ou o texto é “representação” de seu autor, “[...] que o teria construído como forma de materializar uma identidade que quer consolidar” ou devemos considerar que “[...] o autor é uma “invenção” do próprio texto, sendo sua sinceridade / subjetividade um produto da narrativa que elabora”.³⁴⁹ Para a historiadora, a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de “produção do eu”:

É como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa. Uma idéia (*sic*) que se alimenta do entendimento de que a escrita de si foi mobilizada pelos indivíduos modernos com múltiplas intenções, entre as quais a de permitir o autoconhecimento, o prazer, a catarse, a comunicação consigo mesmo e com os outros. Uma modalidade de ação que permitiria a seu autor uma mudança e/ou um controle maior sobre a própria vida, numa dimensão quer religiosa, quer laica. Mas esse entendimento não supõe nem uma presumida essência anterior de quem escreve, nem sua completa fatura pelo discurso que elabora, nem uma unidade perfeita entre quem escreve e quem é produzido pela escrita.³⁵⁰

³⁴⁷ GOMES, 2004, p. 14-15.

³⁴⁸ RAMOS, 2022b, p. 13.

³⁴⁹ GOMES, 2004, p. 16.

³⁵⁰ GOMES, 2004, p. 16.

O termo autoficção apareceu pela primeira vez no romance do *Fils* (1977), do escritor francês Serge Doubrovsky. Àquela altura, Doubrovsky já refletia a respeito da autobiografia e dos estudos realizados por Philippe Lejeune, ensaísta autor de diversos trabalhos de relevo no campo da autobiografia. Compreender a condição *sui generis* do narrador de autoficção de “sujeito mais ou menos imaginário” exige que conheçamos a estrutura dos pactos biográfico e autobiográfico. O pacto biográfico se afasta do ficcional na medida em que o leitor toma o texto como representação de alguém que existiu na realidade objetiva. Esse pacto difere do autobiográfico porque, no primeiro, um terceiro elemento apresenta as situações vividas pelo biografado. Lejeune reitera que as categorias “autobiografia”, “autoficção”, “memórias”, entre outras, não são excludentes e que, embora o ponto de partida da autobiografia seja a vida individual, a História pode encontrar o seu lugar.³⁵¹ Lejeune define a autobiografia como “Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando atribui importância a sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade”.³⁵²

Na sua conceituação, o crítico busca se restringir à autobiografia; se comparada à outras modalidades textuais que se aproximem - como textos memorialísticos, biografias e diário; isso porque, para Lejeune, a autobiografia é “*principalmente* uma narrativa, mas sabe-se a importância do *discurso* na narração autobiográfica; a perspectiva, *principalmente* retrospectiva [...]. Para que haja autobiografia [...] é preciso que haja relação de identidade entre *o autor, o narrador e o personagem*”.³⁵³ Principalmente e necessariamente significa dizer que os elementos podem não constar em todas as páginas de uma autobiografia, mas que a identidade entre autor, narrador e personagem é condição indispensável. Essa relação de identidade confirma-se no pacto autobiográfico, que se constitui como “a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro. [...] As formas do pacto autobiográfico são muito diversas, mas todas elas manifestam a intenção de honrar sua assinatura. [...] A autobiografia não é um jogo de adivinhação”.³⁵⁴

Do ponto de vista da relação entre autor e narrador, a identidade é nítida e assumida no ato de enunciação. É o autor quem escreve aquelas linhas; é ele que narra, no momento presente, a história. A primeira fala de *Mc* é “Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos”.³⁵⁵ Ao escrever, mesmo contrariado, em primeira pessoa -

³⁵¹ FAEDRICH, Anna. Autoficção: um percurso teórico. *Criação & Crítica*, São Paulo, n. 17, p. 30-46, dez. 2016, p. 30.

³⁵² LEJEUNE, 2008, p. 14.

³⁵³ LEJEUNE, 2008, p. 15, grifos do autor.

³⁵⁴ LEJEUNE, 2008, p. 30.

³⁵⁵ Cf. n. 174.

“pronomzinho irritante”³⁵⁶ - Graciliano “confessa” ser o responsável pelo que leremos dali em diante. A identificação entre autor e personagem, porém, não se constitui nos termos do pacto. Conforme Correia, em sua dissertação:

[...] o que teríamos não constitui identidade, mas antes, uma relação de *semelhança*, uma vez que o sujeito do enunciado (personagem), apesar de inseparável da pessoa que produz a narração (o autor- narrador), dela está afastado, o que se compreende principalmente ao verificar a distância temporal entre o presente da enunciação e o relato de acontecimentos passados. É por isso que, do ponto de vista do enunciado, o pacto autobiográfico prevê e admite falhas, erros, esquecimentos, omissões e deformações na história do personagem; possibilidades, aliás, que muitas vezes o autor mesmo num movimento de sinceridade próprio às autobiografias e memórias assume: escreverá sobre sua vida aquilo que lhe é permitido, seja em função das vacilações de sua memória, de sua posição social, ou mesmo de sua possibilidade de conhecimento.³⁵⁷

A memória não exige escrita em primeira pessoa; é possível testemunhar o passado desde lugar pretensamente neutro e adotar a terceira pessoa. Mas a escrita de si - “do eu” - chancela o narrador como testemunha privilegiada. No texto escrito na primeira pessoa, a voz narrativa se acha em primeiro plano. Ficam, assim, reforçadas, sua agência como produtor do discurso e a sua subjetividade.

Ainda conforme Lejeune, o elemento articulador das possibilidades de pactos de leitura é o nome próprio.³⁵⁸ A identificação entre nome próprio, narrador e autor permite ao leitor “confiar” na narrativa; afinal, como já afirmei inúmeras vezes, trata-se de um pacto em que o autor se compromete, senão com uma verdade possível, com a verossimilhança; quem lê, por sua vez, dá a esse narrador, o benefício da dúvida. A associação entre texto e contexto, entre linguagem e mundo, origina-se da declaração do nome próprio no texto; “só existe presença plena na denominação”.³⁵⁹ A possibilidade de associação entre o texto e seu contexto, entre linguagem e mundo, advém da inscrição do nome próprio no texto, a qual serve, também, de marca da autoria. Para o francês, a credibilidade do relato autobiográfico está vinculada à associação que o leitor fará entre a figura real que existe fora do texto e sua instância intratextual.

A autoria do discurso autobiográfico se confunde, assim, com o nome próprio. É necessário entender que para Lejeune a noção de “autor” surge na fusão entre nome próprio e

³⁵⁶ RAMOS, 2022b, p. 13.

³⁵⁷ CORREIA, Tatiana Gomes. **As memórias híbridas do escritor: uma análise de Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos.** 2013. Dissertação. (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, 2013, p. 69.

³⁵⁸ FAEDRICH, 2022, e-book.

³⁵⁹ LEJEUNE, 2008, p. 22.

pessoa:

É nesse nome que se resume toda a existência do que chamamos de *autor*: única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja, em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito. Em muitos casos, a presença do autor no texto se reduz unicamente a esse nome. Mas o lugar concedido a esse nome é capital: ele está ligado, por uma convenção social, ao compromisso de responsabilidade de uma *pessoa real*, ou seja, de uma pessoa cuja existência é atestada pelo registro em cartório e verificável. [...] sua existência não será posta em dúvida: exceções e abusos de confiança não fazem senão confirmar a credibilidade atribuída a esse tipo de contrato social.³⁶⁰

Lejeune entende o autor como uma construção social; uma performance. O autor não se define somente porque é uma pessoa que escreve, mas porque está “Inscrito, a um só tempo, no texto e no extratexto, ele é a linha de contato entre eles”.³⁶¹ O autor é uma pessoa real, inserida no mundo e responsável pelo seu discurso. Ainda que o leitor não conheça, presencialmente, a pessoa real do autor, ele confiará na sua existência. O fenômeno é semelhante às pessoas e personagens que Pollak elenca como “componentes da memória”. Quanto ao “Graça”, até o momento, não precisei ter contato com a materialidade da sua pessoa.

Seus escritos direcionam minha crença na sua existência e a fixam nela, ainda que tenham se passado 71 anos da sua morte. Essa associação é reforçada nas recorrentes aparições de João Valério, Paulo Honório, Fabiano e Luís da Silva - personagens dos romances “graciliânicos” - nas lembranças da prisão: “O meu Luís da Silva era um falastrão, vivia a badalar à toa reminiscências da infância, vendo cordas em toda a parte”.³⁶² Escolho citar o personagem de *Angústia* porque o romance foi escrito enquanto Ramos estava preso. Lejeune sustenta que a associação do autor de autobiografia a textos anteriores de sua autoria é importante no momento da leitura, porque reforça a “realidade” - fundamental para a existência do discurso autobiográfico. O autor é, então,

[...] um nome de pessoa, idêntico, que assume uma série de textos publicados diferentes. Ele extrai sua realidade da lista de suas primeiras obras, frequentemente presente no próprio livro. A autobiografia (narrativa que conta a vida do autor) pressupõe que haja *identidade de nome* entre o autor (cujo nome está estampado na capa), o narrador e a pessoa de quem se fala. Esse é um critério muito simples, que define, além da autobiografia, todos os outros gêneros da literatura íntima (diário, autorretrato, autoensaio).³⁶³

³⁶⁰ LEJEUNE, 2008, p. 23, grifos do autor.

³⁶¹ LEJEUNE, 2008, p. 23

³⁶² RAMOS, 2022b, p. 18.

³⁶³ LEJEUNE, 2008, p. 23-24.

Vale salientar que pseudônimos integram a categoria nome próprio:

Um pseudônimo é um nome diferente daquele que foi registrado em cartório, usado por uma pessoa real para publicar todos os seus escritos ou parte deles. O pseudônimo é um nome de autor: não é exatamente um nome falso, mas um nome de pena, um segundo nome. Exatamente como aquele que uma freira adota ao ser ordenada. [...] O pseudônimo é simplesmente uma diferenciação, um desdobramento do nome, que não muda absolutamente nada no que tange à identidade.³⁶⁴

A discussão de Lejeune acerca do nome próprio é fundamental para compreendermos o pacto autobiográfico. Ainda de acordo com o teórico, o pacto se funda na exposição, na capa do livro, do nome próprio do autor, expondo a tal identidade autor-narrador-personagem, que se torna o “critério textual geral” do texto de caráter autobiográfico:

Para existir o 'pacto autobiográfico', é preciso considerar a página do título [...] pois desde o momento em que a englobamos ao texto, com o nome do autor, passamos a dispor de um critério textual geral, a identidade do nome (autor-narrador-personagem). O pacto autobiográfico é a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro.³⁶⁵

Embora Lejeune seja enfático a respeito do nome próprio como elemento definidor da autobiografia, o “trabalho a respeito das prisões de 1936”³⁶⁶ não se localiza nesse gênero apenas pelo nome do autor na capa da publicação. Vários dados históricos e linguísticos conduzem a leitura à essa direção. Seu autor se reporta diversas vezes ao seu tempo e lugar; cita vivências de outros agentes - muitos deles estiveram com Graciliano e testemunharam os mesmo abusos e violência. Ademais, desde sua concepção e produção, *Mc* é obra autobiográfica. “Graça” chegou a tratar da sua elaboração. Na edição n. 523 da *Tribuna Popular*, publicada no dia 12 de fevereiro de 1947, o memorialista declara: “Tudo isso não pode ser resumido assim numa entrevista e se encontra nas *Memórias* que estou escrevendo. Será mais um documento para provar como o ditador Vargas perseguiu a democracia em nossa terra, e que se não a liquidou, como pretendia, é porque ela não se esmaga”.³⁶⁷ Em julho do mesmo ano, Ramos escreveu ao filho Júnio; na carta, o autor de *Infância* comunica:

Suponho que terei as memórias prontas em três anos. Pedi esse prazo ao editor, vou

³⁶⁴ LEJEUNE, 2008, p. 24.

³⁶⁵ LEJEUNE, 2008, p. 26.

³⁶⁶ Cf. n. 246.

³⁶⁷ GRACILIANO Ramos recorda: febre, polinevrite, e tuberculose. Heranças dp presidio da Ilha Grande. **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 523, p. 3, 12 fev. 1947, grifo do autor.

recebendo os direitos autorais mês a mês, isto é, vivo comendo os miolos. Quando o segundo volume estiver acabado, será necessário contratar o lançamento da obra nos jornais. Tenciono, como lhe disse, publicá-la aqui, em São Paulo, talvez na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande.³⁶⁸

Como já afirmei anteriormente, ler pressupõe a existência de pacto ou acordo entre quem enuncia e quem recebe o enunciado. O leitor atua no estabelecimento da veracidade dessa enunciação; quem lê, de acordo com o crítico Fábio dos Santos, “*assume uma posição* diante do texto, expressa uma atitude de feição específica - a de aceitar o discurso do autor como sendo digno de crença: é a vida de um sujeito real que é contada”.³⁶⁹ A ação do leitor pode ocorrer de diferentes maneiras:

Uma ficção autobiográfica pode ser “exata” – o personagem se parece com o autor – e uma autobiografia pode ser “inexata” – o personagem apresentado difere do autor. Essas são questões de fato [...] que não influem nas questões de *direito*, ou seja, no tipo de contrato estabelecido entre o autor e o leitor. A importância do contrato pode ser, aliás, comprovada pela própria atitude do leitor que é determinada por ele: se a identidade não for afirmada (caso da ficção), o leitor procurará estabelecer semelhanças, apesar do que diz o autor; se for afirmada (caso da autobiografia), a tendência será tentar buscar as diferenças (erros, deformações etc.). Diante de uma narrativa de aspecto autobiográfico, a tendência do leitor é, frequentemente, agir como um cão de caça, isto é, procurar as rupturas do contrato.³⁷⁰

Note-se que a questão da fidelidade é, também, uma questão de autenticidade, ou seja, a fidelidade depende da identidade. Se identidade autor-narrador-personagem é verídica, a narrativa também o é. E, sabendo que a identidade narrador-autor-personagem é essencial para a noção de verdade narrativa, é preciso assimilar que a lapsos e falhas no processo de lembrança não anulam o caráter memorialístico da narrativa. Já foi dito, no capítulo dois, que o esquecimento é recurso fisiológico e social. Também já pinçamos passagens de *Mc* nas quais Graciliano surge consciente dessas concessões, razão por que o memorialista se arroga direito de afirmar “Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente”.³⁷¹ A posição da voz narrativa não invalida o elemento histórico do texto. Lejeune, aliás, chama a atenção para a tendência “historicizante” da autobiografia. E, de fato, de modo contrário à ficção, biografia e

³⁶⁸ RAMOS, 2022a, p. 326..

³⁶⁹ SANTOS, Fábio José. **A testemunha às avessas ou o narrador desconfiado**: história e ficção em Memórias do cárcere. 2013. Tese. (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, 2013, p. 69, grifo do autor.

³⁷⁰ LEJEUNE, 2008, p. 26.

³⁷¹ RAMOS, 2022b, p. 12.

autobiografia se caracterizam pela referencialidade que marca seu conteúdo, o que as assemelha aos discursos historiográfico científico. Persiste, nesses casos, a intenção de

[...] fornecer informações a respeito de uma “realidade” externa” ao texto e a se submeter portanto a uma prova de *verificação*. Seu objetivo não é a simples verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro. Não o “efeito de real”, mas a imagem do real. Todos esses textos referenciais comportam então o que chamarei de *pacto referencial*, implícito ou explícito, no qual se incluem uma definição do campo do real visado e um enunciado das modalidades e do grau de semelhança aos quais o texto aspira.³⁷²

De fato, para o senso comum, quem escreve dentro das delimitações impostas por esse gênero textual, tem a intenção de expor a verdade. Essa intenção, na maior parte das vezes, manifesta-se eivada de falhas na recuperação do passado. Diante disso, leitores e também historiadores que lancem mão de biografias como documento histórico devem estar cientes de que o texto em suas mãos é a reconstituição possível. No entanto, quanto à recepção, algumas peculiaridades dos autobiográficos não se aplicam a todo texto que apele à referencialidade: de modo adverso ao do historiador ou jornalista, o sujeito que faz narrativa de si não está aferrado à exatidão: sua recomposição do próprio passado não é o interesse maior do autobiógrafo, nem seu texto dependerá desse fator alcançar seu objetivo. O pacto, em todo caso, será firmado. Conforme Fábio dos Santos “Aceitamos, por exemplo, que a autobiografia não esteja sujeita à prova de verificação e, por isso mesmo, nos satisfazemos com o fato de que só teremos acesso àquilo que o autor *pode* nos contar”.³⁷³ Para Lejeune,

Ainda que, em sua relação com a história (longínqua ou contemporânea) do personagem, o narrador se engane, minta, esqueça ou deforme – erro, mentira, esquecimento, deformação terão simplesmente, se forem identificados, valor de aspectos, entre outros, de uma enunciação que permanece autêntica. Chamemos autenticidade essa relação interior própria ao emprego da primeira pessoa na narrativa pessoal; não a confundiremos nem com a identidade, que remete ao nome próprio, nem com a semelhança, que supõe um julgamento de similitude entre duas imagens diferentes feito por uma terceira pessoa.³⁷⁴

Podemos formular a autobiografia tanto como tipo de escrita quanto como modo de leitura. Recai, sobre *Mc*, o entendimento de que se trata de obra documental; assim, sua historicidade e veracidade raramente são questionadas. A memória do passado histórico se confirma em suas páginas. Mas será que não haveria espaço em *Mc* para problematização que “escavasse”, da trama textual, a ficção? A memória “graciliânica” da cadeia não se apresenta

³⁷² LEJEUNE, 2008, p. 36, grifos do autor.

³⁷³ SANTOS, 2013, p. 71, grifo do autor.

³⁷⁴ LEJEUNE, 2008, p. 40.

como uma descrição, apenas. Em sua literatura, o “Mestre Graça” reflete sobre a condição do homem diante do mundo e da linguagem, inspirando-nos, com potência, a criar e recriar o mundo e problematizar o ato criativo da enunciação.

3.3 “Ficção e confissão”

No seu *magnum opus*, *A literatura em perigo* (2009), o filósofo e linguista búlgaro Tzvetan Todorov define literatura como a arte ficcional que se manifesta via discurso literário; capaz de reinventar o mundo a partir do olhar e dos sentidos de um outro que não aquele que escreve, a literatura ultrapassa limites e ambivalências da realidade. Assim, a arte da escrita ficcional também é forma ética - e estética - de ser e agir. Todorov conclui: “[...] mais densa e mais eloquente que a vida cotidiana, mas não radicalmente diferente, a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo [...]”.³⁷⁵

O ato de escrever contempla a experiência do viver. Nisso reside seu caráter de alteridade: por meio da narrativa e da enunciação, é possível alcançar a multiplicidade e a polissemia das vozes com as quais dividimos tempo e espaço. Mais, até: podemos “ouvir” vozes dos que já se foram, conhecer suas perspectivas e testemunhos.

Nesses termos, a literatura assevera nossa necessidade da presença do outro, ainda que por meio da palavra, uma vez que “[...] somos todos feitos do que os outros seres humanos nos dão: primeiro nossos pais, depois aqueles que nos cercam; a literatura abre ao infinito essa possibilidade de interações com os outros [...]”.³⁷⁶ Ao longo dessa dissertação, apresentei os expedientes por meio dos quais Graciliano Ramos alargou sua experiência de viver e, por meio do seu relato, escutou a si mesmo e aos seus companheiros de cárcere. Ao se posicionar contra o totalitarismo que assombrou o Brasil na década de 1930, “Graça” agiu como escritor engajado identificado por Sartre: expôs a violência fascista e fez das suas memórias manifesto ético. Como narrativa autobiográfica, *Mc* se impõe como balanço da obra e da vida do seu autor. São, portanto, seu testamento literário e ético-político. Conforme Hermenegildo Bastos,

Memórias do cárcere é uma “página do fascismo tupinambá”. A experiência da prisão sem culpa formada e sem julgamento. A convivência com vários presos políticos e também com muitos presos comuns, a perseguição, a violência, a tortura. A desumanidade, a humanidade. A dimensão ética do livro, que vai além do crime e da punição e põe os homens frente a si mesmos. Eis uma característica desse livro, como também de toda a obra de Graciliano Ramos – ser uma investigação sobre o

³⁷⁵ TODOROV. *A literatura em perigo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009, p. 23.

³⁷⁶ TODOROV, 2009, p. 23-24.

homem e o mundo. Uma investigação, antes de tudo, de Graciliano Ramos sobre si mesmo. Sobre o outro. Sobre os outros e sobre si mesmo.³⁷⁷

Como já pude demonstrar, o projeto testemunhal não se desenvolve livre de contradições. Novamente, Bastos é quem nos endossa:

O capítulo-prefácio discute algumas dessas contradições, dá-las por encerradas, mas o leitor verifica, no final dos quatro volumes, que elas não foram superadas e que, mais do que isso, elas é que dão corpo ao testemunho. *Mc* é a história das contradições, da luta por entendê-las e superá-las. A evolução do texto é em si mesma um jogo contraditório. O leitor acompanha, no instante em que o questionamento vem à superfície, a dialética da construção da pergunta-resposta-pergunta. O questionamento não é respondido e abolido, torna-se, pelo contrário, nesse instante mesmo, o motivo da escrita, provoca-a, alimenta-a. E, enfim, é das contradições que resulta a grandeza estética e ético-política da obra.³⁷⁸

Recordar o passado sem cair na armadilha do maniqueísmo fácil é tarefa complexa e delicada. No caso da obra sob nosso enfoque, mais do que um esforço de recordação, Graciliano Ramos trouxe à tona volume considerável não só de informações, mas de valores que, ciente de que sua morte se aproximava, legou-o ao futuro;³⁷⁹ nas palavras de Bastos, “Graciliano empreende no texto memorialístico um balanço do seu trabalho como escritor, preparando a recepção da sua obra, projetando-a no futuro. Projeto de leitura, não mais de escrita.”³⁸⁰

Entre os leitores críticos, quem melhor compreendeu a dimensão ética da obra “graciliânica” foi Antonio Candido. No notório ensaio *Ficção e confissão*, publicado originalmente em 1955, Candido se posiciona numa perspectiva diacrônica e recompõe o percurso do autor, romance a romance, na ordem de sua publicação. Assim Candido inicia sua análise da obra “graciliânica”:

Para aparelhar-se do espírito de jornada, dispondo-se a ler Graciliano Ramos, talvez convenha ao leitor uma experiência que se desdobra em etapas e, principiada na narração de costumes, termina pela confissão das mais vívidas emoções pessoais. Com isto, percorre o sertão, a mata, a fazenda, a vila, a cidade, a casa, a prisão, vendo fazendeiros e vaqueiros, empregados e funcionários, políticos e vagabundos, pelos quais passa o romancista, progredindo no sentido de integrar o que observa ao seu modo peculiar de julgar e de sentir. De tal forma que, embora pouco afeito ao pitoresco e ao descritivo, e antes de mais nada preocupado em ser, por intermédio da sua obra, como artista e como homem, termina por nos conduzir discretamente a esferas bastante várias de humanidade, sem se afastar demasiado de certos temas e modos de escrever.³⁸¹

³⁷⁷ BASTOS, 1998, p. 11-12, grifo do autor.

³⁷⁸ BASTOS, 1998, p. 180, grifo do autor.

³⁷⁹ Cf. n. 273.

³⁸⁰ BASTOS, 1998, p. 180.

³⁸¹ CANDIDO, 2024, p. 15.

Ao fim da “jornada” que propõe ao leitor, o crítico conclui “[...] que os livros de Graciliano Ramos se concatenam num sistema literário pessimista”.³⁸² No entanto, Candido também percebe que

Nesse escritor cuja obra revela visão pessimista e não raro sórdida do homem, vemos a necessidade de reequilibrar-se pela crença racional, construída, na melhoria do homem – porque havia nele reservas profundas de solidariedade que a experiência da prisão justificaria e confirmaria.³⁸³

Mas há mais do que pessimismo e sordidez na obra do alagoano: existe solidariedade e afeto manifestado. Entre tantas, duas passagens envolvendo a mesma figura, o capitão Lobo, ilustram as “trevas luminosas”³⁸⁴ da prisão.

Dias após os prisioneiros terem chegado ao quartel do Exército, em Recife, o capitão Lobo, responsável por vigiar o escritor, orientou-o a usar o banheiro dos oficiais, mais limpo e em melhores condições do que o destinado aos presos. Ao saber que Graciliano usava o banheiro dos sargentos, o capitão foi tirar satisfações:

— O senhor ontem cometeu uma falta muito grave.
 — Uma falta grave, capitão? respondi aturdido. Não entendo.
 — Muito grave. Na sua chegada eu lhe disse que usasse o banheiro dos oficiais. O senhor ontem tomou banho no banheiro dos sargentos.
 Era verdade, mas achei graça na repreensão e sosseguei:
 — Ora, capitão! Foi essa a falta grave? Julguei que se tratasse de coisa séria, assustei-me.
 O oficial acolheu minha resposta com indignação muda, repetiu depois o que havia dito, enérgico. Tentei justificar-me:
 — Encontrei um banheiro ocupado e entrei noutro.
 — O senhor não podia fazer isso.
 Esforcei-me por manifestar que, no meu parecer, culpa seria utilizar um banheiro de categoria superior ao permitido a mim, um banheiro de generais, por exemplo; contentando-me com um de sargentos, não praticava nenhum ato censurável. Mas o meu parecer nada valia: responsabilizavam-me por uma infração, desenvolviam-na, e era inútil querer defender-me. Quanto mais me desculpava mais o capitão se arreliava: evidentemente a minha resistência ofendia as normas. Em certo ponto, finda a paciência, bradou:
 — Se o senhor fosse militar, seria punido e compreenderia o que fez.
 — É possível.
 — Dificuldade meter qualquer coisa na cabeça desses paisanos, rosnou.
 Em seguida propôs:
 — Se não está satisfeito aqui, posso arranjar-lhe transferência para uma prisão de sargentos.

³⁸² CANDIDO, 2024, p. 60.

³⁸³ CANDIDO, 2024, p. 76.

³⁸⁴ RAMOS, 2022b, p. 95.

— Obrigado, não se incomode.³⁸⁵

Findo o diálogo com o militar, o “Mestre” pôs-se a refletir:

Surpreendente nesse diálogo foi que de modo nenhum me susceptibilizei. Em geral me envergonhava por objeções vagas, qualquer dito que revelasse a mais leve censura me tocava melindres bestas. Talvez isso fosse consequência de brutalidades e castigos suportados na infância: encabulava sem motivo e andava a procurar intenções ocultas em gestos e palavras. O certo é que em tempo de adulto não me lembrava de ter ouvido semelhante linguagem. Pois o que ela me produziu foi um desejo enorme de rir. Achava-me em situação realmente singular, advertido como uma criança, e isto não me vexava, talvez por julgar aquilo estapafúrdio, talvez por estimar a franqueza nua. Se me falassem lá fora de tal maneira, provavelmente me zangaria, mas não sentiria o acanhamento que avermelha o rosto e esmorece o coração. De fato o que mais nos choca não é a sinceridade, às vezes impertinente: é a arranhadela feita com mão de gato, a perfídia embrulhada num sorriso, a faca de dois gumes, alfinetes espalhados numa conversa. Agora não podia molestar-me.

Finda a surpresa, contida a explosão de riso motivada pela extravagância aparente, aceitei a reprimenda, considerei que devia existir uma razão para ela. Haveria bazófia nisso, vaidade por me alojarem perto da gente de cima? Creio que não: tinha ido misturar-me involuntariamente aos outros, arriscando-me a degradar-me. Essa degradação era convencional. De nenhum modo me supunha diminuído na companhia de sargentos. Numa prisão deles, a alguns passos de distância, agasalhavam-se um médico e um advogado — e seria tolice imaginar-me com mais direitos que esses homens. Ofereciam-me na verdade uma cela confortável, mas isto era casual e, para ser franco, nunca desejei conforto: suponho até que ele nos prejudica. Possivelmente eu devia essa vantagem, esse acidente, à influência de alguém desejoso de beneficiar-me: capitão Lobo, neste caso: o despropósito dele era uma indicação. E também era presumível que, deixando-me na superfície algum tempo, quisessem dar-me um súbito mergulho nas profundidades, submeter-me a variações dolorosas. Mais tarde esta segunda hipótese pareceu confirmar-se, embora eu hesite em afirmar que na modificação operada tenha havido um desígnio. Provavelmente não houve: a nossa presunção é que nos leva a enxergar nos casos intuitos referentes a nós. Numa perseguição generalizada, éramos insignificâncias, miudezas supressas do organismo social, e podíamos ser arrastados para cima e para baixo, sem que isto representasse inconveniência. Informações vagas e distantes, aleivosias, o rancor de um inimigo, deturpações de fatos, de repente nos causariam choques e mudanças.³⁸⁶

Chega-nos a causar surpresa que o carrancudo “Velho Graça”, ainda que por um instante, tenha experimentado “acanhamento que avermelha o rosto e esmorece o coração”, mesmo que tenha escrito, em seguida, que a gentileza de Lobo não fosse mais do que “a perfídia embrulhada num sorriso”. O mesmo Lobo, tempos depois, desconcertaria o memorialista mais uma vez - e a nós - com uma oferta e uma revelação. E, novamente, o homem que sofrera uma criação rude, cujas memórias da infância são transpassadas por agressões e violência, não sabe como reagir:

³⁸⁵ RAMOS, 2022b, p. 63-64.

³⁸⁶ RAMOS, 2022b, p. 64-65.

— Ia-me esquecendo: quero fazer-lhe um pedido.

Estranhei: não me achava em condições de ser-lhe útil em coisa nenhuma. Hesitou um instante e jogou-me de chofre este discurso:

— Bem. O tempo é curto para explicações e cerimônias. Trata-se disto: eu pus aí num banco algumas economias que não me fazem falta por enquanto. Ignoro as suas posses, mas sei que foi demitido inesperadamente. Caso as suas condições não sejam boas, eu lhe mostro daqui a pouco uma caderneta, o senhor põe num cheque a importância que necessita, eu assino e à tarde venho trazer-lhe o dinheiro. Convém? Pedido realmente curioso: nunca me passara pela cabeça que alguém pudesse fazê-lo. Perturbei-me em excesso e no primeiro momento nem pude responder: tive a impressão de que me estavam a mistificar, julguei-me objeto de uma pilhéria cruel. Pouco a pouco me desengasguei, consegui enfim murmurar uma recusa chocha e um agradecimento rápido e sumido:

— Não preciso. Estou bem. Muito obrigado.

Ainda não me convencia de que o rapaz falara sério, a mesquinha ideia do logro continuava a perseguir-me.

— Não lhe estou oferecendo dinheiro, bradou capitão Lobo, adivinhando-me talvez o sentimento infeliz. Não se oferece dinheiro a homem. Estou facilitando-lhe um empréstimo. E não é lá grande coisa, as minhas reservas são pequenas. Se aceita, o senhor mesmo determina, vê quanto lhe posso emprestar. Naturalmente não há prazo: paga-me lá fora, quando se libertar. Sai logo, isso não há de ser nada. Também já estive preso e vivi no exílio: viajei num porão de São Paulo à Europa.

Foi pouco mais ou menos o que ele me disse. Tornei a agradecer e a recusar, as orelhas em fogo, na tremenda confusão que me causava a enorme surpresa. Teria realmente ouvido bem aquelas palavras? Apesar de se haverem prolongado longos instantes, entre pausas e gestos enérgicos, não me decidia a admiti-las; de fato eram claras, irrecusáveis, mas nos últimos dias ia-me habituando a perceber coisas aparentemente destituídas de senso. Achava-me atordoado, como se tivesse recebido um murro na cabeça, e só sabia repetir as mesmas frases curtas e insossas:

— Estou bem, não falta nada. Ora essa! Muito obrigado. Não é necessário.³⁸⁷

Assumidamente um homem tímido, Graciliano reitera: “Contenho-me ao falar a desconhecidos, acho-os inacessíveis, distantes; qualquer opinião diversa das minhas choca-me em excesso; vejo nisso barreiras intransponíveis - e revelo-me suspeito e hostil. Devo ser desagradável, afasto as relações.”³⁸⁸ É também dessa introversão que vem o espanto com a solidariedade alheia. Para o autor de *Caetés*, a solidariedade inesperada de soldados e carcereiros em espaço simbólico fruto da exceção configura subversão de papéis. No entanto, haveria espaço melhor do quartéis, porões escuros e abafados e cadeias sujas para se ter acesso a tais desvios? No cárcere, o escritor de ficção estava num lugar privilegiado de observação, a partir de onde testemunharia qualidades inesperadas. Como na noite em que, pela escotilha do navio, um soldado o ofereceu água:

Precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima. Dar de beber a quem tem sede. Bem. Mas como exercer na vida comum essa obra de misericórdia? Há carência de oportunidade, as boas intenções embotam-se, perdem-se. Ali me havia surgido uma alma na verdade misericordiosa. Ato gratuito, nenhuma esperança de paga; qualquer frase conveniente, resposta de gente educada, morreria isenta de significação. Na

³⁸⁷ RAMOS, 2022b, p. 81-82.

³⁸⁸ RAMOS, 2022b, p. 270.

véspera outro desconhecido, negro também, me havia encostado um cano de arma à espinha e à ilhargá; e qualquer gesto de revolta ou defesa passaria despercebido. Esquisito. Os acontecimentos me apareciam desprovidos de razão, as coisas não se relacionavam.³⁸⁹

A observação arguta, que questiona a bondade manifesta em ambiente tão pouco propício, é marca do romancista; mas “[...] é também o desencanto do pessimista, pouco afeito a aceitar a existência do bem”.³⁹⁰ É, ainda, manifestação de imparcialidade, traço emblemático da personalidade de Graciliano. Afinal, trata-se de um comunista que zelou pela sua capacidade de enxergar o outro à luz de qualidades e defeitos que evidenciaram, e não do matiz político. Isto nos leva a pensar no seu respeito pela observação. Como escritor, estava submetido a registrar o que observava segundo os princípios da verdade. Devemos somar a isso o valor da experiência para “Graça”, que a considerava essencial para qualquer escritor, mesmo que de romances e novelas:

Bem, os célebres mocambos que José Lins havia descrito em *Moleque Ricardo*. Conheceria José Lins aquela vida? Provavelmente não conhecia. Acusavam-no de ser apenas um memorialista, de não possuir imaginação, e o romance mostrava exatamente o contrário. Que entendia ele de meninos nascidos e criados na lama e na miséria, ele, filho de proprietários? Contudo a narração tinha verossimilhança. Eu seria incapaz de semelhante proeza: só me abalanço a expor a coisa observada e sentida.³⁹¹

De volta a *Ficção e confissão*, Candido assim define a importância do vivido para Ramos:

Literatura para ele era coisa profunda, e cada um dos seus livros, depois de *Caetés*, ou entra dolorosamente pelos problemas do espírito, tirando substância do seu próprio, ou enfrenta situações cruciais de vida. Em *São Bernardo*, nada menos que a validade da conduta, a correlação entre a eficácia dos atos e o seu sentido para a integridade pessoal. Em *Vidas secas*, a liberdade em face das circunstâncias. Em *Angústia*, a relação entre o pensamento e o ato. Em todos eles, o problema do bem e do mal, encarado de um ângulo materialista, e que nos dois livros autobiográficos é proposto em função da sua própria vida.³⁹²

Nas palavras do ensaísta encontramos outra das particularidades de *Mc* que a tornam verdadeiro monumento. Apesar do farto material humano colhido em Quebrangulo, Palmeira dos Índios, Viçosa e Maceió, faltava ainda elemento fundamental: o contato mais íntimo do autor com o bem e o mal, a justiça e a camaradagem. Foi essa a grande contribuição dos

³⁸⁹ RAMOS, 2022b, p. 123.

³⁹⁰ CANDIDO, 2024, p. 66.

³⁹¹ RAMOS, 2022b, p. 36.

³⁹² CANDIDO, 2024, p. 66, grifos do autor.

meses que passou aprisionado. Graciliano Ramos, “[...] no desejo de corresponder ao seu estímulo agiu, sofreu, escreveu e, nos livros, nunca se afastou deles.”³⁹³ No porão do navio Manaus, a caminho da Casa de Correção, no Rio de Janeiro, o “Velho” vive a experiência da imundície, da promiscuidade, à mercê de determinações que ignora, sem noção do destino que o aguarda. Sua reação é o fechamento total do corpo: não se alimenta, não excreta. É nessas condições que surgem as notas preliminares que, mesmo destruídas, serão o germe inicial de *Mc*. Por isso a progressão do autor, que passa do romance ao testemunho, da ficção à confissão: “[...] o romance, com todas as suas exigências formais vai parecendo molde apertado e incompleto [...]. Sente-se constrangido na ficção e abandona-a para sempre no apogeu das capacidades, com apenas quatro livros publicados. O desejo de sinceridade vai doravante levá-lo a retratar-se no mundo real em que se articulam as suas ações; já instalado na primeira pessoa do singular como artifício literário, deslizará para a experiência real dentro da mesma perspectiva de narração, mas sem qualquer subterfúgio.”³⁹⁴

Em sua análise, Hermenegildo Bastos vai ao encontro de Antonio Candido. Para aquele, Graciliano Ramos se retirou da ficção por desconfiar da capacidade da literatura de se realizar como crítica da sociedade, diante do conservadorismo que então grassava; num contexto endurecido como o das décadas de 1930 e 1940, a ficção não daria voz aos vencidos. Assim, o escritor militante opta pelo texto memorialístico por acreditar que, ao fazer do testemunho munição para suas “armas de papel”, quebraria as barreiras.³⁹⁵ Fazendo de si personagem, o autor revive passagens dos romances, retirando-os de sua condição os lançando em outra dimensão temporal, na qual suas narrativas se tornam reais. Para Bastos

Eles tematizam, de modo semelhante ao texto memorialístico, os mesmos núcleos de experiência humana: o mundo sem nexos e absurdo do Nordeste brasileiro, o mundo de exploração e de submissão e falta de perspectiva. Mas a pergunta persiste: a obra assim construída pôde dar conta do projeto?³⁹⁶

A resposta para o questionamento vem na forma do texto “graciliânico”, que faz das suas memórias meio para se indagar a respeito de suas crenças e atitudes: “O testemunho autoquestiona-se, desenvolvendo-se como uma reflexão sobre o sentido, a forma e a função da escrita testemunhal.”³⁹⁷ Mas a dúvida persiste: a obra erigida sobre tais alicerces, com lacunas

³⁹³ CANDIDO, 2024, p. 66.

³⁹⁴ CANDIDO, 2024, p. 72-73.

³⁹⁵ BASTOS, 1998, p. 180.

³⁹⁶ BASTOS, 1998, p. 181.

³⁹⁷ BASTOS, 1998, p. 180.

aparentes e supostas imperfeições, é capaz de alcançar seu objetivo. De acordo com Bastos sim, e nisso reside sua faceta ética:

Avaliando os seus livros, o autor analisa a si próprio, a sua condição de classe, disseca-se, expõe-se (como fazia com os protagonistas dos romances). Ele se considera incapaz de realizar aquela literatura que pode quebrar as barreiras da instituição. Essas interrogações dão às *Mc* uma dimensão ética. As ações narradas são analisadas, avaliadas. Os personagens são agentes. Ao autor interessa questionar o sentido das ações humanas.³⁹⁸

Os romances de Graciliano são “experiências de vida ou experiências com a vida”.³⁹⁹ Assim, um dos méritos fundamentais de *Mc* é que se trata de um manifesto em favor da liberdade, da democracia, da justiça e - por que não? - da solidariedade e da alteridade. Graciliano Ramos foi, desde a infância, um desajustado. Não um desajustado como Lima Barreto; mas com relação aos valores sociais que o formaram. *Mc* transcende a literatura: é fonte histórica é obra de arte; mas a sua potência está na confissão - a repetição do termo se faz necessária - de uma consciência que, agredida, encontrou na violência sofrida o estímulo para se manifestar. Foi necessária coragem, muita coragem, para se erguer contra o autoritarismo e, mais tarde, para expor a humilhação. E coragem, parafraseando outro grande espírito que enfrentou o totalitarismo e que também buscou compreender a alma sertaneja, é o que a vida quer da gente.⁴⁰⁰

³⁹⁸ BASTOS, 1998, p. 181.

³⁹⁹ CANDIDO, 2024, p. 74.

⁴⁰⁰ No magnífico romance *Grande sertão: veredas* (1956), o mineiro Guimarães Rosa escreveu dezenas de passagens sobre a coragem. A mais lembrada pelos leitores é a seguinte: “O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. Pesquisador atento e dedicado ao sertão, Rosa explora, em sua obra, a alma sertaneja e revela sua beleza e grandiosidade. Além de romancista, o escritor foi médico e diplomata. Servia o consulado brasileiro em Hamburgo, Alemanha, quando Adolph Hitler tornou-se chanceler desse país. Diante das políticas antissemitas do nazismo, Rosa, por iniciativa da sua esposa, Aracy Moebius, também funcionária do consulado brasileiro, facilitou a saída de diversos judeus do país. Essa iniciativa rendeu a Aracy a alcunha de “o anjo de Hamburgo” e menção à sua atuação no Memorial do Holocausto. cf. ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 22. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, *e-book*; ARACY de Carvalho Guimarães Rosa. In: Yad Vashem, the World Holocaust Remembrance Center. Disponível em: <https://tinyurl.com/aracyrosa>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - CAVALOS, LIBERDADE E MEMÓRIAS

Chegamos ao fim da jornada. Cruzamos, da primeira à última página, a memória “graciliânica” da cadeia. Avançamos e também retrocedemos; perdemo-nos e, quando isso aconteceu, recorremos às cartas, romances e crônicas de Graciliano Ramos como quem consulta mapas. Nessa travessia, percebemos que a memória não se acomoda em categorias ou datas precisas; tal como a vida, que “[...] esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta”.⁴⁰¹ Como fenômeno fisiológico, mental e social, a memória se expande, comprime-se, escapa-nos e se revela fragmentada, caleidoscópica. Mas insiste em existir, entre o vivido e o narrado.

O “Velho Graça” nos apresenta seu *magnum opus* na forma de autobiografia. É ele, o autor, a pessoa *real*, quem nos conta as angústias - para fazer uso de uma palavra cara ao autor - de estar preso, de viver sob o “fascismo tupinambá”.⁴⁰² O criador de Baleia e de Fabiano nos entregou uma narrativa que ultrapassa os limites do testemunho pessoal para se converter em reflexão coletiva sobre a repressão política e o autoritarismo do Estado Novo. Mas não sem antes alertar a pessoa leitora: aquelas são as recordações de “um sujeito mais ou menos imaginário”. Quanto do que narrado no livro foi experimentado, de fato? Difícil dizer. Perseguimos algumas pistas. Como todo explorador, lançamos mão de bússolas e da experiência de outros viajantes, que já pisaram antes naquele terreno.

Maurice Halbwachs, por exemplo, alerta para um aspecto elementar da formação de recordações. A memória individual está em constante diálogo com a memória coletiva. Parafraseando o sociólogo francês - também ele uma vítima do ódio aplicado à política - nunca estamos sós. Aquilo que julgamos serem nossas lembranças não são constituídas apenas pela experiência privada, mas se constituem no contato com grupos e estruturas sociais. O escritor alagoano se inscreve naquilo que Halbwachs chamou de “quadros sociais da memória”.⁴⁰³ Sua recordação transcende o indivíduo: é a memória de um país que se vê aprisionado em estruturas de dominação e desigualdade. O texto de Ramos ilustra o conceito de memória coletiva: um passado reconstruído socialmente, que orienta as identidades e a compreensão histórica do presente. Em *Mc*, o “eu” de Graciliano só se constitui porque se reconhece entre outros: companheiros de cela, intelectuais perseguidos, presos comuns,

⁴⁰¹ ROSA, 2019, *e-book*.

⁴⁰² RAMOS, 2022b, p. 10.

⁴⁰³ HALBWACHS, 1990, p. 3.

carcereiros, todos compondo o cenário da lembrança compartilhada. A respeito dessas pessoas e da memória compartilhada, Graciliano afirma:

Certo a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos haveremos enganado? Nessas vacilações dolorosas, às vezes necessitamos confirmação, apelamos para reminiscências alheias, convencemo-nos de que a minúcia discrepante não é ilusão. Difícil é sabermos a causa dela, desenterrarmos pacientemente as condições que a determinaram. Como isso variava em excesso, era natural que variássemos também, apresentássemos falhas. Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos. Foram apenas bons propósitos: devo ter-me revelado com frequência egoísta e mesquinho. E esse desabrochar de sentimentos maus era a pior tortura que nos podiam infligir naquele ano terrível.⁴⁰⁴

Mas o fazer artístico se mantém como ferramenta de resistência; uma “arma”, frágil feita “de papel”, mas potente. E perigosa: às vésperas da saída da cadeia, Graciliano Ramos foi examinado por um médico, com quem manteve o seguinte diálogo:

— Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.
 — Pagar como? exclamou a personagem.
 — Contando lá afora o que existe na ilha Grande.
 — Contando?
 — Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel.
 O diretor suplente recuou, abriu os olhos e inquiriu carrancudo:
 — O senhor é jornalista?
 — Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correcional [...]
 — A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever.⁴⁰⁵

Jacques Le Goff e Pierre Nora ampliam nossos horizontes de compreensão. Ambos defendem que História e memória operam em tensões muitas vezes opostas, mas complementares. A “História oficial” - arquivística, burocrática, calculada - seleciona e elimina memórias para recriar fatos. Para isso, vale-se não só do documento oficial, mas da arte e da literatura. Assim, a narrativa é construída tanto sobre fatos quanto sobre significados atribuídos a esses. É o que Aristóteles chamou de *poiesis*, ou seja, a “construção”. Isso nos leva ao entendimento de que *Mc* é um esforço de recordação; a voz que nos narra a experiência também nos oferece espaço de reflexão sobre o passado vivido, o Estado Novo e as estratégias narrativas que atravessam a experiência pessoal do autor e a memória coletiva brasileira.

O nexa entre memória e identidade, explicado por Michael Pollak, também ilumina

⁴⁰⁴ RAMOS, 2022b, p. 13.

⁴⁰⁵ RAMOS, 2022b, p. 654.

algumas veredas de *Mc*. Pollak considera a narrativa ato de pertencimento. Ao narrar, o indivíduo se torna sujeito de si e de sua História, reafirmando sua identidade e a de seu grupo. O exercício memorialístico de *Mc* é, portanto, forma de reconstrução identitária diante da tentativa de aniquilação simbólica promovida pelo Estado Novo. As memórias subterrâneas de que fala Pollak - as que sobrevivem à margem da história oficial -⁴⁰⁶ emergem em *Mc* como gesto de resistência. O autor de *SB* transforma a narrativa de humilhação em discurso ético:

É horrível estarmos a remexer um fato incompreensível. A minha prisão era justa, na opinião de Leal. Pois não passara a vida inteira a encher-me de letras radicais, a procurar sarna para me coçar? Refletindo, achei a situação dele explicável também. A dele e a do beato José Inácio, que a bordo se zangara comigo, rosna exibindo o rosário de contas brancas e azuis no peito veloso: - “Quando nós fizermos a nossa revolução, ateus como o senhor serão fuzilados.” Certamente era ridículo perseguir essas criaturas. Mas podíamos conjecturar vinganças, denúncias de inimigos ocultos, a canalhice de um chefe empenhado em suprimir eleitores da oposição. Tiago não tinha inimigos no Brasil, não votava, ninguém lhe ambicionava o emprego ordinário na frota mercante inglesa. A absurda acusação de um patife burlado fora suficiente para inutilizá-lo. Era inacreditável. Não me fazia mossa o ato injusto; afligia-me ser impossível imaginar uma razão para ele. Disparate. Convencia-me disto — e continuava a esforçar-me para achar qualquer vantagem na imensa estupidez.⁴⁰⁷

Essas dimensões se articulam às formulações de Elizabeth Jelin e Sigmund Freud. Para Jelin, a memória é campo de disputa, trabalho social e político de reinterpretação do passado. “Mestre Graça” realiza esse “trabalho de memória” ao selecionar, ordenar e narrar fragmentos de uma experiência traumática. Sua escrita, marcada por intervalos e digressões, revela o processo ativo de lembrar, em que lembrar é também elaborar. Freud, por sua vez, ao propor o “trabalho de recordação”, destaca a necessidade de transformar o sofrimento em discurso compreensível. O ato de escrever, em *Mc*, cumpre essa função terapêutica; é recurso para expressar aquilo que é indizível: o medo, o ódio, a esperança, a compaixão. Numa carta ao amigo Wilhelm Fliess, Freud compara fantasias históricas a mecanismos da criação poética, tomando Shakespeare como exemplo: “Shakespeare tem razão ao igualar criação poética e delírio”.⁴⁰⁸ O que temos em *Mc* é uma maneira estética e simbólica de dar sentido ao trauma. Essa concepção a respeito do fazer artístico está contida em parte da obra do psicanalista: a arte é o meio para sublimar desejos inconscientes. E, para que não se tornem sintomas de psicoses, artistas dão forma a esses desejos para que sejam aceitos pela cultura.

A contribuição historiográfica de *Mc* é inequívoca. Ao tramar lembrança e

⁴⁰⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 4.

⁴⁰⁷ RAMOS, 2022b, p. 463-464.

⁴⁰⁸ FREUD, Sigmund. **Arte, literatura e os artistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 43.

imaginação, o memorialista revela dimensões da realidade que os documentos oficiais tendem a suprimir, como afirma Pesavento. Na condição de fonte histórica, essa obra não oferece apenas dados factuais, mas interpretações afetivas do Estado Novo e do fascismo brasileiro. Ao descrever as prisões superlotadas, a brutalidade dos interrogatórios e o desespero dos detidos, “Graça” traduz o que Raymond Williams chamou de “estruturas de sentimento”: percepções, emoções e valores que escapam ao discurso institucional, mas definem o espírito de uma época.⁴⁰⁹ A obra, portanto, insere-se na fronteira entre História e Literatura, entre documento e testemunho, servindo de “monumento”, vestígio ou marco material de um passado que é reconstruído pelo escritor. Voltemos à interlocução entre Le Goff e Nora.

Para Le Goff

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador.⁴¹⁰

Nora, por sua vez, sustenta que “lugares de memória” nascem quando a memória viva começa a rarear, servindo como marcos simbólicos que preservam identidades coletivas. Esses lugares não são, exatamente, “sítios”, mas espaços simbólicos onde as lembranças podem se refugiar. Essa nos parece ser uma das funções de *Mc*. Trata-se de um “monumento” erguido contra o esquecimento. A prisão se torna um espaço de inscrição da memória nacional, onde o indivíduo representa o coletivo. Ao narrar a rotina dos presos políticos e comuns, GR transforma o cárcere em um lugar simbólico, condensando as contradições da sociedade brasileira sob o regime de Vargas. Assim, a obra se configura como resistência literária e política diante da censura e da violência de Estado. Por isso se prolonga no tempo e ganha novos significados. Em 1981, o crítico e escritor mineiro Silviano Santiago publicou *Em liberdade*.⁴¹¹ Nessa metaficção, Santiago imaginou uma sequência para *Mc* em que Graciliano teria deixado na caixa de correios de um editor o diário em que havia registrado os dias seguintes à sua libertação. Trata-se de um novo “Graça”, fictício, recriado - poético; mas factual - historicizado. Segundo Santiago, o diário seria de 1937: Ramos ainda vivia e

⁴⁰⁹ MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Raymond Williams e “estruturas de sentimentos”: os afetos como criatividade social. **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 28, p. 7. Disponível em: <https://tinyurl.com/estruturadesentimento> Acesso em: 15 out. 2025.

⁴¹⁰ LE GOFF, 1990, p. 535.

⁴¹¹ SANTIAGO, Silviano. **Em liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

produzia intensamente. Quando *Em liberdade* foi publicado pela primeira vez, em 1982, o Brasil se debatia contra nova ditadura, tão violenta e cruel quanto a de Vargas. Os militares que assumiram o poder após o golpe civil-militar de 1964 repetiram os passos do Estado Novo, perseguindo, prendendo e matando. Graciliano Ramos reapareceu, “em liberdade”, e acenou, com a sua história de resistência, para os que desejavam ser livres. Em 2022, o livro de Silviano Santiago voltou às livrarias em nova edição. O Graciliano imaginário nos trouxe esperança: estávamos no fim de uma jornada de morte e pesar.

A confluência entre Memória, História e Literatura se mostra, assim, decisiva para a compreensão do “monumento” que “Graça” nos deixou. As fronteiras entre esses domínios, como observa Paul Ricoeur, são permeáveis: a narrativa literária é uma forma de conhecimento histórico que dá inteligibilidade à experiência temporal. A escrita autobiográfica de Ramos não busca apenas recordar, mas significar o vivido. Nesse sentido, *Mc* se aproxima de outras obras do autor, como *Infância*, onde ele revisita a opressão doméstica e a formação da consciência crítica. A autobiografia, portanto, não é mero exercício de narcisismo, mas uma forma de produção de saber histórico e social.

Ao chegarmos ao nosso destino, percebemos que Graciliano e sua obra se transmutaram, deixando de ser texto apenas de Literatura e ou apenas fonte histórica. Tornaram-se a própria História. Cada pesquisador e teórico que faz parte dessa dissertação confirma isso. E assim seguem, Literatura e História, Clio e Calíope, nossas musas: mitigando dores; realimentando esperanças; permitindo-nos revisitar, recriar e dar novos significados ao passado, ao recordado e ao narrado; e imaginar futuros possíveis.

EPÍLOGO - “YO NO CREO EN BRUJAS...”

Por cinco anos, trabalhei no Palácio das Artes, um dos espaços culturais mais importantes da América Latina. Projetado por Oscar Niemeyer a pedido do prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, o complexo reúne galerias de arte, escola de música e artes cênicas, salas de cinema e teatro e uma respeitável biblioteca sobre arte e cultura.

Em uma noite de julho de 2014, eu me preparava para encerrar o expediente, quando uma visitante entrou na galeria principal. Fui atendê-la. Ane, a visitante, apresentou-se, disse que era maceioense, mas Minas era a sua segunda terra. Conversamos, trocamos telefone, convidei-a para um café. Vieram outros cafés e o namoro, à distância. Em janeiro de 2016, vim à Maceió pela primeira vez. Numa noite quente, alegre demais do álcool e da Ane, cumprimentei a estátua do “Mestre Graça”, na Pajuçara e confessei a ele a ideia de morar aqui.

Nosso casamento foi em janeiro de 2020. A minha mudança para Maceió iria acontecer no segundo semestre daquele ano, mas a pandemia de Covid-19 me fez adiantar os planos. Os anos seguintes foram de tensão e tristeza; perdemos pessoas queridas e, juntos, choramos e nos revoltamos contra o negacionismo e a falta de humanidade de quem ocupava a cadeira mais importante do país e seus comparsas.

Em 2023, vacinados e com a pandemia controlada, retomamos nossas caminhadas pela orla. Em uma delas, ao passar pelo “Velho”, sussurrei no seu ouvido: “vou escrever um projeto de pesquisa sobre você e sua obra, para o mestrado na Ufal. Se for do seu interesse, agradeço qualquer apoio”. Apesar da esquisitice de cumprimentar estátuas, não sou supersticioso; mas diz um ditado espanhol: “*yo no creo en brujas, pero que las hay, las hay*”.

Entre 2023 e 2025, Graciliano Ramos tomou todos os espaços em que estive: o quarto onde estudo se encheu de livros escritos por ele e sobre ele. Tornei-me monotemático, como todo pós-graduando. Reli boa parte da sua obra, suas cartas, artigos e crônicas. Esse “convívio” me fez perceber que por trás do aparente mau humor (“- Bom dia, Graça; - Você acha mesmo?”⁴¹²) havia um homem bom. “Bom”, e não “de bem”. Graciliano se incomodou com a injustiça. Prefeito de Palmeira dos Índios, combateu a corrupção; professor, defendeu, com firmeza, que é impossível aprender de estômago vazio e fez das escolas “redes de apoio”, muito antes do termo se tornar relevante. A escrita foi sua “arma de papel” no combate ao fascismo. E, “na solidão e no silêncio”, Graciliano lutou. Respeitava os pobres e quando

⁴¹² MORAES, 2012, p. 16.

tratava com roceiros e pessoas sem estudo, demonstrava uma gentileza incomum. Deu voz ao sertanejo - meus pais - e, com sinceridade, esteve ao lado do trabalhador e do pobre.

Em Graciliano Ramos reencontrei meu pai, nunca promovido no serviço público. “Eu me lembro”: quando eu tinha cerca de dez anos, ele me levou para o trabalho. Ele pretendia pedir antecipação de férias, estratégia para esticar o salário no final do ano. A solicitação foi indeferida e, adulto, entendi que eu estava ali como “álibi”. De rosto vermelho e disfarçando as lágrimas, meu pai olhou para mim e disse: “passe uma vida no vermelho, de vergonha ou de raiva, mas não amarele”. Em Graciliano, reví as lições de generosidade e altruísmo da minha Velhinha.

Graciliano Ramos me ajudou a reavivar um sentimento que imaginei ter perdido. Após anos na rede pública de ensino, eu me sentia anestesiado. O sofrimento ao meu redor quase não incomodava. Em *Mc*, o alagoano escreveu: “Comovo-me em excesso, por natureza e por ofício, acho medonho alguém viver sem paixões⁴¹³”. Percebi que uma das tarefas do meu ofício é me comover. É preciso sentir antes de agir.

Escrever essa monografia em Alagoas, em universidade pública, orientado por professor sergipano, enquanto trabalho na mesma Viçosa em que Graciliano escreveu *SB*, engrandece-me e faz essa quadra da minha travessia muito melhor do que poderia ter sido.

Maceió - Belo Horizonte, janeiro / 2023 - setembro / 2025.

⁴¹³ RAMOS, 2022b, p. 198.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO César Borges, primeiro e único Barão de Macaúbas. *In: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*. Disponível em: <https://tinyurl.com/abilioborges> Acesso em: 11 nov. 2024.

ADOLFO Caminha. *In: BN Digital Brasil*. Disponível em: <https://tinyurl.com/adolfocaminha> Acesso em: 13 out. 2025.

ADORNO, Theodor. Palestra sobre lírica e sociedade. *In: ____*. Notas de literatura I. São Paulo: Ed. 34; Livraria Duas Cidades, 2003, p. 65-90.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Um pequeno bilhete sobre a "Intentona Comunista" em Alagoas ou um novembro avermelhado. *In: Luiz Sávio de Almeida*, 27 nov. 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/peqbilhete> Acesso em: 13 out. 2025.

ALVES, Fábio César. **Armas de papel**: Graciliano Ramos, as *Memórias do cárcere* e o Partido Comunista Brasileiro. São Paulo: Editora 34; Fapesp, 2016.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Homero Freitas. O realismo socialista e suas (in)definições. **Literatura e sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 13, p. 152-165, nov. 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/realsoc> Acesso: 2 nov. 2024.

ARACY de Carvalho Guimarães Rosa. *In: Yad Vashem, the World Holocaust Remembrance Center*. Disponível em: <https://tinyurl.com/aracyrosa>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ARISTÓTELES. **Poética**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

BARRETO, Raquel de Oliveira; CARRIERI, Alexandre de Pádua; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 47–60, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/rizomaguattari> Acesso em: 13 out. 2025.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 52, 2021, p. 421-443. Disponível em: <https://tinyurl.com/jornalfontehistorica> Acesso em: 20 jan. 2026.

BASTOS, Hermenegildo. **Memórias do cárcere**: Literatura e testemunho. Brasília: Editora da UnB, 1998.

BERLINCK, Fernanda; BRASIL, Filipe; NASCIMENTO, Rafael. Plano para matar Lula, Alckmin e Moraes ‘só não ocorreu por detalhes’, diz ministro. *In: Portal G1*, Brasília, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/antidemocratico> Acesso em: 06 dez. 2024.

BEZERRA E SILVA, Manoel. Palmeira dos Índios do meu tempo de menino. In: **História de Alagoas**. Disponível em: <https://tinyurl.com/palmeiradosindios> Acesso em: 05 jan. 2025.

BLOCO MÁGICO - boletim Nacional do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise. S/l. n. 1, ago. 2017.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em “Memórias do cárcere”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 309-322, 1995

BUENO, Luís. Experiência rural e urbana no romance de 30. **Revista Terceira Margem**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 16, p. 142-156, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/expruralurb> Acesso em: 25. set. 2023.

CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. São Paulo: Hedra, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. São Paulo: Todavia, 2024.

_____. **Literatura e sociedade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COLONNELLI, Marco Valério Classe. **Poiesis, tékhne e mimesis em Aristóteles**. 2009. Dissertação. (Mestrado em Letras Clássicas). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/colonnelli> Acesso em: 25. set. 2023.

CORREIA, Tatiana Gomes. **As memórias híbridas do escritor**: uma análise de Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos. 2013. Dissertação. (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre ideias e formas. 4. ed. ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2011

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zarah, 2000.

DELGADO Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 - Terceira República (1945-1964). 8. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, col. O Brasil Republicano v. 3.

_____. **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo - Segunda República (1930-1945). 9. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, col. O Brasil Republicano v. 2.

_____. **O tempo do regime autoritário**: ditadura militar e redemocratização - Quarta República (1964-1985). 9. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, col. O Brasil Republicano v. 4.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024, *e-book*.

EDITORIAL. **Bloco Mágico - Boletim Nacional do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise**, s.l., n. 1, ago. 2017, p. 2. Disponível em: <https://tinyurl.com/blocomagico> Acesso em: 05 jan. 2025.

EXPERIENCE over nine decades of the Oscars from 1927 to 2025. *In: Academy of Motion Picture Arts and Sciences*. Disponível em: <https://tinyurl.com/melhorfilme2025> Acesso em: 05 mar. 2025.

FAEDRICH, Anna. Autoficção: um percurso teórico. **Criação & Crítica**, São Paulo, n. 17, p. 30-46, dez. 2016.

_____. **Teorias da autoficção**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022, e-book.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. PGR denuncia ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado; Mauro Cid e Braga Netto também foram denunciados. *In: Portal G1*, Brasília, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/pgrdenuncia> Acesso em: 20 fev. 2025.

FALLEIROS, Marcos Falchero. Os relatórios de Graciliano Ramos. *In: XI Congresso Internacional da ABRALIC*, 2008, São Paulo. **Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC**. São Paulo, 2008, p. 1. Disponível em: <https://tinyurl.com/relatgracabralic> Acesso em: 28 out. 2024.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: EdUsp, 2006.

FERRARINI, Pâmela Pitágoras Freitas Lima; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. O conceito de memória na obra freudiana: breves explanações. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 109-118, jun. 201. Disponível em: <https://tinyurl.com/memfreudiana> Acesso em: 6 jul. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.

FERNANDÉZ-SEBASTIÁN, Javier. **Key metaphors for history: mirrors of time**. Abingdon; Nova Iorque: 2024, e-book.

FILHO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

FORTE, Graziela Naclério. Arte e poder: realismo socialista. **Novos Temas**, São Paulo, v.9, s.n., 2013, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/realsocnforte> Acesso em: 28 out. 2024.

FRANCA, Acon Gusmão. Estado e Planejamento na antiga URSS: Revisitando a Revolução Russa e resgatando as ideias e práticas revolucionárias de Lênin. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, 31. ed., p. 81-91, jul.-dez. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/urssnep> Acesso em: 2 nov. 2024.

FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho; RAMINELLI, Ronald. **Andanças pelo Brasil colonial: catálogo comentado (1503 – 1808)**. São Paulo: Unesp, 2009.

FREUD, Sigmund. **Arte, literatura e os artistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. Nota sobre o bloco mágico (1925). In: _____. **Obras completas v. 16 (1923-1925)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, *e-book*.

_____. Recordar, repetir, elaborar (1914). In: _____. **Obras completas v. 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, *e-book*.

FURTADO, Pedro; LEONEL, Maria Célia. Perspectivas conflitivas em *Infância*, de Graciliano Ramos. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan.-abr. 2023, p. 87. Disponível em: <https://tinyurl.com/infanciaconflitiva> Acesso em: 06. dez. 2024.

GAY, Peter. **Freud: a life for our time**. New York: W. W. Norton & Company, 1998, *e-book*.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GINZBURG, Carlo **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da USP, 1985.

HAMILTON, Edith. **Mitologia: contos imortais de deuses e heróis**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002, *e-book*.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. 2. ed. Lima: IEP, 2012.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2015.

JUBERTE, Vinícius. A Editorial Calvino Limitada e o PCB: a edição de livros sobre a URSS e antifascistas nos anos 1940. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília**, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/anpuh2017> Acesso em: 2 nov. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMA, Waldemar de Souza. **Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Maceió: Imprensa Oficial, 2013.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 35.

LUCA, Tania Regina. Periódicos lançados por editoras: o caso do Boletim de Ariel (1931-1939). **Revista História Unesp**, Franca, v. 36, n. 32, 2017, p. 1-18. Disponível em: <https://tinyurl.com/boletimdeariel> Acesso em: 20 jan. 2026.

MALEVICH, Kazimir. O lenhador. 1912. 1 original de arte, óleo sobre tela, 76 x 99 x 3.5cm. *In: Stedelijk Museum of Modern and Contemporary Art and Design*. Disponível em: <https://tinyurl.com/realsocmlvch>. Acesso em: 31 out. 2024.

MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. **Dicionário de lugares imaginários**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MEMÓRIAS do cárcere. *In: Cinemateca brasileira*. Disponível em: <https://tinyurl.com/mccannes> Acesso em: 05 jan. 2025.

MEMÓRIAS do cárcere. *In: Graciliano Ramos*. Disponível em: <https://tinyurl.com/mc1ed1953> Acesso em: 06 dez. 2024.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Raymond Williams e “estruturas de sentimentos”: os afetos como criatividade social. **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 28, p. 1-22. Disponível em: <https://tinyurl.com/estruturadesentimento> Acesso em: 15 out. 2025.

MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994, p. 205.

_____. **O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. São Paulo: Alfaguara, 2024, *e-book*.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Nanterre, jan. 2006, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/novonuevomundo> Acesso em: 25. set. 2023.

_____. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

PLATÃO. **Diálogos** - Teeteto e Crátilo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-215. Disponível em: <https://tinyurl.com/revistaestudoshistoricos> Acesso em: 18 fev. 2025.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

REIS, Daniel Aarão. **Luis Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, *e-book*.

SANTIAGO, Silviano. **Em liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SANTOS, Ângela Maria dos. **O pensamento graciliânico e suas relações sociopolíticas e administrativas em Alagoas**. 2019. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, 2019, p. 121. Disponível em: <https://tinyurl.com/pensamentogracilianico> Acesso em: 06 dez. 2024.

SANTOS, Fábio José. **A testemunha às avessas ou o narrador desconfiado: história e ficção em Memórias do cárcere**. 2013. Tese. (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, 2013, p. 171.

SARTRE, Jean Paul. **Que é a literatura?** São Paulo: Ática, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, col. A história do Brasil nação: 1808-2010 v. 3.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOBOTA, Guilherme. Obras de Graciliano Ramos e Jorge de Lima entram em domínio público. *In: PublishNews*. Disponível em: <https://tinyurl.com/grdominiopublico> Acesso em: 05 jan. 2025.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, *e-book*.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TODOROV. **A literatura em perigo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

TORELLI, Aparício. *In: FGV / CPDOC*. Disponível em: <https://tinyurl.com/britarare>. Acesso em: 05 jan. 2025.

FONTES CONSULTADAS

Coletâneas de artigos, crônicas e outros textos

LEBENSZTAYN, Ieda; SALLA, Thiago Mio (orgs). **Conversas**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LEBENSZTAYN, Ieda; SALLA, Thiago Mio (orgs). **O antimodernista: Graciliano Ramos e 1922**. Rio de Janeiro, 2022, *e-book*.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB (1922-1928)**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2012.

SALLA, Thiago Mio (org). **Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Obra “graciliânica”

RAMOS, Graciliano. **Caetés**. Ed. comemorativa dos 80 anos da obra. Rio de Janeiro: Record, 2013.

____. **Cartas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022a.

____. **Infância**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins, 1976.

____. **Linhas tortas**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016, *e-book*.

____. **Memórias do cárcere**. 54. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022b.

____. **S. Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 2024.

Periódicos da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

AMADO, Jorge. Balanço dos romances de 1934. **Diário da Manhã**, ano 9, n. 2475, p. 3, 18 jul. 1935.

CALAZANS, João. “S. Bernardo” - um documento humano. **Diário da Manhã**, ano 30, n. 3315, p. 8, 22 out. 1936.

CAVALCANTI, Valdemar. O romance “Caetés”. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p. 73, set. 1933.

DE UMA prefeitura alagoana - onde se foi aninhar um grande humorista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 39, n. 50, s.p., 7 fev. 1929.

FACÓ, Ruy; SANTOS, Ruy. Graciliano Ramos, escritor do povo e militante comunista. **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 84, p. 9, 26 ago. 1945.

GRACILIANO Ramos recorda: febre, polinevrite, e tuberculose. Heranças do presídio da Ilha Grande. **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 523, p. 3, 12 fev. 1947.

GUERRA à guerra é o grito contra a guerra! **A Manhã**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 28, p. 5.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. “Caetés”. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 127, fev. 1933.

O RISO higieniza o espírito. **A Manhã**, ano 4, n. 1054, s.p., 12 maio 1929.

PRESTES dirige-se ao povo. **Voz operária**, Rio de Janeiro, ano II, n. 63, p. 1-2; 6, 5 ago. 1950.

RAMOS, Graciliano. O fator econômico no romance brasileiro. **Tribuna Popular**, ano 1, n. 48, p. 10, 15 jul. 1945.

_____. O Partido Comunista e a criação literária. **Tribuna Popular**, ano 2, p. 11, 22 de maio de 1946.

RELATÓRIO curioso. **O Estado**, Florianópolis, ano 14, n. 4067, p. 1, 6 fev. 1929.

SOBRINHO, Oliveira Franco. Romance e novela. **O Dia**, Curitiba, ano 12, n. 3360, p. 3, 4 jan. 1935.

Portal Marxists Internet Archive

FACÓ, Rui. Figuras do movimento operário: o bolchevique Zhdánov, um exemplo a seguir. **Problemas** - revista mensal de cultura política, n. 13, ago.-set. 1948, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/problemas13> Acesso em: 2 nov. 2024.

PREFEITURA municipal de Palmeira dos Índios. Relatório ao governador do Estado de Alagoas. Maceió: Imprensa Oficial, 1929, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/prefgraca1929> Acesso em: 19 jun. 2023.

ZETKIN, Clara. A arte pertence ao povo. In: FRÉVILLE, Jean. **Marx, Engels, Lenine e Stalin**: trechos escolhidos sobre literatura e arte. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/edcalvino> Acesso em: 2 nov. 2024.

ZHDANOV, Andrei. As tarefas da literatura na sociedade soviética. **Problemas** - revista mensal de cultura política, n. 20, ago.-set. 1949. Disponível em: <https://tinyurl.com/problemas20> Acesso em: 2 nov. 2024.

_____. Literatura Soviética: a mais rica em ideias, a literatura mais avançada. Discurso no Congresso dos Escritores Soviéticos realizado em agosto de 1934. In: **Marxists Internet Archive**. Disponível em: <https://tinyurl.com/iconegresso> Acesso em: 2 nov. 2024.

____. Pela paz, a democracia e a independência dos povos. **Problemas** - revista mensal de cultura política, n. 5, dez. 1947, s.p. Disponível em: <https://tinyurl.com/problemas5> Acesso em: 2 nov. 2024.

Outros

CARTA não enviada de Graciliano Ramos a Getúlio Vargas - rascunho 29-08-1938. Disponível em: <https://tinyurl.com/cartagrgv> Acesso em: 19 jun. 2023.

O PAI da gestão fiscal responsável nasceu em Alagoas. Governo de Alagoas, s.d. 1 cartaz, color. *In: Graciliano Ramos*. Disponível em: <https://tinyurl.com/paigestaofiscalresp> Acesso em: 19 jun. 2023.

SOVIETS no Brasil! **O Globo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2765, 26 jun. 1935, p. 1.

pouco”⁴¹⁵. À frente, lemos: “Apesar de vivermos enormemente afastados, dentro de alguns dias nos encontraremos numa vitrine, representados por discursos políticos e por três ou quatro romances”⁴¹⁶. E, antes de assinar a correspondência, o “Velho” expõe sua insatisfação ao mesmo tempo em que, de certa forma, reitera sua postura política:

Como declarei a V. Excia., ignoro as razões por que me tornei indesejável na minha terra. Acho, porém, que lá cometi um erro: encontrei vinte mil crianças nas escolas e em três anos coloquei nelas cinquenta mil, o que produziu celeuma. Os professores ficaram descontentes, creio eu. E o pior é que se matricularam nos grupos da capital muitos negrinhos. Não sei bem se pratiquei outras iniquidades. É possível.⁴¹⁷

Figura 13 - Manuscrito da carta de Graciliano a Vargas, p. 2 (1938)

Fonte: Research Gate.

O rascunho original da carta foi guardado por James Amado, irmão de Jorge Amado e casado com Luiza Ramos, filha de Graciliano. Mais tarde, Amado o doou para a Casa Museu Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios. Existem, ainda, outras duas cópias. Uma em

⁴¹⁵ RAMOS *apud* ALVES, 2016, p. 312.

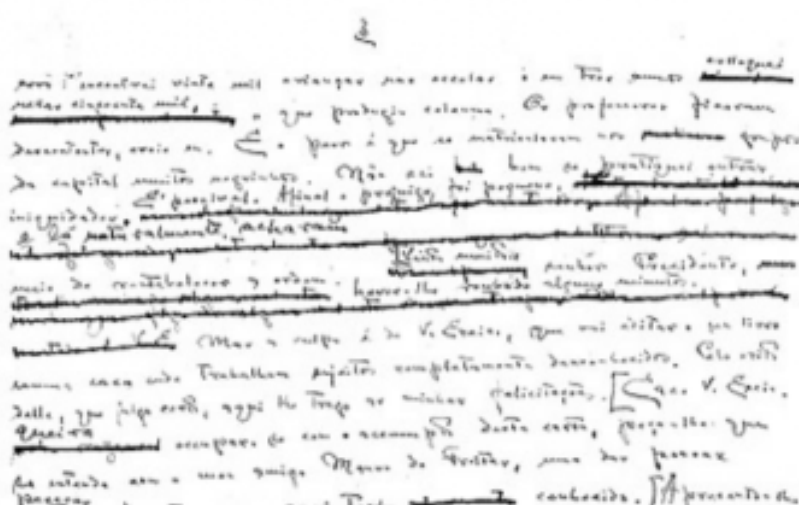
⁴¹⁶ RAMOS *apud* ALVES, 2016, p. 312.

⁴¹⁷ RAMOS *apud* ALVES, 2016, p. 313.

poder do pesquisador Wander de Melo Miranda e outra no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).

Estudiosos da obra “graciliânica” concordam que a carta é um desabafo do escritor. O *fac-símile* que apresentamos foi disponibilizado por Marcos Falleiros, professor de literatura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), também estudioso da obra do “Velho Graça” e de Manuel Bandeira.

Figura 14 - Manuscrito da carta de Graciliano a Vargas, p. 3 (1938)



Fonte: Research Gate.

“Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1938.

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas:

Peço permissão a V. Ex.a para entretê-lo com alguns fatos de pequena importância, referentes a um indivíduo. Desculpe-me V. Ex.a importuná-lo com eles: são insignificantes, mas a verdade é que deviam ter sido narrados há quase dois anos. Resumo-os em poucas linhas.

Em princípio de 1936 eu ocupava um cargo na administração de Alagoas. Creio que não servi direito: por circunstâncias alheias à minha vontade, fui remetido para o Rio de maneira bastante desagradável. Percorri vários lugares estranhos e conheci de perto vagabundos, malandros, operários, soldados, jornalistas, médicos, engenheiros e professores de universidade. Só não conheci o delegado de polícia, porque se esqueceram de

interrogar-me. Depois de onze meses abriram-me as grades, em silêncio, e nunca mais me incomodaram. Donde concluo que a minha presença aqui não constitui perigo.

Mas eu vivia em Maceió, era lá que trabalhava, embora o meu trabalho tenha sido julgado subversivo. Quando me trouxeram para o Rio, imaginei muitas coisas: que me conservassem detido e arranjassem um processo, que me devolvessem ao lugar donde me tiraram, que me dessem um meio de viver em outra parte. Está claro que a comissão incumbida de malhar o extremismo não era obrigada a oferecer-me colocação; retirou-me, porém, o ofício que eu tinha, e até hoje ignoro porque se deu semelhante desastre.

Adotei, em falta de melhor, uma profissão horrível: esta de escrever, difícil para um sujeito que em 1930 era prefeito na roça. Se não me houvesse resignado a ela, provavelmente não estaria agora redigindo estas impertinências, que um negócio de livraria me sugeriu a semana passada. O meu editor referiu-me com entusiasmo a publicação de cinquenta milheiros dos discursos de V. Ex.a — e isto me trouxe a idéia esquisita, de que V. Ex.a havia descido um pouco. Apesar de vivermos enormemente afastados, dentro de alguns dias nos encontraremos numa vitrine, representados por discursos políticos e por três ou quatro romances. Essa vizinhança me induz a apoquentá-lo, coisa que não teria sido possível antes de 1930.

V. Ex.a é um escritor. Mas, embora lance os seus livros com uma tiragem que nos faz inveja, não vai ganhar muito e sabe que neste país a literatura não rende. Andaria tudo bem se tivéssemos exportação, pois o mercado interno é lastimável. Ultimamente uma companhia americana resolveu traduzir para o espanhol alguns romances brasileiros. Com certeza apareceram dificuldades: as obras escolhidas encalharam. E é provável que circulem na América do Sul os livros da Academia. V. Ex.a conhece os livros da Academia? Realmente o Sr. Conde Afonso Celso entregou a alma a Deus, mas podemos estar certos de que o substituto dele não será melhor. Enfim, não possuímos literatura, o que temos é diletantismo, um diletantismo produtor de coisas ordinariamente fracas.

Mas estou descambando em generalidades, e no começo desta carta pedi licença para tratar dum caso pessoal. Como disse a V. Ex.a., a comissão repressora dum dos extremismos, do primeiro, achou inconveniente que eu permanecesse em Alagoas, trouxe-me para o Rio e concedeu-me hospedagem durante onze meses. Sem motivo, suprimiu-se a hospedagem, o que me causou transtorno considerável. Agora é necessário que eu trabalhe, não apenas em livros, mas em coisas menos aéreas. Ou que o Estado me remeta ao ponto donde me afastou, porque enfim não tive intenção de mudar-me nem de ser literato.

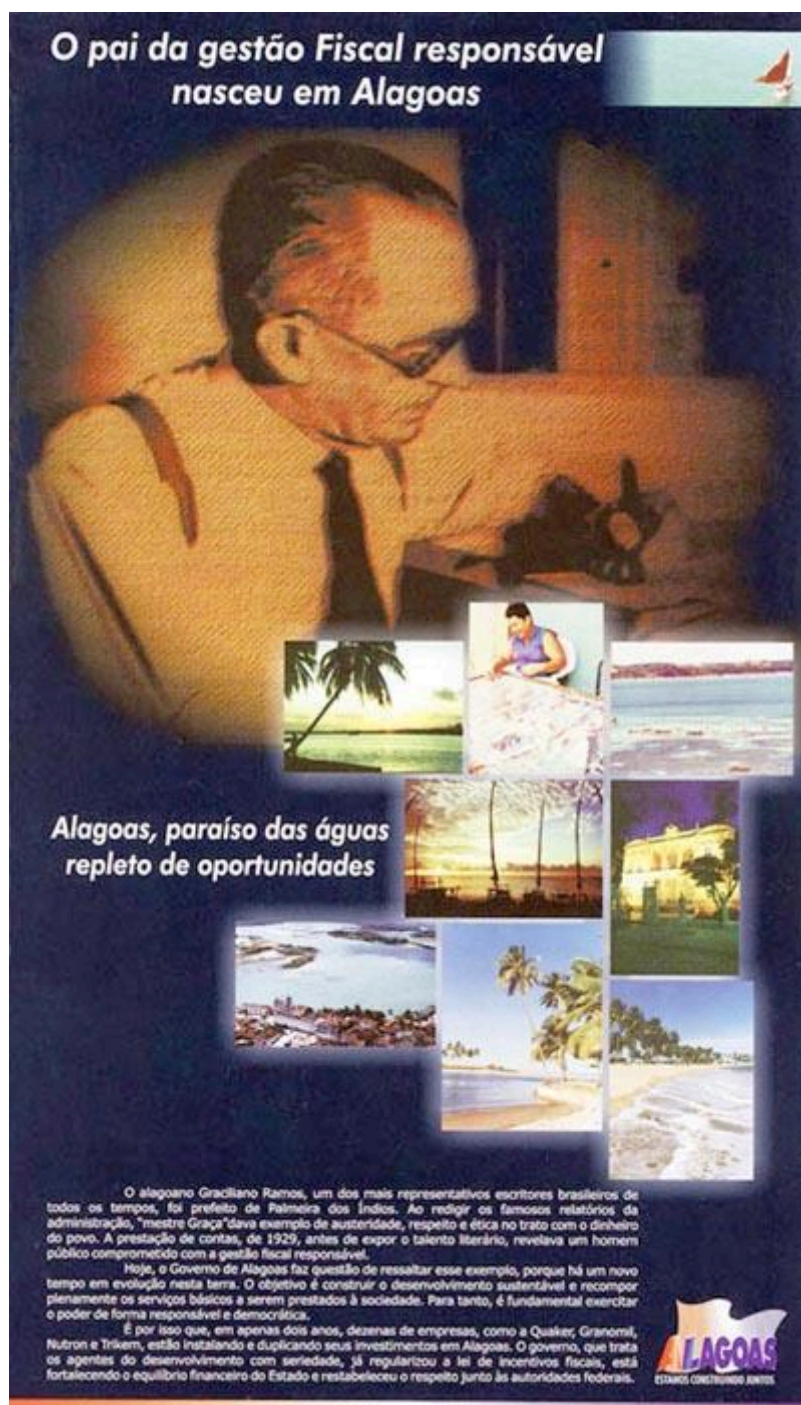
Como declarei a V. Ex.a, ignoro as razões por que me tornei indesejável na minha terra. Acho, porém, que lá cometi um erro: encontrei vinte mil crianças nas escolas e em três anos coloquei nelas cinquenta mil, o que produziu celeuma. Os professores ficaram descontentes, creio eu. E o pior é que se matricularam nos grupos da capital muitos negrinhos. Não sei bem se pratiquei outras iniquidades. É possível. Afinal o prejuízo foi pequeno, e lá naturalmente acharam meio de restabelecer a ordem. Sinto muito senhor Presidente, haver-lhe roubado alguns minutos. Mas a culpa é de V. Ex.a, que vai editar o seu livro numa casa onde trabalham sujeitos completamente desconhecidos. Pelo êxito dele, que julgo certo, aqui lhe trago minhas felicitações.

Caso V. Ex.a queira ocupar-se com o assunto desta carta, peço que se entenda com o meu amigo Mauro de Freitas, uma das poucas pessoas decentes que aqui tenho conhecido.

Apresento-lhe os meus respeitos, senhor Presidente, e confesso-me admirador de V. Ex.a.”

ANEXO B - “O PAI DA GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL NASCEU EM ALAGOAS”

O cartaz abaixo foi elaborado pelo Governo do Estado de Alagoas, no começo dos anos 2000. O documento está disponível na página oficial do escritor e pode ser acessado pelo link <https://graciliano.com.br/2000/01/graciliano-pai-da-gestao-fiscal-responsavel/>.



O pai da gestão Fiscal responsável nasceu em Alagoas

Alagoas, paraíso das águas repleto de oportunidades

O alagoano Graciliano Ramos, um dos mais representativos escritores brasileiros de todos os tempos, foi prefeito de Palmeira dos Índios. Ao redigir os famosos relatórios da administração, “mestre Graça” dava exemplo de austeridade, respeito e ética no trato com o dinheiro do povo. A prestação de contas, de 1929, antes de expor o talento literário, revelava um homem público comprometido com a gestão fiscal responsável.

Hoje, o Governo de Alagoas faz questão de ressaltar esse exemplo, porque há um novo tempo em evolução nesta terra. O objetivo é construir o desenvolvimento sustentável e recompor plenamente os serviços básicos a serem prestados à sociedade. Para tanto, é fundamental exercitar o poder de forma responsável e democrática.

É por isso que, em apenas dois anos, dezenas de empresas, como a Quaker, Granomil, Nutron e Trikem, estão instalando e duplicando seus investimentos em Alagoas. O governo, que trata os agentes do desenvolvimento com seriedade, já regularizou a lei de Incentivos fiscais, está fortalecendo o equilíbrio financeiro do Estado e restabeleceu o respeito junto às autoridades federais.

LAGOAS
ESTADO DE ALAGOAS